

# **A RELAÇÃO LUSO-INDIANA DE 1974 AOS DIAS DE HOJE**

**Mara Carrilho**

---

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais, na vertente de Estudos Políticos de Área**

**MAIO, 2010**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais - Vertente de Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Aires Oliveira.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

---

Lisboa, .... de ..... de .....

*Aos meus Pais.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado não seria possível sem o apoio e a crítica do Professor Dr. Pedro Aires Oliveira, a quem agradeço a orientação científica e a amizade.

É nesta sensibilização que manifesto aqui o meu reconhecimento e a disponibilidade de várias pessoas que me ajudaram ao longo da investigação, quer na Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação e Museu do Oriente, Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional e na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

O meu obrigada ao Professor Eugénio Viassa Monteiro, pelo incentivo, pelo apoio e pelos esclarecimentos sobre a economia indiana.

Agradeço também a preciosa ajuda do Professor António Hespanha, que gentilmente me recebeu e proporcionou todo o material relativo à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Ao Constantino Xavier, que me ajudou na concepção dos objectivos desta dissertação e que me ofereceu um olhar crítico sobre as várias Índias, o meu obrigada.

Agradeço do mesmo modo a disponibilidade e ajuda do Professor Teotónio de Souza, da Professora Rosa Perez, do Dr. Sérgio Mascarenhas e do Dr. Marcello Duarte Mathias.

Uma palavra de apreço ainda à Helena Barreto, que me permitiu acompanhá-la na sua investigação sobre as crianças indianas em Portugal e ao Milind Kamat, que embora em Mumbai, me auxiliou com alguma documentação.

Por último e não menos importante, o agradecimento aos meus pais que proporcionaram a oportunidade de concretizar o mestrado, sempre me apoiando incondicionalmente.

## **RESUMO**

### **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA VARIANTE ESTUDOS POLÍTICOS DE ÁREA**

#### **A RELAÇÃO LUSO-INDIANA - DE 1974 AOS DIAS DE HOJE**

**MARA CARRILHO**

**Palavras-Chave:** Portugal, Índia, política externa, acordos, relação luso-indiana, cooperação, colonialismo, projectos.

A dissertação de mestrado, aqui apresentada, pretende compreender a evolução da relação bilateral entre Portugal e a Índia e analisar em que circunstância se encontra a mesma nos dias de hoje. Existe também a pretensão de que este trabalho seja entendido, como uma dupla confrontação crítica, através de perspectivas e posições apresentadas e pelo condicionamento de informação a que fomos sujeitos.

A metodologia utilizada foi a análise e a abordagem qualitativa, com base em fontes secundárias, desde artigos de imprensa, literatura e documentos oficiais.

Porém, a escassez de informação sobre a relação bilateral entre Portugal e a Índia é uma realidade. O próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros português, além do nome dos embaixadores destacados, pouco mais tem a oferecer aos investigadores que procuram material para analisar, situação que aumentou o grau de dificuldade à investigação aqui exposta.

O principal objectivo da dissertação foi procurar observar o processo diplomático estabelecido após o ano de 1974, definindo a relação diplomática entre Portugal e a Índia até aos dias de hoje.

A análise dos principais pontos da relação luso-indiana e a observação das prioridades políticas, diplomáticas e culturais dos dois países foram fundamentais para demonstrar em que consiste a relação bilateral.

Com a finalidade de identificar os principais passos da relação indo-portuguesa e o estado da mesma, iniciamos o estudo pelo posicionamento dos países na ordem

mundial. O recuo até à descolonização portuguesa do território indiano permite-nos observar como acontece o afastamento diplomático e como a imagem de Portugal ficou deteriorada.

A contextualização da política externa, tanto portuguesa como indiana, apresenta cenários de evolução política e diplomática de cada um deles, destacando as suas prioridades no respeito às relações com outros Estados, para permitir ao leitor entender que em nenhum momento houve uma preocupação em desenvolver os laços diplomáticos entre ambos.

Este estudo expõe ainda uma descrição cronológica dos principais eventos da relação luso-indiana para demonstrar a volatilidade da mesma. O destaque para o papel de vários organismos privados e públicos, quer portugueses ou indianos, vai para importância dos mesmos, como agentes dinamizadores e fundamentais na relação entre Portugal e a Índia. Assim como, em termos sociais, a diáspora indiana, em Portugal, pode ser um impulsor da relação, com efeitos políticos.

É com base em todos os aspectos económicos, políticos, culturais e sociais, da relação luso-indiana, que pretendemos conceder uma reprodução da evolução da mesma e da importância que ela pode ter.

## ÍNDICE

Introdução .....	2
Capítulo I: Portugal e a Índia na Ordem Mundial .....	7
I. 1. O Estado Português da Índia .....	10
I. 1. 1. A descolonização portuguesa e o braço de ferro entre Salazar e Nehru.....	10
I. 2. As políticas externas de Portugal e da Índia .....	17
I. 2. 1. A Política Externa Portuguesa.....	18
I. 2. 2. A Política Externa Indiana.....	24
Capítulo II: As relações luso-indianas .....	33
II. 1. O retomar da relação luso-indiana – 1974 a 1992 .....	33
II. 2. A consolidação dos contactos entre Portugal e a Índia - 1993 a 2000.....	41
II. 3. A evolução da relação bilateral – 2001 a 2009 .....	55
Capítulo III: Os impulsionadores da relação luso-indiana .....	67
III. 1 A diplomacia económica.....	67
III. 2. O papel das instituições na relação luso-indiana .....	75
III. 3. O papel da diáspora indiana em Portugal .....	80
Conclusão.....	83
Bibliografia .....	86
Anexos .....	106
Apêndice A: Lista dos embaixadores portugueses na Índia.....	i
Apêndice B: Lista dos embaixadores indianos em Portugal .....	ii
Apêndice C: O investimento económico da Fundação Oriente .....	iii



## Introdução

A dissertação de mestrado - *A relação luso-indiana - De 1974 aos dias hoje* -, pretende contribuir para o conhecimento e compreensão da relação actual de Portugal com a Índia. Num mundo global, onde a partilha crescente das actividades económicas é visível, torna-se importante conhecer o papel das relações bilaterais entre os Estados.

A escolha do tema, enquanto estudo de caso, surge do interesse pelo Oriente e da escassez de informação sobre a relação luso-indiana, a todos os níveis.

O principal objectivo desta dissertação consiste em demonstrar como é que a relação luso-indiana surge e se desenvolve nos últimos 35 anos, indagando as razões que poderão explicar as fragilidades da mesma.

Importa-nos interrogar até que ponto o passado colonial poderá justificar a insipiência do relacionamento entre Portugal e a Índia após 1974, ou seja, após o restabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Nova Deli. Procuraremos igualmente levar em conta o papel dos condicionalismos geográficos, designadamente a enorme distância física entre ambos, e investigar de que forma os diferentes ritmos de desenvolvimento económico entre os dois países poderão também ter tido um impacto.

Por razões fáceis de entender, o enfoque nas relações inter-governamentais é um dos ângulos principais deste trabalho, que procurará colocar em evidência as acções de cada Estado e a forma como a partir das mesmas foi conduzida a relação luso-indiana.

A procura de actores não-governamentais, como as Fundações Oriente, Gulbenkian e Champalimaud, foi igualmente levada em conta, na medida em que essas entidades foram tão ou mais importantes no desenvolvimento deste relacionamento bilateral que os próprios governos.

A caracterização da política externa dos estados em análise procura ser feita tendo como referência alguns aspectos do modelo teórico do realismo e da interdependência complexa da disciplina das Relações Internacionais<sup>1</sup>. A teoria do realismo clássico estipula a ideia de uma natureza humana individualista numa sociedade anárquica, onde os estados, enquanto unidades de sistema, definem as suas políticas em função dos interesses nacionais, privilegiando conceitos como a auto-preservação e segurança.

---

<sup>1</sup> DOUGHERTY, James E. e JR., Robert L. Pfaltzgraff (2003), *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, Gradiva Publicações, Lisboa

O realismo pressupõe também a primazia de conceitos como o poder e soberania, variáveis do sistema internacional. Para Jean Jacques Rousseau<sup>2</sup> a anarquia resultava da insegurança, que por sua vez conduzia à procura de uma defesa consistente enquanto forma de preservação da autonomia e soberania de cada país. Porém, as outras unidades do sistema tendiam a ver nessa postura uma ameaça, o que levava de igual forma à consolidação da sua defesa, procurando o reforço do aparelho militar, o que deixava o primeiro país inseguro. É neste sentido que a disposição securitária dos estados seria o cerne de potenciais conflitos. O posicionamento teórico aqui exposto poderá ser aplicado à Índia após os anos 1960, com os seus conflitos com estados vizinhos a incrementarem o seu sentimento de vulnerabilidade e insegurança.

Na teoria do realismo moderno, Kenneth Waltz<sup>3</sup> defende que a teoria das relações internacionais está assente numa balança de poder, onde cada estado se posiciona de acordo com as suas percepções e interesses e onde o sistema internacional funciona como um sistema de auto-ajuda, que permite aos mesmos estabelecer relações entre si com vista a um desenvolvimento. Ou seja, o comportamento dos Estados e a sua procura em maximizar o seu poder induzirá um interesse numa situação de equilíbrio entre todos.

É de salientar, que o realismo é apenas uma conceptualização teórica da realidade e consequentemente tem as suas fragilidades e restrições, pelo que o mesmo tem de ser conjugado com a teoria da interdependência, a qual assume que as instituições multilaterais têm um papel preponderante na cooperação internacional, na definição das políticas externas e na cooperação entre estados. Uma asserção que nos parece relevante quando levamos em consideração a forma como um país como Portugal foi adaptando a sua política externa ao fenómeno da construção europeia, à qual passou a estar estreitamente associado desde 1986.

É nesse sentido também que procuramos clarificar a importância dos laços políticos, económicos, diplomáticos e culturais entre Portugal e a Índia.

A dissertação está disposta em três capítulos que definem a evolução gradual da relação luso-indiana, seguindo uma ordem cronológica.

No primeiro capítulo procura-se dar ênfase ao pano de fundo da relação bilateral, mostrando como e quais os factores históricos e políticos que contribuíram para a

---

<sup>2</sup> Cf. **ROUSSEAU**, Jean Jacques (1999), *O Contrato Social*, Publicações Europa-América, Lda., Mem Martins

<sup>3</sup> Cf. **WALTZ**, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*, McGraw-Hill, Nova Iorque

fragilidade da mesma. Importa ao leitor compreender que o posicionamento colonizador português, no século XV, influenciou as suas relações com os outros estados e hoje para compreendermos a relação luso-indiana é essencial recuarmos ao passado da descolonização e observar de que forma Portugal actuou no subcontinente indiano.

Importa ainda neste capítulo ilustrar as políticas externas de cada um dos países, de forma a analisar como foram geridas as relações externas e as suas prioridades políticas. O resultado desta análise irá permitir não só demonstrar a existência, ou não, de condicionalismos históricos como também o posicionamento de cada país na comunidade internacional.

O segundo capítulo irá procurar, numa primeira fase, analisar o processo diplomático português estabelecido após o ano de 1974, no que respeita à recuperação das relações diplomáticas com a Índia e posteriormente demonstrar a evolução das mesmas. A estrutura deste está organizada em três partes, que evidenciam as diferentes fases do relacionamento.

O primeiro subcapítulo foca o retomar da relação, de 1974 até à primeira presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, em 1992, onde procuramos verificar como se deu a recuperação da relação luso-indiana, que tipo de projectos foram criados para fomentar a mesma e quais as áreas dinamizadas. Por último tentamos verificar de que forma a europeização portuguesa favoreceu, ou não, a relação com a Índia.

Centrado no desenvolvimento da relação e na forma como ele é feito, o segundo subcapítulo salienta também os vários episódios controversos da relação e o impacto destes no crescimento dos laços indo-portugueses. A terceira parte tenta demonstrar a importância das várias visitas oficiais, das iniciativas portuguesas em aproximar a Índia à União Europeia e dos esforços de cooperação económica, política e cultural entre ambos.

O último capítulo destaca a diplomacia económica, o estado das relações comerciais entre Portugal e a República Indiana e o papel das empresas e dos investimentos efectuados enquanto agentes dinamizadores. O mesmo procura ainda evidenciar o papel dos vários organismos públicos e privados, quer portugueses ou indianos, na relação, assim como, em termos sociais, o papel impulsionador da diáspora indiana, em Portugal.

Concluimos a dissertação com as ilações finais, delimitando as características fundamentais da relação luso-indiana e perspectivando o futuro da mesma.

A metodologia utilizada foi a análise e a abordagem qualitativa, com base em fontes secundárias, desde artigos de imprensa, literatura e documentos oficiais.

Porém, a escassez de informação sobre a relação bilateral entre Portugal e a Índia é uma realidade. O próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, além do nome dos embaixadores destacados, pouco mais tem a oferecer aos investigadores que procuram material, situação que aumentou o grau de dificuldade da investigação aqui exposta. A política de reserva de trinta anos, de toda a documentação oficial do MNE, foi também um dos obstáculos com que nos deparamos.

Importa destacar, em termos de recolha de dados quantitativos, as seguintes instituições:

- Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) - <http://www.ine.pt/> ;
- Instituto Nacional de Estatística Indiano (Ministry of Statistics and Programme Implementation) - <http://www.mospi.gov.in/>;
- Banco de Portugal - <http://www.bportugal.pt/>;
- Banco Nacional Indiano - <http://www.statebankofindia.com/> e
- Ministério do Negócios Estrangeiros Indiano: Divisão para os não-residentes e pessoas de origem indiana (Alto Comissariado para a Diáspora) - <http://www.indiandiaspora.nic.in/>

No que concerne à investigação e análise qualitativa interessa salientar que a pesquisa se centrou nos principais institutos de investigação científica, na área das ciências sociais, como por exemplo:

- South Asia Analysis Group - <http://www.southasiaanalysis.org/>
- European Institute for Asian Studies - <http://www.eias.org/>
- SAGE Journals Online - <http://online.sagepub.com/>
- JSTOR - <http://www.jstor.org/>

Relativamente aos artigos de imprensa, foram recolhidos na Hemeroteca Nacional, setenta e sete artigos publicados, entre 1974 e 2008, sobre a relação luso-indiana. Os jornais consultados foram: o Jornal Público, Diário e Jornal de Notícias, Expresso e Diário Económico.

Em termos de documentos oficiais, que permitissem sustentar a investigação, destaque para os Diários da República, relatórios da Fundação Oriente (entre 2002 e 2007), relatórios da Fundação Calouste Gulbenkian (2006 e 2007) e relatórios da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (cedidos enquanto fontes privadas).

No seguimento da investigação importa ressaltar que conduzimos várias entrevistas, como forma de adquirir novas perspectivas sobre a relação luso-indiana. As individualidades entrevistadas foram:

- Professor Eugénio Viassa Monteiro;
- Professor Teotónio de Souza;
- Professor António Hespanha;
- Professor João Teles e Cunha;
- Professora Rosa Perez;
- Dr. Constantino Xavier;
- Dr. Sérgio Mascarenhas de Almeida;
- Embaixador Marcello Duarte Mathias;
- Dra. Ana Almeida, Directora da Tata Consultancy Services Portugal.

Os resultados aqui expostos são fruto de uma difícil investigação que acima de tudo procurou apresentar, de forma crítica, as relações políticas, económicas e socioculturais de Portugal com a Índia.

## Capítulo I

### Portugal e a Índia na ordem mundial

*“Uma verdadeira viagem de descoberta não é procurar novas terras, mas ter um  
olhar novo.”*

Marcel Proust

Descobrir e compreender a relação luso-indiana é um processo longo, pessoal e surpreendente. Abraçar esta viagem significa quebrar com as ideias preconcebidas, entrar numa cultura de religiões ancestrais e de tradições milenares e mergulhar nas cores exóticas, nos cheiros intensos, na música vibrante, na dança, no movimento das ruas e no barulho ensurdecedor que nos consome. Este é o ponto de partida para a descoberta de traços inconfundíveis de um país enigmático como a Índia e para a relação entre a mesma e Portugal.

A Índia revela-se numa dicotomia avassaladora, ora entre a riqueza de paisagens de cortar a respiração, ora num limiar de pobreza extremo. Mas a multidão de pés descalços e de saris coloridos que nos acompanha e saúda com namasté, anuncia-se como um povo afável, ambicioso e confiante em si, no seu país e no seu futuro. Esta é uma imagem da Índia moderna.

Embora distantes desta realidade, o contacto entre Portugal e a Índia parte de 1498, ano em que Vasco da Gama chega à Índia e inicia os primeiros contactos entre Portugal e este mesmo território, momento que marcaria historicamente o trajecto dos dois países.

Actualmente, a historiografia portuguesa aponta não só Vasco da Gama como uma figura lendária para a história portuguesa na Ásia, mas também Afonso de Albuquerque como o primeiro embaixador em terras indianas, que prestou serviço ao Estado Português. A História é contudo um processo extraordinariamente complexo e durante alguns séculos chegou-nos de forma enviesada: se por um lado exaltou o papel português e suas campanhas em terras orientais, por outro, eclipsou o lado indiano, processo que, na medida do possível, pretendemos desconstruir aqui.

A presença portuguesa em diferentes territórios além-mar e o colonialismo, no seu sentido mais lato, desencadearam mudanças a todos os níveis na sociedade portuguesa e indiana cujos efeitos ainda estão presentes nos dias hoje.

O conceito de colonialismo que consideramos para este estudo é uma forma de domínio económico, político e social, exercido por um país colonizador sobre populações autóctones de territórios independentes geograficamente desse mesmo país. Papel esse que Portugal tomou como seu em diversos pontos do mundo, inclusive no território indiano<sup>4</sup>. No entanto, o colonialismo pode ser visto ainda como uma forma de exploração, com ênfase nas variantes económicas, tal como se verifica na literatura de inspiração marxista, ou ainda como um processo de mudança e trocas culturais (tanto numa lógica de imposição como de influências mútuas), como se considera na Antropologia.

O conceito do colonialismo português, tanto em território asiático como africano, estava também intrinsecamente ligado aos ideais nacionalistas do Estado Novo (neste aspecto, um herdeiro da I República), que viam os territórios ultramarinos como parte integrante, inegociável, da nação, algo que tornou particularmente difícil o relacionamento entre o regime de Salazar a Índia de Nehru<sup>5</sup>.

A colonização acabou por moldar o caminho que a Índia seguiu, não só a nível político, mas também económico, cultural e até social. Exemplo disso é a influência britânica na cultura indiana (o *cricket* ou até a condução dextra) e a própria língua inglesa que permite hoje à República Indiana ser um mercado competitivo na arena económica global.

A descolonização portuguesa tanto na Índia como em África, segundo José Filipe Pinto, tornou-se num processo que só o distanciamento temporal parece vir permitir compreender, pois mostrou-se demasiado complexo, não só devido aos agentes envolvidos no processo, mas também ao critério escolhido para legitimar os mesmos e às formas previstas para a transição do poder<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> HORVATH, Ronald J. (Fevereiro de 1972), "A Definition of Colonialism", In: Current Anthropology, University of Chicago Press, Vol. 13, No. 1, pp. 45-57 [<http://www.jstor.org/stable/2741072> - Acesso: 25/03/2009 10:13]

<sup>5</sup> Cf. REITER, Bernd (2005), "Portugal: national pride and imperial neurosis", In: Race & Class, nº. 47, pp.79 a 91. Disponível em: <http://rac.sagepub.com/cgi/content/abstract/47/1/79> [Acesso: a 26 de Fevereiro de 2009].

<sup>6</sup> Cf. PINTO, José Filipe (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Portugal deteve uma presença em quase todos os continentes, possuindo um extraordinário papel no século XV, com a descoberta de novos territórios para a Europa e de novas rotas marítimas, porém há muito tempo que perdeu o seu papel impulsionador. Também a Europa, que até ao século XIX foi o centro de alguns dos processos históricos mais importantes, perdeu terreno perante o crescimento de países como a Índia e a China, que apresentam hoje uma assinalável vitalidade política, económica e cultural. O crescimento económico do continente asiático exige-nos, hoje, o conhecimento da sua história, das suas sociedades, e das suas culturas.

O actual crescimento económico indiano e o novo posicionamento da Índia na ordem mundial, fez-nos acordar para uma relação quase inexistente e desprezada nos últimos 35 anos, a qual Portugal tem procurado melhorar desde 2007.

O objectivo deste capítulo é compreender o porquê da relação entre Portugal e a Índia ser tão incipiente e mostrar quais os factores históricos e/ou políticos que poderão ter determinado esse afastamento.



## **I. 1. O Estado Português da Índia**

O relacionamento entre Portugal e a Índia, nos últimos 35 anos, apresentou uma baixa densidade por isso interessa-nos analisar as razões que conduziram a esta situação. Para compreender a relação no presente é essencial recuarmos ao passado da descolonização portuguesa e analisar de que forma a imagem lusitana ficou deteriorada perante a União Indiana, após a insistência de Salazar em manter os territórios indianos debaixo do controlo político de Lisboa, numa era marcada pelo desmantelamento dos impérios europeus na Ásia.

### **I. 1. 1. A descolonização portuguesa e o braço de ferro entre Salazar e Nehru**

A presença portuguesa em territórios indianos data de 1498, momento da chegada de Vasco da Gama à Índia por via marítima e das primeiras colonizações na Ásia. Porém, a presença colonial, tanto britânica, como portuguesa e francesa em território indiano, mostrou-se complicada a partir das duas Guerras Mundiais, não só porque em termos da comunidade internacional o colonialismo passou a ser inaceitável, mas também porque começaram a surgir, na Índia, movimentos independentistas.

O fim da Primeira Grande Guerra gerou um expressivo descontentamento contra o Governo inglês (*Raj*), que constituiu o início de dificuldades na colonização britânica. A situação agravou-se também com um aumento da repressão no território, com o aparecimento de uma epidemia de gripe que vitimou centenas de pessoas e com o aceleramento de uma crise económica.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os britânicos deviam a Nova Delhi milhares de libras pela aquisição de bens e pelos serviços prestados durante a guerra, no entanto as adversidades aumentavam com a instabilidade indiana de dia para dia.

O governo britânico viu pela primeira vez a oportunidade de abandonar os territórios, decidindo assim, em Agosto de 1945, realizar eleições gerais para a formação de um governo local. O historiador Ramachandra Guha define este momento da seguinte forma: «*India's first general election was among other things, an act of*

*faith*»<sup>7</sup>. Ou seja, um acto de fé que juntava pela primeira vez todos os grupos políticos e religiosos indianos. Os partidos mais significativos seriam o Partido do Congresso (hindus) e a Liga de Jinhah (muçulmanos).

O Partido do Congresso foi o grande vencedor das eleições com uma maioria absoluta. Londres conseguia a partir daqui retirar-se do subcontinente indiano paulatinamente e sem grandes complicações. Existia porém, receio do caos político e social que daí pudesse resultar ou até de uma possível onda de violência ou guerra civil, mas a maior preocupação de todas seria a divisão do subcontinente indiano.

Nehru via na independência indiana de 1947, a oportunidade de um ressurgimento do poder asiático. O fim do *Raj* britânico fazia crescer nos indianos uma esperança de que Portugal lhe seguiria o caminho, ao mesmo tempo que emprestava credibilidade às exigências indianas a Lisboa, para a integração dos territórios portugueses na União de Estados indianos independentes, uma vez que os movimentos para a descolonização se faziam sentir por todo o mundo.

Em 1948, três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal e a União Indiana iniciaram relações diplomáticas com vista a um consenso sobre o futuro dos territórios de Goa, Damão e Diu. Porém, os anos seguintes demonstraram ser um enorme desafio para ambos os países, os quais se encontravam em conflito de posições liderado por António de Oliveira Salazar, na altura o Presidente português do Conselho de Ministros, e Jawaharlal Nehru, Primeiro-Ministro Indiano. Este mesmo conflito levou ao fecho, em 1953, da Legação indiana em Portugal e em 1955, ao encerramento da respectiva Legação portuguesa em Nova Delhi.

Nehru ordenava o fecho compulsivo devido à insistência de Salazar, em não abdicar dos territórios de Goa, Damão e Diu e dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli ocupados por Portugal, ignorando o exemplo da Grã-Bretanha que concede, em 1947, a independência aos territórios que compunham o seu *Raj* no subcontinente indiano<sup>8</sup>.

O Estado Português fica numa posição de vulnerabilidade e pressão perante a nova coabitação não só com a União Indiana mas também com os movimentos independentistas, que reivindicavam a fusão dos enclaves portugueses com a "Mãe Índia".

---

<sup>7</sup> GUHA, Ramachandra (2007), *India After Gandhi – The History of The World's Largest Democracy*, Pan Macmillan, Londres, pp. 133

<sup>8</sup>Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Tinta da China, Lisboa

Nehru afirmou publicamente inúmeras vezes que o Estado Português da Índia deveria ser integrado na União Indiana, no respeito pelas características ocidentais e cristãs de Goa, nos princípios de “não-violência”, assim como pela vontade popular. O Governo Português mostra-se empenhado em estabelecer relações diplomáticas com Nova Deli, contudo, não desiste de afirmar que Goa, Damão e Diu e os enclaves permaneceriam parte integrante do Estado Português, o que por si só contrapunha a posição indiana e criava um ambiente hostil para possíveis negociações, que perante tal situação, não só seriam impossíveis serem alcançadas mas também possibilitariam novas tensões políticas e diplomáticas.

A União Indiana, consistente com a postura pacifista que sempre defendeu, decidiu a 12 de Agosto de 1948 tentar chegar a um acordo conjuntamente com Portugal quanto à abertura das relações diplomáticas entre ambos<sup>9</sup>. Todavia, a União Indiana não demora muito tempo a exibir alguma rispidez contra Portugal, uma posição natural após as declarações de Salazar, que continuaria a não abdicar das colónias. Terá sido este posicionamento que começou a levantar críticas ao colonialismo português na Índia, conduzindo os partidos indianos a uma postura intransigente no tocante à necessidade de abreviar o termo da soberania portuguesa no subcontinente. Maria Manuel Stocker confirma:

*«A Índia estava a nascer e os seus dirigentes viam o momento histórico como o resultado da luta entre o colonialismo e o anti-colonialismo. Todos os partidos políticos indianos tinham teses desenvolvidas de política externa que partilhavam esta orientação. O anti-colonialismo era a base da postura indiana em relação ao resto do mundo.»*<sup>10</sup>

Nesta sequência de acontecimentos, Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias entre 1944 e 1947, aconselhou Salazar a mudar a designação de colónias para territórios ultramarinos, que embora continuassem a traduzir a indivisibilidade do território português, seriam uma forma de iludir a comunidade internacional, devido às pressões

---

<sup>9</sup> **MORAIS**, Carlos Alexandre de (1999), *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativoiro*, 3ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 20

<sup>10</sup> **STOCKER**, Maria Manuel (2006), *Xeque-Mate a Goa*, 2ª Edição, Temas e Debates, Lisboa, pp. 69

contra o colonialismo que se começavam a notar em instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>11</sup>.

Com a saída dos britânicos da Índia, Portugal viu a sua situação agravada, o Presidente do Conselho terá então começado a preparar toda a documentação necessária para levar a questão para o Tribunal Internacional, algo que só sucederia em 1955, com a admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas.

As relações diplomáticas entre Portugal e a União Indiana complicaram-se e um momento de silêncio impôs-se. A 11 de Fevereiro de 1949, Nehru afirmava ao Parlamento Indiano ser extremamente difícil estabelecer comunicações com Portugal, uma vez que as negociações não eram feitas directamente, situação que viria a ser ultrapassada com o estabelecimento da relação diplomática ainda nesse ano<sup>12</sup>. Em 1950, a União Indiana reivindica novamente os territórios de Goa, Damão e Diu e solicita formalmente que sejam retomadas negociações para solucionar a questão dos territórios portugueses na Índia. A verdade é que Salazar insistia numa situação em que:

*«O Estado Português da Índia não tinha praticamente valor na economia e na demografia portuguesa e era fonte de encargos financeiros para a metrópole»*<sup>13</sup>, mas mesmo assim não recuou na sua defesa do império colonial português.

Dois anos depois, sem qualquer resultado na resolução da disputa territorial, a República Indiana considera levar o caso de Goa à ONU e ao Tribunal Internacional de Haia, ao que o Governo português contrapôs que tal acção seria insustentável devido à própria Carta da ONU. A União Indiana não queria a independência ou autonomia de Goa e dos restantes territórios, mas sim unicamente a anexação dos mesmos à soberania indiana.

Em 1951, Salazar procurava um único fim, a reafirmação da soberania portuguesa no Ultramar, em documento jurídico e constitucional, o que lhe daria valor irrevogável e permanente. António de Oliveira Salazar ressaltava ainda:

---

<sup>11</sup> Embora a nova designação fosse uma estratégia política, o ideal de construção da nação portuguesa conservava as colónias, que faziam de Portugal um grande país na esfera internacional. Nesta sequência Salazar dizia que Portugal era pluricontinental, pois o seu passado marítimo fazia a grandeza da nação. Cf. LÉONARD, Yves, (1999), *“O império colonial salazarista”*, In: História da Expansão Portuguesa, Volume V, Círculo de Leitores, Navarra, pp. 10-50

<sup>12</sup> FIFIELD, Russel H. (5 de Abril de 1950), *“The Future of Portuguese India”*, In: Far Eastern Survey, Institute of Pacific Relations, Volume 19, Número 7, pp. 71-72 [ <http://www.jstor.org/stable/3024038> - Acesso: 01/04/2009]

<sup>13</sup> STOCKER, Maria Manuel (2006), *Xeque-Mate a Goa*, 2ª Edição, Temas e Debates, Lisboa, pp.53

«Se a União Indiana invadir Goa, Portugal é vítima de um acto de força, de uma afronta à Carta da ONU, o que contraria a política pacifista que sempre defendeu.» Ao que o Coronel Carlos Morais adianta também:

«Segundo Salazar, um plebiscito ou a independência com Goa ligada a Portugal por uma federação, constituem soluções que Nehru já declarava não aceitar. Nova Delhi insiste na transferência directa de Goa para a União Indiana e ameaça, se tal não for aceite, encerrar a legação indiana em Lisboa»<sup>14</sup>.

A ameaça seria cumprida a 11 de Junho de 1953, com o encerramento da legação. Nehru via neste processo de descolonização um exemplo para o mundo. A União Indiana decide apertar o cerco a Portugal, em 1955, dois anos após o corte de relações diplomáticas, bloqueando os acessos aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli (ocupados em 1954 por activistas Satyagrah) e fazendo alguns bloqueios marítimos ao porto de Mormugão. A 8 de Agosto do mesmo ano, a Índia encerrava a Embaixada portuguesa em Nova Delhi.

Ao mesmo tempo, Portugal entrava para a ONU a 14 de Dezembro de 1955. Um dia depois recorre ao Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, para a resolução da disputa territorial com a Índia, sendo Inocêncio Galvão Teles o advogado português.

Em 1957, dez anos volvidos sobre a primeira reivindicação formal dos territórios do Estado Português na Índia, nada mudara. Durante 4 anos, o processo no Tribunal Internacional arrastou-se, sendo somente a 12 de Abril de 1960 proferida a sentença, que mostrou alguma ambiguidade no veredicto e que Portugal soube aproveitar.

O tribunal reconhecia parcialmente a soberania portuguesa sobre os territórios ocupados e o direito de passagem para os enclaves, cujos acessos haviam sido cortados pela União Indiana, porém Portugal apenas tinha o direito de passagem no que se referia à circulação de bens, capitais e pessoas particulares, não possuindo qualquer autorização no que respeitava à circulação das forças de segurança portuguesas.<sup>15</sup>

A República Indiana, no extremo da situação, responde um ano mais tarde com a ocupação efectiva dos territórios de Goa, Damão e Diu. Na noite de 17 para 18 de Dezembro de 1961, Goa e os restantes territórios portugueses são ocupados

---

<sup>14</sup> **MORAIS**, Carlos Alexandre de (1999), *A Queda da Índia Portuguesa – Crónica da Invasão e do Cativo*, 3ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 22

<sup>15</sup> Cf. **S/A** (2001), *O Caso de Goa. 40 Anos depois (1961-2001)*, recordando a história. Análise política, jurídica e militar, Actas da Conferência, Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais (NECPRI), Universidade Nova de Lisboa e declaração pública da sentença do Tribunal Internacional sobre o direito de passagem dos enclaves em <http://www.icj-cij.org/docket/files/32/4523.pdf> [Acesso: 16 de Maio de 2009]

militarmente pela União Indiana, pondo fim à presença portuguesa na Índia<sup>16</sup>. Um ano depois, em 12 de Março de 1962, numa apresentação ao Parlamento Nehru afirmava:

*«It ends a part of history which is not pleasant for us to remember and starts a new historical epoch in India.»*<sup>17</sup>

Foram catorze anos de um braço-de-ferro ideológico e diplomático entre Salazar e Nehru e embora o conflito tivesse incomodado as Nações Unidas, nada mudou na sua posição face ao colonialismo.

Sandrine Bègue, uma historiadora francesa que analisou a questão da queda do Estado português da Índia, interroga-nos :

*« Comment dans ce combat entre David et Goliath, le Portugal a-t-il pu résister et mener aussi longtemps sa politique coloniale dans le sous continent indien jusqu'à ébranler le pacifisme de Nehru? »*<sup>18</sup>

A autora explica a existência de três factores essenciais que levaram à longa permanência portuguesa na Índia. Primeiro, Portugal beneficiou da “negligência” de Nehru e do Estado Indiano, que não contestou em devida altura a devolução de Goa, pensando que o facto de a Grã-Bretanha sair do território indiano assim como a França, levariam Portugal a trilhar um caminho idêntico.

Um outro historiador, Arthur Rubinoff<sup>19</sup>, é muito claro neste aspecto, afirmando que pelo facto da França, em 1956, ter cedido o controlo dos territórios ocupados, através do *Tratado de Sucessão do Sistema francês de Pondicherry, Karaikal, Mahe, and Yanam*, Nehru terá adquirido uma renovada confiança no seu pacifismo. Porém, o Primeiro-

---

<sup>16</sup> RUBINOFF, Arthur G. (1998), *The Construction of a Political Community: Integration and Identity in Goa*, Sage Publications, Nova Deli, pp. 73

<sup>17</sup> *Nehru's Speeches*, (Setembro de 1957 - Abril de 1963), Publications Divisions of the Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, Nova Deli, vol.4, pp.46 **APUD** BÈGUE, Sandrine (2007), *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia : Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-continent Indien (1945-1962)*, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, pp. 1245

<sup>18</sup> Tradução Livre: *Como é que num combate entre David e Golias, Portugal conseguiu resistir e manter a sua política colonial no território indiano até à perda do pacifismo de Nehru?*

BÈGUE, Sandrine (2007), *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia : Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-continent Indien (1945-1962)*, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Vol. 2, pp. 1245

<sup>19</sup> RUBINOFF, Arthur G. (1998), *The Construction of a Political Community: Integration and Identity in Goa*, Sage Publications, Nova Deli, pp. 49

ministro indiano acabaria por perceber que a posição portuguesa em nada seria igual à francesa.

Em segundo lugar, Nehru subestimara a questão de Goa, preocupando-se mais com o conflito indo-paquistanês e com a questão de Caxemira.

Por último, apenas no período inicial da independência indiana os imperativos de uma unidade geográfica faziam sentido, pelo que esta teria sido a única altura em que se justificaria uma ocupação militar, sem que Nehru recebesse a condenação ocidental e destabilizasse a sua política externa.

Na verdade, Portugal prolongou muito para além do que seria razoável a sua permanência no subcontinente e não soube sair dignamente do conflito diplomático. A defesa do território indiano, que Salazar literalmente impôs, tinha um sentido demasiado imperialista, orgulhoso e solitário.

Jawaharlal Nehru acabou por usar uma ocupação militar efectiva como a única solução para expulsar os portugueses dos territórios, que a União Indiana considerava seus de direito. O Primeiro-Ministro indiano não teria o intuito de abandonar a sua ideologia pacifista mas a demora na resolução da ocupação portuguesa, a seu ver inaceitável, nos territórios de Goa, Damão e Diu e as pressões políticas internas fizeram-no ceder. Salazar, por outro lado, continuava a insistir nesta ocupação com medo do possível efeito de contágio de uma descolonização indiana ao continente africano, o que de alguma forma se veio a verificar na primeira metade da década de 1960.

Depois da ocupação de ex-colónias e de meses de aprisionamento em território agora indiano, os militares portugueses regressaram a Lisboa, em 26 de Maio de 1962. Esta demora deveu-se a um desinteresse do Estado Português em fazer concessões no governo de Nehru para repatriar os seus soldados. Quando chegaram ao Cais do Conde de Óbidos, em Lisboa, o General Vassalo e Silva e o que restava da guarnição portuguesa na Índia, foram esperados pela Polícia Militar como criminosos.

Os militares renderam-se e começou nesta altura o apuramento de responsabilidades, com um levantamento de um inquérito presidido pelo General David dos Santos. Apenas em 1963 são conhecidas as penas: para uns seria a demissão, para outros a suspensão por 6 meses ou a reforma compulsiva. Somente depois da Revolução do 25 de Abril de 1974 que depôs o regime ditatorial, os militares viram as suas penas serem anuladas.

A história de queda do Estado Português da Índia é sem dúvida, «(...) *uma história de vulnerabilidade externa crescente de um país colonial ameaçado. Uma ameaça que começa na Ásia, na periferia do império, onde uma nova soberania pôs em causa a estabilidade de fronteiras centenárias.*»<sup>20</sup>

A relação luso-indiana, depois desta crise diplomática, ficou naturalmente suspensa e as conversações entre ambos os países foram cortadas até Dezembro de 1974, altura em que Portugal reconhece a soberania da União Indiana sobre os territórios de Goa, Damão e Diu. Contudo, a crise da descolonização deixou marcas profundas na sociedade portuguesa e indiana e até algum constrangimento histórico que acabou por se reflectir na negligência da criação de uma relação bilateral sólida entre Portugal e a Índia, a qual nunca figurou nas prioridades da política externa dos dois estados.

## **I. 2. As políticas externas de Portugal e da Índia**

Neste subcapítulo e após termos evidenciado numa breve passagem a queda da Índia Portuguesa e o impacto que esta teve, é essencial compararmos as políticas externas de ambos os países para aferirmos se a descolonização portuguesa condicionou ou não a relação luso-indiana e, se sim, de que forma o fez.

A primeira contextualização permite-nos levantar várias questões tais como: se Portugal terá considerado a Índia enquanto prioridade política e diplomática na sua política externa, ou vice-versa? Quais são as prioridades dos dois países? Que tipo de parcerias procuraram ao longo dos anos? Bilaterais ou multilaterais? E quais são as parcerias mais importantes para cada um? Estas são questões essenciais para a compreensão da relação entre Portugal e a Índia e sobretudo para o entendimento das posições de cada país na comunidade internacional.

No quadro das relações internacionais, é também importante falarmos dos papéis de Portugal e Índia e das suas políticas externas, pois estas irão ajudar-nos a entender mais facilmente a relação entre ambos, assim como alguns dos problemas que determinaram a desenvolvimento desta mesma relação.

---

<sup>20</sup> **MORAIS**, Carlos Alexandre de (1999), *A Queda da Índia Portuguesa – Crónica da Invasão e do Cativo*, 3ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 342



## **I. 2. 1. A política externa portuguesa**

A política externa portuguesa conhece uma evolução marcada por três etapas fundamentais, de acordo com Nuno Severiano Teixeira<sup>21</sup>. O primeiro momento é o do Portugal Medieval que manteve, até ao século XV, as suas relações externas apenas com os reinos peninsulares.

Num segundo momento, o historiador considera que a política externa sofre uma alteração a partir do século XV, com a procura do Estado português em reestruturar as suas orientações estratégicas, concentrando as mesmas no Atlântico e na Espanha.

O terceiro estágio surge num interesse em novas alianças. Historicamente emerge a aliança inglesa, uma das mais importantes alianças que Portugal conseguiu na sua história; a aliança com os Estados Unidos da América (EUA), depois da Segunda Guerra Mundial e mais tarde, num novo patamar político e multilateral, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), aliança a partir da qual Portugal conseguiria uma plataforma para a sua inserção na esfera mundial.

Numa outra vertente da política externa portuguesa, assistimos a uma alteração da conduta política através da criação de um traçado colonial, alcançado em vários ciclos do Império Português começando na Índia, Brasil e África. Até 1974, a política externa portuguesa iria continuar bastante condicionada pela dimensão colonial africana, algo surpreendente, tendo em conta o fenómeno da europeização que se notava cada vez mais. Ou seja, até ao final do regime autoritário de Salazar, a estratégia para as linhas de orientação da política externa portuguesa passava pela aliança atlântica, pelo distanciamento face à construção europeia (sobretudo aquele que apresentava tendências mais supranacionais como a Comunidade Económica Europeia) e pela defesa do império colonial, que se começava a desmoronar, na década de 60, com os sucessivos conflitos na Índia e em África.

Embora Salazar não aderisse à Comunidade Económica Europeia (CEE), viria a associar-se à EFTA (European Free Trade Association), em 1960. Mas somente na década de 70, com o início do processo da democratização portuguesa, é que assistiríamos a uma alteração do paradigma da política externa portuguesa, ou seja, a uma abertura à internacionalização e “europeização”. O próprio Primeiro Governo

---

<sup>21</sup> **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (2004), “*A Europeização da Política Externa Portuguesa*”, In: *Diplomatas e Diplomacia - Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coordenação de Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa

provisório de 1974 ficou conhecido pela sua agenda política com a fórmula dos três D's: *descolonização, democratização e desenvolvimento*, conceitos extremamente importantes na afirmação de um novo posicionamento político português.

António José Telo<sup>22</sup>, no que concerne às relações externas portuguesas apresenta-nos quatro eixos principais após 1974.

O primeiro incide sobre as opções de descolonização, após o 25 de Abril a Julho/Setembro de 1974. A data histórica do 25 de Abril representa o necessário ponto de viragem na política portuguesa. Não só se verifica uma mudança de poder interno, com o fim do Portugal *pluricontinental* e das políticas ultramarinas<sup>23</sup>, como se segue o término das acções das Forças Armadas e a consequente internacionalização das guerras civis que entretanto haviam deflagrado em alguns territórios, como foi o caso de Angola e Timor.

O segundo eixo do foco das relações externas seria a partir de Julho/Setembro de 1974 até Novembro de 1975, com o envolvimento externo na luta para uma democracia pluralista em Portugal. Os esforços político-partidários foram extremamente importantes para projectar o país na comunidade internacional, cuja inserção foi amplamente procurada entre 1975 e 1985, ao que António José Telo considera como o terceiro ponto principal.

Por último, a procura da renovação da internacionalização portuguesa surge como o quarto e último eixo, situando-se cronologicamente entre 1985 até aos dias de hoje.

Recuando um pouco atrás, a partir de 1974, um dos grandes objectivos do novo regime prendia-se precisamente à projecção de Portugal na nova ordem mundial. O processo de entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, alterou completamente o seu modo de relacionamento político, diplomático e mesmo económico com os outros países<sup>24</sup>. A integração europeia foi vista pela elite do Portugal democrático como fundamental para a consolidação democrática e para a realização das expectativas de desenvolvimento criadas após a ditadura.

Por outro lado, a descolonização introduziu uma ruptura na história portuguesa, na medida em que movimentou o foco das suas prioridades políticas na direcção da Europa continental.

---

<sup>22</sup> Cf. TELO, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de Abril à actualidade*, Volume II, Editorial Presença, Lisboa

<sup>23</sup> *Idem*, pp. 152

<sup>24</sup> Cf. LEITÃO, Nicolau Andresen (2007), *Estado Novo, Democracia e Europa 1947-1986*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa

Hoje, Portugal, no que respeita à segurança baseia essencialmente a sua política externa na aliança atlântica, enquanto em termos económicos, a mesma está concentrada na União Europeia. José Palmeira considera os eixos vinculativos da NATO, União Europeia e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), essenciais ao posicionamento português na ordem mundial, pelo que afirma:

*«A OTAN constitui o principal bloco político-militar capaz de impor a sua força na sua área de jurisdição [...]. A UE é um dos principais blocos político-económicos mundiais, capaz de rivalizar com os oponentes norte-americanos e japoneses. Finalmente, ao nível de identidade cultural, Portugal procura com a CPLP defender e perpetuar uma "marca" lusófona, face a uma mundialização uniformizadora.»<sup>25</sup>*

A adesão às Comunidades Europeias e a descolonização que o país sofreu constituíram dois marcos na sociedade portuguesa pós-1975. As mudanças que daí vieram passariam obrigatoriamente pelas alterações dos paradigmas de estabilidade *versus* desenvolvimento e continuidade *versus* transição. Apesar da nossa participação na União Europeia nos ter determinado uma abordagem multilateral às questões internacionais, as relações bilaterais não se tornaram irrelevantes e Portugal possui alguns relacionamentos que são indispensáveis distinguir.

Em termos geográficos e devido ao factor incontornável da proximidade, a parceria entre Portugal e Espanha continua a ser uma das mais dinâmicas e sem dúvida uma das mais importantes. Não podemos deixar de referir, que curiosamente, a relação entre Espanha e Portugal só melhorou significativamente após a entrada de ambos na Comunidade Europeia, factor que incrementou o diálogo e os investimentos entre os dois países.<sup>26</sup>

Seguindo a lógica proximidade geográfica, na bacia do Mediterrâneo, não podemos deixar de destacar também a relação de Portugal com a Argélia, que é o nosso maior fornecedor de gás natural e Marrocos e onde o tecido empresarial português tem

---

<sup>25</sup> PALMEIRA, José (2006), *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Prefácio, Lisboa, pp. 208

<sup>26</sup> Cf. VÁRIOS, (2002), "Portugal-Espanha, uma relacionamento "coopetitivo" ", In: Janus 2002, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Jornal Público, Lisboa [[http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_3\\_2\\_22.html](http://www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_22.html)] Acesso: 01/04/2009]

aumentado significativamente nos últimos anos<sup>27</sup>. Além disso, a República Portuguesa tem fortalecido o papel do Mediterrâneo junto da União Europeia, através do seu envolvimento no “Processo de Barcelona” e no Fórum Mediterrânico<sup>28</sup>.

O Brasil tem sido uma das grandes prioridades da política externa portuguesa, desde 1995, não só por ser uma das futuras potências mundiais, mas também porque a relação entre Portugal e o Brasil pode fomentar uma aproximação maior entre a UE e o MERCOSUL, ou seja, uma clara aposta na cooperação inter-regional.

No continente africano, Angola continua a ser o país com o qual Portugal mantém uma relação bilateral de relevo, não só em termos económicos como históricos<sup>29</sup>. A presença do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em Lisboa em Março de 2009, é sinal desse bom relacionamento. As relações comerciais têm sido bastante importantes, os negócios cresceram assim como o investimento directo estrangeiro português em Angola. Os contactos privilegiados de Portugal neste Estado africano poderão ser uma forma de levar alguns países a procurarem-nos como intermediários.

No continente asiático, as orientações estratégicas nunca concederam o relevo necessário ao potencial deste mesmo espaço, talvez porque a política externa portuguesa quanto à Ásia e Pacífico fora condicionada por dois legados complexos: Macau e Timor-Leste<sup>30</sup>, que absorveram o total enfoque português. Ao mesmo tempo, Portugal acabou ignorando países como a Índia e China, que sofreram grandes transformações económicas e políticas na década de 90.

O fim dos constrangimentos conjunturais que marcaram o passado, como a transferência da administração portuguesa de Macau para a República Popular da China, em 1999, e o apoio ao movimento independentista de Timor-Leste<sup>31</sup>, foram sem dúvida os primeiros passos para novas orientações diplomáticas nesta área geográfica.

---

<sup>27</sup> Cf. **NEGREIROS**, Joaquim Trigo de (2002), “*Mediterrâneo e Médio Oriente no quadro da política externa portuguesa*”, In: Janus 2002, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Jornal Público, Lisboa [ [http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_3\\_2\\_20.htm](http://www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_20.htm) - Acesso: 01/04/2009]

<sup>28</sup> **VASCONCELOS**, Álvaro de (1996), “*A Europeização da Política Externa Portuguesa*”, In: Portugal e a Europa – 50 Anos de Integração, Editorial Verbo, Centro de Informação Jacques Delors, Lisboa

<sup>29</sup> Cf. **LAGES**, Rita (2004), “*As relações bilaterais luso-angolanas*”, In: Janus 2004, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Jornal Público, Lisboa [ [http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_6.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_6.html) - Acesso: 01/04/2009] e **TELES**, Álvaro (2002), “*As relações Portugal-Angola: visão económico-empresarial*”, In: O Mundo Português, Número 37, Ano III, pp. 12 e 13

<sup>30</sup> Cf. Joaquim Trigo de Negreiros que apresenta no seu artigo “*A região Ásia-Pacífico no quadro da política externa portuguesa*”, publicação Janus 2002, o papel fulcral de Macau e Timor-Leste. Ambos são considerados pelo autor pontos de projecção portuguesa na região asiática, que ao mesmo tempo se provaram determinantes na mudança política da diplomacia portuguesa.

<sup>31</sup> Timor-Leste acabaria por condicionar as relações diplomáticas com a Austrália e Indonésia. O que representaria uma série de constrangimentos à sua presença neste espaço.

Timor-Leste foi um dos territórios que subsistiu mais tempo sob alçada do poder português. Apesar concessão portuguesa de independência, em 1975, este território é rapidamente invadido e anexado pela Indonésia três dias depois, todavia nunca reconhecido pelas Nações Unidas, como parte integrante da Indonésia, mas sim como território português até 1999.

A questão de Timor ganha relevo quando, em Outubro de 1996, o prémio Nobel da paz é entregue ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos Horta. Dois anos depois, o governo indonésio sofre grandes pressões pela crise económica asiática, que afecta em muito a Indonésia, ao ponto do regime de Suharto cair em Maio de 1998.

Em 1999, os Governos português e indonésio negociam a realização de um referendo sob a supervisão da ONU, o qual revelou a vontade inequívoca dos timorenses em acederem à independência. Porém a mesma só viria realmente a ser reconhecida em Maio de 2002, com a eleição de Xanana Gusmão para o cargo de Presidente da República Democrática de Timor-Leste. A diplomacia portuguesa foi crucial na condução do assunto Timor junto da União Europeia e das Nações Unidas. O fim da ocupação indonésia foi considerado por Portugal como uma vitória.

Portugal tem apoiado Timor-Leste através de campanhas solidárias para o desenvolvimento económico do país, recuperação de escolas no território e ainda através do envio de militares, nomeadamente a GNR, através da missão da ONU, para o controlo e manutenção da ordem e protecção da propriedade pública e privada em todo o território timorense. A nível bilateral, Portugal tem cooperado com Timor-Leste na promoção e consolidação do desenvolvimento sustentável do Estado e da sua integração na comunidade internacional – especificamente com a ONU e a UE -, sobretudo através do apoio sólido às instituições políticas democratas timorenses.

Contudo e à excepção de Timor, as relações bilaterais que Portugal mantém na Ásia são, em grande parte, fracas, tanto com os grandes países como a China e a Índia, bem como o Nepal, Butão, Sri Lanka, entre outros, quer por falta de meios para uma rede diplomática extensa neste continente quer ainda por falta de interesse.

Hoje, Portugal mantém uma relação estreita com a Índia, mas os progressos nesta mesma relação surgem apenas em 2000, aquando o envolvimento do Estado português no processo de organização da primeira cimeira entre a União Europeia e a Índia e quando Portugal iniciou uma visita de Estado ao subcontinente indiano, ao mais alto nível diplomático, procurando novas parcerias económicas junto de empresas indianas.

Alguns dos motivos para a negligência de uma relação tão necessária, como pode ser a relação luso-indiana, foram o desinteresse, que durante décadas mitigou a relação; o desconhecimento português das transformações indianas e alguns constrangimentos históricos como o processo de descolonização português em Goa, Damão e Diu, desenvolvido no subcapítulo anterior. É de salientar ainda que a Índia nunca foi encarada como uma prioridade na política externa portuguesa, nem na sua diplomacia cultural e económica até 1975.

Com a China, caso semelhante ao da Índia, não existe uma parceria consistente entre ambos os países, porém, nos últimos anos têm sido evidenciados alguns esforços para reforçar os laços bilaterais, especialmente na esfera económica. Um dos argumentos para o incremento das relações diplomáticas sino-portuguesas tem sido a história e a presença portuguesa em Macau, ex-colónia portuguesa mas onde os traços lusitanos já são praticamente inexistentes<sup>32</sup>.

Macau foi, até 1999, uma das principais preocupações da política externa portuguesa no Oriente, o que nos permite questionar se esta foi uma das razões que levou Portugal a descurar os restantes países asiáticos. Contudo, nem com a China, durante as negociações da transição do território de Macau, Portugal incrementou expressivamente a sua preponderância no continente asiático e as suas relações diplomáticas.

A Ásia contemporânea, que compreende potências como: Coreia do Sul, Tailândia, Hong Kong, Singapura, Indonésia, Filipinas, Malásia, China, Índia e o Japão, é hoje um dos pólos económicos mundiais mais dinâmicos e mais procurados, ao qual Portugal dificilmente poderá permanecer alheio.

---

<sup>32</sup> Cf. **FERNANDES**, Moisés Silva (2006), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, Cap. VII

## **I. 2. 2. A política externa indiana**

*«Past centuries might have belonged to Europe or to the white races in general, but it was now time for non-white and previously subordinated peoples to come into their own. »<sup>33</sup>*

A Índia, país com mais de um bilião de habitantes, com raízes culturais e religiosas que representam um complexo mosaico de inúmeras etnias e castas, dificilmente poderá ser caracterizada de forma linear. As questões nacionalistas foram e são ainda uma fragilidade indiana, assim como as diferentes posições entre hindus e muçulmanos, que causaram intensos constrangimentos internos ao longo do último século.

A sua imagem tem-se transformado ao longo dos últimos anos, passando de um país em vias de desenvolvimento a uma superpotência mundial, o que se deve em grande parte aos efeitos da globalização, ao crescimento e sucesso económico, com base nas novas tecnologias procedentes das reformas económicas de 1991 e ainda ao facto da Índia possuir armamento nuclear, hoje sinal de poder. Além de que, antes mesmo do final da Guerra Fria, a Índia procurou atingir os seus objectivos sem qualquer dependência externa, demarcando-se dos EUA e da União Soviética, promovendo o desarmamento mundial, as resoluções pacíficas de conflitos ainda existentes e o desenvolvimento económico.

A República Indiana começa a desenvolver a sua política externa em 1947, ou seja, a partir da sua independência. Jawaharlal Nehru que se tornou Primeiro-Ministro da Índia no mesmo ano e que ocupou o cargo até 1964 foi o grande impulsionador da política externa indiana, estabelecendo como principais linhas de orientação estratégica:

- A promoção da paz e defesa dos princípios de coexistência pacífica<sup>34</sup>;
- O anti-colonialismo e anti-imperialismo;
- A defesa da não discriminação racial;
- O não-alinhamento;
- Uma política de vizinhança estável e pacífica
- A cooperação regional

---

<sup>33</sup> **GUHA**, Ramachandra (2007), *India After Gandhi – The History of The World’s Largest Democracy*, Pan Macmillan, Londres, pp. 153

<sup>34</sup> Os princípios de coexistência pacífica são cinco e foram acordados pela China e Índia, num mútuo acordo referente ao Tibete, em 1954. São também denominados por *Panchsheel* e visam o respeito mútuo pelos territórios e soberania de cada Estado, um acordo de não agressão e de não interferência nos assuntos internos de cada Estado, Igualdade e benefícios e por último a coexistência pacífica.

- A luta contra o terrorismo.

O país assume de igual forma esta mesma postura nas relações com os seus vizinhos e com as novas organizações mundiais que começavam a surgir, como a ONU, a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Associação das Nações da Ásia do Sudeste (ASEAN), entre outras.

A União Indiana abriu-se à comunidade internacional tornando-se membro na ONU, a 30 Outubro de 1945, sendo um dos países fundadores. Enquanto membro da Nações Unidas, a Índia tem desempenhado um papel extremamente activo, exemplo disso é a sua participação como mediadora no conflito entre a Coreia do Norte e do Sul em 1950 e na crise do Suez em 1956. No apoio à descolonização, a Índia enviou forças militares para apoiar as Nações Unidas no Congo, em Angola, em Gaza e no Chipre.

A Índia sofreu durante muitos anos uma exploração colonial em todo o território, não só por parte dos portugueses mas sobretudo pelo imperialismo britânico, do qual resultou um dos pontos fundamentais da política externa indiana, a luta contra o colonialismo, quer no continente asiático mas também no continente africano. O colonialismo é ainda, no imaginário indiano de hoje, algo de inaceitável.

Os princípios base da coexistência pacífica, defendidos e idealizados por Mahatma Gandhi e Nehru, que são também a base da política externa indiana, foram inclusive aceites na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, juntamente com todos os estados asiáticos e alguns estados africanos, onde se pretendia a promoção e cooperação económica e cultural entre os dois continentes, como forma de oposição ao colonialismo e imperialismo.

A Índia vê também a sua política externa como uma parte integrante de um enorme esforço na construção do seu papel de potência mundial e de nação, através de um crescimento económico sustentável, de um incremento do bem-estar da sociedade civil, da conservação da integridade territorial e do seu poder. Uma postura idealista que contrasta com a *realpolitik* que vinha sendo desenvolvida pelas grandes potências, através de uma militarização das suas políticas externas, sanções a outros países e sobretudo uma política de contenção dos ideais comunistas. Somente entre a década de 60 e 80, enquanto Indira Gandhi esteve no poder, houve tomadas de posição mais consonantes com as premissas do "realismo" político.

A primeira área de foco da política externa indiana passa pela sua vizinhança, sendo a grande prioridade no que toca a laços políticos, económicos e culturais, tidos como fundamentais para a estabilidade na região. As rápidas alterações económicas no



continente asiático conduziram de igual forma a uma procura de novas parcerias estratégicas.

Hoje, a Índia mantém uma rede de contactos e missões diplomáticas bastante densa, mas importa referirmos aqui apenas as mais importantes, de forma a contextualizar as suas prioridades políticas. A nível da proximidade geográfica destaca-se o Butão, que tem realizado alterações políticas importantes como a introdução de uma monarquia constitucional e democrática, mas que assumiu ao mesmo tempo um novo compromisso com a Índia com o objectivo de fomentar as relações bilaterais, que tem sido bastantes fracas.

O Nepal mantém uma relação bilateral estável com a República Indiana, que nos últimos anos tem beneficiado de um crescimento económico significativo. Relativamente ao Bangladesh, a Índia conserva uma relação harmoniosa, baseada em esforços para uma mudança política por parte deste, que revelam sinais de prosperidade para a relação. O Sri Lanka é um caso diferente: apesar das relações diplomáticas existirem, há uma preocupação indiana sobre conflito étnico do país, que acaba por perturbar os contactos políticos e diplomáticos.

A relação com o Paquistão tem sido a mais difícil de todas para a Índia e a disputa territorial de Caxemira permaneceu um problema sem solução, que até hoje limita a relação entre ambos. A Índia e o Paquistão entraram em guerra por diversas vezes, a primeira em 1965, depois em 1971, devido à disputa de Caxemira e em 1999 devido a atentados terroristas na Índia.<sup>35</sup> Após o primeiro incidente, a União Soviética assumiu um papel determinante enquanto mediadora do conflito.

Em Maio de 1998, tanto a Índia como o Paquistão realizaram ensaios nucleares, o que preocupou a comunidade internacional, que temeu que Caxemira viesse a ser um palco de guerra nuclear. O processo de diálogo e negociações continuou, com sucessivos avanços e recuos.

Em 1999, foi assinada uma declaração conjunta entre o Primeiro-Ministro indiano, Atal Behari Vajpayee e pelo Primeiro-Ministro paquistanês, Nawaz Sherif, onde foram acordadas negociações para a resolução da disputa de Caxemira, sem interferirem nos problemas internos. Contudo, o Paquistão não respeitou essa declaração, lançando em Kargil uma ofensiva, em Maio de 1999, que teve como

---

<sup>35</sup> O terrorismo em Caxemira, que começou a fazer-se notar nos anos 80 e internacionalizou-se durante 1990.

resultado um confronto armado entre os dois países. Apesar do esforço para melhorar, nesta relação poucos progressos têm sido feitos.

Em 2004 e 2005 novas reuniões ocorreram, sem haver qualquer consenso até hoje, todavia uma boa relação com o Paquistão é extremamente importante e necessária para estabilidade interna da República Indiana, pois permite-lhe focar-se noutros domínios e noutras parcerias.

Em termos de defesa, a Índia é conhecida por deter um dos maiores exércitos do mundo, algo que contrasta com a sua política de não-violência, mas que se justifica com a sua vontade de querer ser uma superpotência e querer estar ao nível das restantes grandes potências. Além de que a insegurança em relação ao Paquistão, é um ponto fundamental na segurança regional da Ásia do Sul<sup>36</sup>.

No Sudeste asiático, uma das principais preocupações indianas prende-se com o seu país vizinho – a China. Ambos são países que hoje ocupam lugares de relevo no sistema político internacional, daí a importância de uma parceria não só económica, mas sobretudo política. O sucesso dos dois Estados, as chamadas potências asiáticas emergentes, faz com que a relação sino-indiana seja, não só, indispensável como relevante para a estabilidade do Sudeste asiático<sup>37</sup>.

O relacionamento destes dois países está intrinsecamente ligado à década de 50<sup>38</sup>, altura em que ambos se afirmaram como Estados plenamente soberanos e durante a qual as questões ligadas à segurança se converteram numa competição, embora hoje exista um compromisso de longa duração em relação a esta matéria.

Um dos primeiros pontos relevantes da relação sino-indiana focou-se sobretudo na questão dos limites geográficos de cada país, vistos por ambos com suspeita e alguma desconfiança. Um segundo factor que condicionou, em parte, esta relação foi a aliança estratégica criada entre a China e o Paquistão, que surgiu precisamente uma semana antes do conflito sino-indiano em 1962.

Outro elemento que contribuiu para a instabilidade desta relação foi o Tibete e a disputa territorial que daí ocorreu, embora em 2003, a Índia viesse a reconhecer o Tibete como parte integrante da soberania chinesa. Ainda antes da guerra com a China, em

---

<sup>36</sup> SAHNI, Varun (Setembro de 2007), "A Índia emergente: Rejeitar a região, alcançar o mundo?", In: *Relações Internacionais*, Número 15, Lisboa, pp. 21 a 34

<sup>37</sup> MAHTANEY, Piya (2007), *India, China and Globalization - The Emerging Superpowers and the Future of Economic Development*, Palgrave Macmillan, New York

<sup>38</sup> PATIL, Sameer Suryakant (2007), "India's China Policy in the 1950's: Threat perceptions and balances", In: *South Asian Survey*, Sage Publications  
[<http://sas.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/2/283> – Acesso: 27/02/2009]

1954, os dois países assinaram um acordo pelo respeito dos cinco princípios de coexistência pacífica em relação ao Tibete, referidos no início deste capítulo, ou seja o respeito pelo *Panchsheel*.

Porém as disputas territoriais ganharam relevo ao ponto da Índia e China entrarem em conflito em 1962, pondo fim à aproximação da política de não-alinhamento.

Nos anos seguintes, a China intensificou a sua aproximação ao Paquistão, apoiando-o na guerra com a Índia em 1971. Por outro lado, a Índia aproxima-se da União Soviética. Quando a mesma invade o Afeganistão em Dezembro de 1979, a Índia afasta-se dessa parceria, reunindo esforços para melhorar as relações com a República Popular da China.

Após sucessivos avanços e recuos na relação sino-indiana durante as décadas de 80 e 90, em 1998, após os testes nucleares indianos, o diálogo bilateral tornou-se constante devido à insatisfação chinesa relativamente ao poder nuclear da Índia e à ameaça que esta representava.

Em 2000 o Presidente K.R. Narayanan visita a China e restabelece os laços diplomáticos com Pequim. Desde a década de 90, aliás, que o crescimento espectacular dos dois países tornara apetecível a procura de uma parceria estratégica. Em 2004, registar-se-ia um volume de negócios de mais de 10 biliões de dólares e em 2007 este valor ascendia os 36 biliões, fazendo com que a China se tornasse o principal parceiro económico da Índia.

Um elemento igualmente relevante para a relação dos dois países é a questão energética e dos investimentos que ambos têm feito, sobretudo no continente africano em termos de recursos naturais, onde a China tem ganho mais acordos de exploração de reservas de petróleo do que a República Indiana. E embora seja um país rico em recursos naturais, a população indiana ascendeu aos 1,1 biliões de habitantes, o que criou necessidades muito superiores aos recursos disponíveis<sup>39</sup>.

Em termos de política externa, a Índia continua ainda, a apregoar a sua política de não-violência, no sentido de se constituir como um país de referência na promoção do diálogo para a paz e o desenvolvimento. Ainda hoje, os objectivos políticos indianos passam pela construção de uma vizinhança pacífica, estável e próspera, com uma integração conjunta das economias, através de projectos comuns que criem interesses no desenvolvimento de parcerias económicas e tecnológicos vantajosos para todos.

---

<sup>39</sup> Cf. **NORONHA**, Maria Lígia (Setembro de 2007), "*A Índia e o contexto energético internacional*", In: *Relações Internacionais*, Número 15, Lisboa, pp. 47 a 57

Mas, tal como Rodrigo Tavares<sup>40</sup> afirma:

«A principal obstrução à integração e cooperação económica na Ásia do Sul prende-se com a problemática situação política entre a Índia e o Paquistão. A Índia pretende aplicar ao Paquistão o «modelo chinês», ou seja, de aceleração económica enquanto ferramenta de pacificação.<sup>41</sup>» Porém, enquanto não for solucionada a disputa territorial de Caxemira esta cooperação económica será condicionada.

No âmbito multilateral, é de salientar também o papel da Associação Sul Asiática para a Cooperação Regional, da qual a Índia faz parte e que estabelece uma plataforma para o diálogo entre todos os associados, não só, a nível económico como a nível político e diplomático.

No continente africano, a Índia mantém laços históricos de décadas. Um dos mais importantes laços históricos é com a África do Sul, onde começou a luta de Gandhi contra o colonialismo britânico. As relações económicas com o continente africano são significativas e o interesse nos recursos naturais tem-se manifestado cada vez mais. Contudo e como já foi referido anteriormente, a Índia tem perdido muitas oportunidades de negócio para a China, especialmente no que respeita ao sector energético e à perda de acordos de exploração de jazidas de petróleo.

Outros desafios, que se colocam à política externa indiana, são o de gerir as restantes relações com as principais potências mundiais, como os EUA, a UE e a Rússia.

A relação entre a Índia e os EUA<sup>42</sup> prosperou em grande escala nos últimos anos, alargando também os seus domínios, incluindo questões de segurança e defesa, em particular o combate ao terrorismo, a ciência e tecnologia, saúde, comércio, espaço, energia, ambiente, entre outras áreas. Os EUA são um dos principais parceiros indianos em matéria de negócios. O investimento directo estrangeiro americano nas áreas das novas tecnologias tem sido fundamental para o *boom* do crescimento económico indiano.

Com a Rússia a República Indiana mantém uma relação privilegiada<sup>43</sup>. Em 1955, ano em que se realizou a Conferência de Bandung, de extraordinária importância,

---

<sup>40</sup>Cf. TAVARES, Rodrigo (Setembro de 2007), "*Integração regional na Ásia do Sul: Obstáculos e oportunidades*", In: Relações Internacionais, Número 15, Lisboa, pp. 59 a 72

<sup>41</sup>Idem, pp. 61

<sup>42</sup>Cf <http://www.indianembassy.org/newsite/indiausrel.asp> [Acesso 26 de Maio de 2009]

<sup>43</sup>Cf.

[http://indianembassy.ru/cms/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=50&Itemid=449](http://indianembassy.ru/cms/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=50&Itemid=449) [Acesso 27 de Março de 2009]

contribuiu para que Khrushchev apoiasse estrategicamente a Índia contra o Paquistão, aproveitando-se do conflito de Caxemira. Mas a desilusão indiana em relação à URSS, não tardaria, a crise húngara prejudicou bastante a imagem soviética, o que aconteceria mais tarde de igual forma com o levantamento do muro de Berlim.

Durante as décadas de 40 e 50, a União Soviética, viu na política de não-alinhamento da Índia uma oportunidade para atingir os seus inimigos. A Índia pediu uma mediação internacional no final da guerra com a China em 1962, aspiração não atendida pelo Ocidente, que levou a que a Índia procurasse na União Soviética um parceiro a todos os níveis, incluindo militar, como apoio para a sua defesa interna. O ressentimento pela indiferença das potências ocidentais e o apoio americano ao Paquistão foram factores que conduziram a uma aproximação da Índia à União Soviética em termos de relações externas.

No final do ano de 1961 e com a invasão de Goa, Nehru voltou a aproximar-se da política soviética, enquanto a comunidade internacional o condenava, a União Soviética apoiava a União Indiana.

A relação indo-soviética passou por dois momentos cruciais na história, o primeiro, quando Khrushchev lança uma ofensiva a Cuba, enquanto a China invade vários locais ao longo da fronteira dos Himalaias. As potências ocidentais apoiaram rapidamente a Índia, não só em termos políticos mas também militar, contudo a U.R.S.S. ficou num enorme dilema: se apoiasse a Índia estaria do lado Ocidental, se o não fizesse iria perder os laços políticos e económicos com a mesma. A U.R.S.S. viu-se obrigada a apoiar a Índia contra a China. Um outro momento ocorre em 1964, ano em que Nehru morre e Khrushchev é afastado do cargo. Esta situação colocou a relação entre os dois países num impasse, pois a mesma baseava-se essencialmente na interacção entre os dois actores políticos<sup>44</sup>.

O fim da Guerra fria e o colapso da União Soviética, em Dezembro de 1991, marcaram um ponto de viragem na política externa indiana. O desmantelamento de um dos mais importantes parceiros económicos e políticos de Nova Delhi provocou um enorme impacto na economia indiana, sendo esta obrigada a aceitar os fundos do FMI e consequentemente a liberalização da sua economia de forma a evitar a bancarrota do país. Seria precisamente esta "obrigação" que iria conduzir a um rápido crescimento

---

<sup>44</sup> Cf. **ROTHERMUND**, Dietmar (1969), "*India and the Soviet Union*", The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, Sage Publications, Número 386, pp. 78 a 88 [<http://ann.sagepub.com/cgi/content/abstract/386/1/78> - Acesso: 10/01/2009]

económico a partir da década de 90, baseado sobretudo nos efeitos da globalização e a numa aproximação aos EUA.

Um ano depois, em 1992 e através do Governo de Narasimha Rao, a Índia cria a *Look East Policy* enquanto orientação estratégica para a sua política Externa, que consistia no estabelecimento de fortes laços económicos e comerciais, no aumento da cooperação estratégica em matéria de segurança e na ênfase dos valores históricos e ideológicos (reforço nacionalista). O plano consistia também em criar e expandir um mercado regional e em gerar investimentos e desenvolvimento industrial.

Hoje, a Índia mantém com a Rússia uma parceria de longo prazo assente na confiança e continuidade da cooperação nas mais diversas áreas, entre as quais a da energia, alta tecnologia (software), combate ao tráfico de droga, defesa (venda de material bélico) e investigação espacial.

A União Europeia, eixo igualmente prioritário da política externa indiana, tem estabelecido novas parcerias com Nova Delhi, em áreas como o comércio e investimentos, ciência e tecnologia e cultura. A última cimeira<sup>45</sup>, sob égide da presidência portuguesa da UE, é prova disso, onde também houve um acordo sobre a questão das alterações climáticas e se reafirmou que tanto a Índia como a União Europeia partilham os três d's: Democracia, Diversidade e Dimensão.

Na Europa, a Índia mostrou que além do colectivo, ou seja a UE, também parcerias individuais com os Estados-Membros eram extremamente importantes. Desde 2007, a Itália, a Holanda, a Alemanha, o Reino Unido, a França e Portugal destacam-se como os principais parceiros europeus da Índia, em termos económicos e ao nível das trocas culturais.

Portugal reconheceu a República Indiana como país prioritário na sua política externa nos últimos cinco anos, realizando em Janeiro de 2007, uma visita de Estado ao mais alto nível diplomático, com o objectivo de criar novas parcerias económicas. Contudo até aqui a Índia tinha muito pouca expressão nos investimentos portugueses e vice-versa, sendo também escassos os acordos celebrados no âmbito diplomático.

Para a Europa, a Índia assumiu uma relevância estratégica desde 1973<sup>46</sup>, sendo um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a UE. Desde 1990 e com o final da Guerra Fria, a Índia tem procurado aprofundar a relação com a UE, sobretudo

---

<sup>45</sup> A Cimeira aqui referida é a de Novembro de 2007, da qual saí um relatório oficial disponível em [http://www.ccpi.pt/files/502120\\_081251.pdf](http://www.ccpi.pt/files/502120_081251.pdf). [Acesso: 02/02/2009]

<sup>46</sup> Curiosamente 1973 é o ano em que o Reino Unido entra para a então Comunidade Económica Europeia.

através das relações comerciais. Apesar de algumas reticências, em 1998, devido à circunstância da Índia se ter tornado uma potência nuclear, existe actualmente uma cooperação activa em vários domínios económicos, políticos, culturais e uma crescente preocupação comum em relação a certas formas de terrorismo, que se acentuou em 2008, na sequência dos ataques bombistas realizados por extremistas paquistaneses na cidade de Mumbai, a capital financeira do país.

É importante salientar também a equidistância europeia face aos conflitos que envolvem a Índia e os seus vizinhos (Caxemira sobretudo), conflitos que por vezes acabaram por constituir obstáculos a uma maior aproximação, como se pôde ver nas Cimeiras entre a UE e a Índia em 2001 e 2002. A falta de consenso em questões base (direitos humanos, terrorismo) mostra a dificuldade europeia de lidar com as preocupações indianas em assuntos que esta reputa de vitais para a sua segurança.

## Capítulo II

### As relações luso-indianas

#### **II. 1. O retomar da relação luso-indiana - 1974 a 1992**

No seguimento da revolução do 25 de Abril de 1974, golpe que destrona um regime autoritário em Portugal e ponto do qual se transita para a Democracia portuguesa, as relações diplomáticas entre Portugal e a Índia foram restabelecidas. Entre 1961, ano em que Portugal sai do território indiano, e 1974 registamos treze anos de vazio na relação bilateral, algo que indubitavelmente marcaria este relacionamento.

Em Setembro de 1974, em Nova Iorque, a relação luso-indiana sofre um ponto de viragem, durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Neste evento, Portugal e a República Indiana expressaram o seu desejo em restabelecer relações diplomáticas e consulares, acordando também a necessidade de cooperarem na preservação dos monumentos históricos e religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli. Nesse sentido é publicada a Lei Constitucional n.º 9/74, de 15 de Outubro de 1974<sup>47</sup>, que aprova um acordo entre os dois países. A lei reconhece à Índia a soberania sobre as antigas colónias portuguesas.

A 31 de Dezembro de 1974, em Nova Deli, é assinado o Tratado de Reconhecimento da soberania indiana sobre os territórios de Goa, Damão e Diu e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli<sup>48</sup>. Tendo como intervenientes: Mário Soares, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Português e Y. B. Chavan, Ministro dos Assuntos Exteriores do Governo Indiano (figura 1).



**Figura 1**

---

<sup>47</sup> **Anexo 1**

<sup>48</sup> KUMAR, Satish (1975), "Major Developments in India's Foreign Policy and Relations, July-December 1974", In: International Studies, N.º. 14, pp. 417 a 431 [<http://isq.sagepub.com>- Acesso: 26 de Fevereiro de 2009]



Embora o Tratado tivesse sido assinado em 1974, apenas seria aprovado no Decreto de Lei nº 206/75 a 17 de Abril do ano seguinte<sup>49</sup>.

Em 1975 as embaixadas eram reabertas, em Junho reabria a embaixada indiana em Lisboa e no decorrer de Julho a embaixada portuguesa, em Nova Delhi. Diplomáticamente a relação estava recuperada<sup>50</sup>.

Embora reactiva a embaixada portuguesa, somente um ano depois, em 1976, é nomeado o primeiro embaixador oficial para Nova Delhi, o Dr. Luís Gaspar da Silva, que viria a tomar posse a 22 de Junho de 1976, mantendo-se no cargo até 15 de Agosto de 1979, data da sua exoneração.

A embaixada portuguesa, em Nova Delhi, esteve quase um ano sem embaixador. Nem o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português tem qualquer informação sobre a existência de qualquer embaixador anterior ao Dr. Luís Gaspar da Silva, porque não existem registos documentais.

Do lado indiano é nomeado o Professor Sisir Kumar Gupta, como Embaixador em Lisboa, iniciando funções diplomáticas a 1 de Setembro de 1975 e terminando as mesmas a 30 de Agosto de 1977.

Mas o ano de 1976, quanto à relação luso-indiana, é contudo um ano vazio em termos diplomáticos, culturais e económicos, não houve qualquer estímulo ou dinamismo neste relacionamento. Apenas podemos destacar, em 1977, o surgimento do primeiro acordo conjunto, o *Acordo Bilateral sobre o Comércio, Economia, Indústria e Cooperação Tecnológica*, assinado a 3 de Abril, por António Manuel Rodrigues Celeste, na altura Secretário de Estado do Comércio Externo português<sup>51</sup>. Deste acordo resultaria um grupo de trabalho que só reuniu uma única vez em Novembro de 1981, em Nova Delhi.

Ainda no decorrer do ano, a 14 de Outubro de 1977, um novo embaixador indiano toma posse em Lisboa, Shri Pranab Kumar Guha, que permaneceria em funções até dia 31 de Agosto de 1979. O mesmo seria substituído a 15 de Outubro do mesmo ano por Shri Avadhuth Raoji Kakodkar, que assumia o cargo de embaixador até 20 de Abril de 1982.

---

<sup>49</sup> **Anexo 2**

<sup>50</sup> Neste mesmo ano é ainda extinto, pelo Decreto-Lei nº. 740-A/74, o Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia (**Anexo 3**).

<sup>51</sup> Decreto n.º 98/77 - Acordo Comercial e de Cooperação Económica, Industrial e Técnica entre o Governo de Portugal e o Governo da Índia (**Anexo 4**). Do lado indiano não é possível nomear a pessoa responsável pela assinatura, uma vez que o nome não consta na documentação disponível.

Contrariamente à década de 70, os anos 80 seriam o ímpeto necessário ao desenvolvimento da relação luso-indiana. A 7 de Abril de 1980 foi assinado, em Lisboa e pela primeira vez, um Acordo de Cooperação Cultural entre Portugal e a Índia. O mesmo foi assinado do lado indiano pelo Ministro da Educação, B. Shankaranand e do lado português por Diogo Freitas do Amaral, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice Primeiro-ministro<sup>52</sup>.

O presente acordo traçava um programa de trocas culturais, tais como: exposições; peças de teatro; música e cinema; trocas documentais; intercâmbios de estudantes e investigadores; organização de seminários; entre outros pontos. O mesmo foi ainda programado para cinco anos, sendo renovado automaticamente pelo mesmo período de tempo, até indicação contrária por qualquer uma das partes. É de ressaltar que embora o acordo começasse por ser um acto simbólico de cooperação entre os dois países, o mesmo foi um dos primeiros pontos de partida para o crescimento da relação luso-indiana.

Em termos diplomáticos e um ano depois, em 1981, André Gonçalves Pereira, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, retribuía a nível oficial, a visita à Índia, com o objectivo de reforçar a relação entre os dois países<sup>53</sup>. Porém esta viagem não surtiu qualquer efeito, visto que nos três anos subsequentes não acrescentou qualquer contacto entre ambos. Diplomáticamente houve ainda, em 29 de Abril de 1982, a nomeação do Dr. António Manuel da Veiga de Meneses Cordeiro como novo Embaixador português em Nova Delhi, substituindo o Dr. João Bastos, que entregou as suas credenciais a 4 de Junho de 1982.

O Dr. António Cordeiro viria somente a tomar posse a 26 de Junho, mantendo-se no cargo até 4 de Março de 1984. Ano em que o Dr. António Telo Moreira de Almeida de Magalhães Colaço, o viria a substituir<sup>54</sup>. Do lado indiano a permuta seria a 12 de Julho, com a tomada de posse de Shri S.K. Bhutani, que permaneceria em Lisboa até 12 de Janeiro de 1984.

Embora os mandatos terminassem e fossem substituídos os embaixadores, ficamos com a percepção de que até aqui, nenhum diplomata desenvolveu verdadeiras parcerias entre a República Indiana e Portugal e nada foi concretizado em termos práticos.

---

<sup>52</sup> **Anexo 5** – Decreto n.º.35/80

<sup>53</sup> Cf. [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 28 de Maio de 2009]

<sup>54</sup> O Dr. António Telo Moreira de Almeida de Magalhães Colaço foi nomeado a 10 de Fevereiro de 1984, tomou posse a 16 de Abril do mesmo ano e apenas viria a entregar as suas credenciais a 9 de Maio de 1988.

Apenas em 1984, o Ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, P.V. Narasimha Rao (figura 2), realiza a primeira visita a Portugal, ao mais alto nível diplomático, assumindo como objectivo da deslocação, a discussão de novas parcerias económicas<sup>55</sup>.



**Figura 2**

No mesmo ano, Mário Soares, enquanto Primeiro-Ministro, volta à Índia de forma a estar presente no funeral da Primeira-Ministra Indira Gandhi, que fora assassinada, representando o Estado português ainda que de forma simbólica.

A 4 de Fevereiro de 1984, Shri A.N.D Haksar tornar-se-ia o novo embaixador indiano em Portugal, mantendo-se no cargo até 18 de Agosto de 1987, data em que seria substituído por Shri Henry Austin<sup>56</sup>. Haksar parece-nos o primeiro embaixador indiano, em Lisboa, a procurar dinamizar a relação luso-indiana.

Durante o seu mandato, o embaixador fez a oferta de uma colecção de livros de cultura indiana à Universidade de Lisboa, em particular à Biblioteca da Faculdade de Letras. Porém, este mesmo donativo que seria a primeira troca cultural entre ambos, concretizando um dos pontos assentes no acordo cultural de 1980, nunca chegou ao seu destino, perdendo-se no porto de Lisboa<sup>57</sup>. Acontecimento lamentável do ponto de vista cultural e diplomático.

Depois da visita oficial de Mário Soares, do lado indiano, apenas em Março de 1986 decorreria uma nova visita diplomática, desta vez pelo Ministro dos Assuntos Internos, S. B. Chavan. O mesmo desloca-se a Lisboa, de forma a estar presente na tomada de posse de Mário Soares, como Presidente da República Portuguesa<sup>58</sup>. Ainda em termos diplomáticos, destaque para o Dr. Álvaro Manuel Soares Guerra que se tornava, a 6 de Julho de 1988, o novo embaixador português em Nova Delhi<sup>59</sup>.

Após a visita do Ministro dos Assuntos Internos indiano, S. B. Chavan, em 1986, existiu novamente uma interrupção nos laços diplomáticos entre os dois países. Quatro

<sup>55</sup> Cf. [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 28 de Maio de 2009]

<sup>56</sup> Cf. [http://www.indembassy-lisbon.org/pt/window\\_ambassadors.html](http://www.indembassy-lisbon.org/pt/window_ambassadors.html) [Acesso: 14 de Março de 2009]

<sup>57</sup> AAVV (2000), *Encontro sobre Portugal e a Índia*, Livros Horizonte, Fundação Oriente, Lisboa, pág. 239

<sup>58</sup> Cf. [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 28 de Maio de 2009]

<sup>59</sup> O Dr. Álvaro Guerra iria manter-se no cargo até 22 de Dezembro de 1992.

anos de silêncio na relação luso-indiana, apenas quebrados com a visita oficial do Presidente da República Indiana R. Venkataraman, em Março de 1990<sup>60</sup>.

A visita mostra sinais de uma revitalização do interesse português na Índia, que conduziu em Maio do mesmo ano à criação uma Comissão Conjunta. A qual reuniu em Nova Delhi, delineando um programa de cooperação cultural para o biénio de 1990-1992. O projecto de cooperação cultural consistia num plano misto de actividades nas mais diversas áreas, entre Portugal e a Índia.

Em termos de educação salienta-se: a permuta de documentos históricos, geográficos, económicos e culturais para uma correcta representação dos países em publicações escolares ou outras; a criação de projectos comuns de investigação e seminários sobre vários temas de história indo-portuguesa; a permanência de um leitor português do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), em Nova Delhi e a colocação de dois professores na Universidade de Goa; assim como a troca de informação e documentação sobre ensino, pedagogia, formação profissional e técnica, formação de professores, integração escolar de deficientes, publicações e materiais auxiliares, história e cultura indo-portuguesa.

Em termos culturais destacamos os seguintes acontecimentos que contribuíram para uma maior aproximação bilateral: a ida do coro Gulbenkian a Nova Delhi em 1990<sup>61</sup>; o apoio à iniciativa “Rota da Seda”, da UNESCO<sup>62</sup>; a realização de exposições sobre “Fernando Pessoa”, o “Azulejo Português”, “Pintura Portuguesa Contemporânea”, e “Cartografia Portuguesa” no India International Centre, durante o ano de 1991-1992; as trocas musicais, cinematográficas e de arte indo-portuguesa; a inauguração do Centro Cultural português em Nova Delhi em 1991, sob a tutela do Instituto de Camões (figura 3 e 4); entre outras actividades. A nível desportivo houve apenas a deslocação da equipa Académica de Coimbra a Goa, em 1992.

---

<sup>60</sup> Relatório Anual de 1990-1991 do Ministério dos Negócios Estrangeiros Indiano [<http://mealib.nic.in/> Acesso: 24/05/2009]

<sup>61</sup> [http://www.musica.gulbenkian.pt/pdf/coro\\_gulbenkian\\_40\\_anos.pdf](http://www.musica.gulbenkian.pt/pdf/coro_gulbenkian_40_anos.pdf) [Acesso: 8 de Agosto de 2009]

<sup>62</sup> A Rota da Seda foi uma iniciativa que abrangia actividades destinadas a um estudo completo da história da mesma. Esta análise compreendia uma investigação sobre a criação e desenvolvimento dos contactos culturais entre o Oriente e o Ocidente e sobre a consolidação da relação entre as nações do continente euro-asiático. Cf.: <http://www.silkroad.travel/grate-silk-road> e **BEHERA**, Subhakanta (21-27 de Dezembro de 2002), “India's Encounter with the Silk Road”, *Economic and Political Weekly*, Volume 37, Nº. 51, pp. 5077-5080 [<http://www.jstor.org/stable/4412978> -Acesso: 02de Agosto de 2009]

O balanço do programa de cooperação cultural foi no geral bastante positivo. Na área da educação verificou-se um número expressivo de acções realizadas, porém no que respeita à amplitude da permuta humana e documental muito pouco podemos assinalar, visto nada ter sido feito em termos práticos, embora houvesse uma projecção inicial.

A promoção da língua portuguesa e o ensino da mesma, por sua vez, ganharam relevo na diplomacia cultural exercida e na relação luso-indiana, através da disponibilização dos cursos de língua e literatura portuguesa na Universidade de Goa, de Jawaharlal Nehru e de Calcutá<sup>63</sup>.



**Figura 3**

No âmbito cultural, as acções são consideradas igualmente positivas, todavia apresentam um carácter mais simbólico, ou seja, a área cultural esteve assente em exposições, espectáculos e festivais, não abrangendo a cooperação técnica entre ambos os países. Comparativamente com as áreas da Comunicação Social e dos Desportos e Juventude, deparamo-nos com a situação diferente, em que quase nada foi realizado, ou tão pouco acordado e não existem argumentos que justifiquem esta lacuna.

No seguimento do programa de cooperação, o ano de 1991 tornou-se bastante importante na relação luso-indiana. Após a visita do Presidente da República Indiana, R. Venkataraman, em Março de 1990, foi ainda assinado o acordo de devolução à Índia de peças em ouro que haviam sido confiscadas pelo Banco Nacional Ultramarino, em 1961.

O mesmo foi efectuado, em 1991, entre o State Bank of India e o Banco Nacional Ultramarino, e concretizado durante a visita a Lisboa, do Ministro dos Negócios Estrangeiros Indiano, J. N. Dixit, e do Deputado Goês Eduardo Faleiro, que assinou também um acordo bilateral em relação ao Turismo<sup>64</sup>, que nunca obteve qualquer resultado.



**Figura 4**

<sup>63</sup> Cf.

<http://www.embportindia.co.in/html/culture/Portugal%20Keen%20to%20Extend%20Academic%20Tie.pdf> [Acesso: 10 de Abril 2009]

Mas, em 1991, um dos acontecimentos mais importantes foi, sem dúvida, a abertura do Centro Cultural Português em Nova Delhi (figura 4), inaugurado a 14 de Fevereiro, pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Durão Barroso.

O Centro tinha como objectivo a divulgação da língua e cultura portuguesa, abrindo pela primeira vez cursos livres. Actualmente o centro possui uma biblioteca, um ponto de acesso à internet, um auditório (este usado não só para conferências como para exibição de filmes) e ainda uma galeria que exhibe as mais diversas artes (pintura, fotografia, escultura, cerâmica, etc.).

Acentuamos igualmente que o Centro Cultural Português é na sua essência uma extensão do Instituto de Camões na Índia, constituído ainda por dois leitorados, um na Universidade de Goa e outro na Universidade Jawaharlal Nehru e por um Centro de Língua Portuguesa, criado somente em 2005, em Pangim<sup>65</sup>.

O ano seguinte, 1992, foi sobretudo um ano dedicado a actividades culturais de carácter extraordinariamente emblemático, com destaque para:

- Noite de Fados com Carlos do Carmo no auditório da FICCI em Nova Delhi e na Academia Kala, em Goa;
- Exposição de “Pintura Contemporânea Portuguesa”, na National Gallery of Modern Art;
- Espectáculos de Fernando Tordo e Carlos Mendes (Goa);
- Participação nos Festivais Internacionais de Cinema em Bangalore e em Calcutá;
- Participação na organização de Seminários Internacionais sobre «*India and Portugal: Encounters and Exchanges*», no Centro Internacional Indiano em Nova Delhi.

Mas um dos acontecimentos mais importantes de 1992 seria, sem qualquer dúvida, a visita de Mário Soares à Índia, enquanto Presidente da República. A visita surgiu pelo convite do Presidente da República Indiana, Ramaswami Venkataraman, para Portugal associar-se às comemorações do Dia da República Indiana, a 25 de Janeiro.

---

<sup>64</sup> Cf. Acordo Relativo à Restituição de Objectos e Valores - Decreto de Lei 15/93, de 11 de Maio de 1993 [Acesso a 3 de Fevereiro de 2009 - <http://www.gddc.pt/cooperacao/instrumentos-bilaterais/dec-15-dr-109-93.html> e <http://dre.pt/pdfgratis/1993/05/109A00.pdf>]

<sup>65</sup> Centro Cultural em Nova Delhi : <http://www.instituto-camoes.pt/centro-cultural-portugues-em-nova-deli/centro-cultural-portugues-em-nova-deli-4.html> [Acesso: 26 de Fevereiro de 2009]



A visita propriamente dita viria a decorrer entre 24 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1992<sup>66</sup> (figura 5). Mas um dos problemas iniciais desta viagem surge desde logo com a escolha da comitiva que iria acompanhar Mário Soares, com um número elevado de pessoas tendo em conta a natureza da mesma. A comitiva perfez um total de 120 individualidades, 70 acompanhantes e 50 jornalistas.



**Figura 5**

Mário Soares solicitou a presença dos meios de comunicação portugueses na viagem, para que os mesmos fomentassem a ideia que não subsistiam quaisquer ressentimentos do colonialismo português e que a relação entre os dois Estados evoluía de forma exemplar. Porém, uma investigação na Hemeroteca Nacional sobre os principais jornais, como o *Expresso*, o *Diário* e o *Jornal de Notícias*, da época em questão, permitiu-nos verificar que poucos foram os artigos publicados, não concretizando o suposto objectivo de Mário Soares.

Uma das controvérsias também mencionadas nesta visita foi um rumor que se difundiu por toda a comitiva indiana, anunciando que Mário Soares não podia subir escadas<sup>67</sup>. Este rumor tomou tais proporções que uma das recepções protocolares, em Jaipur, ocorreu num pavilhão e não no palácio do Marajá. O mesmo só seria desvalorizado quando Mário Soares convidou o próprio Marajá a subir a escadaria que dá acesso ao templo da ilha Elefanta.

A visita oficial teve ainda uma paragem obrigatória em Goa, onde Mário Soares teve uma notável recepção e anunciou a abertura do Consulado Geral português, em Pangim. Mas viagem ficou conhecida pela quebra protocolar, quando Mário Soares subiu para um elefante no Forte de Amber, exibindo um turbante cor-de-laranja ao longo do passeio (Figura 6).



**Figura 6**

Num balanço final de viagem, o Presidente da República Portuguesa visitou Nova Delhi, Jaipur, Cochim, Goa, Mumbai, Damão e Diu, sempre com o objectivo de aprofundar as relações luso-indianas nas áreas da cultura, ciência e economia. Desse objectivo, porém, nada de muito assinalável parece ter resultado em

<sup>66</sup> [http://www.fmsoares.pt/casamuseu/ofertas\\_visita/Fotog/Adaga\\_O.htm](http://www.fmsoares.pt/casamuseu/ofertas_visita/Fotog/Adaga_O.htm) [Acesso: 9 de Janeiro de 2009]

<sup>67</sup> MONTEIRO, Henrique e CARVALHO, Luiz (8 de Fevereiro de 1992), "A companhia das Índias", In: *Jornal Expresso*, pp. 14 a 16

termos concretos. No mesmo ano, ainda em termos diplomáticos, o Primeiro-Ministro indiano Narasimha Rao voltou a Lisboa, mas apenas por um dia. O mesmo encontrava-se de passagem para o Brasil, onde iria participar na Cimeira do Rio, em Junho de 1992. Desta rápida visita nada podemos assinalar.

É igualmente importante realçar o primeiro semestre de 1992, que politicamente ficou marcado pela primeira presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

Neste período e em termos de relações externas, Portugal estabeleceu como prioridades de agenda para a Comunidade Europeia as aproximações ao Brasil, países do Mediterrâneo, Médio Oriente e América Latina, ignorando a importância de uma aproximação à Ásia<sup>68</sup>. A Índia, por exemplo, desde 1991 que evidenciava um crescimento económico bastante expressivo.

Porém, à parte das decisões políticas e diplomáticas exercidas, o principal objectivo português, em 1992, foi demonstrar que o país estava plenamente integrado no projecto europeu e que possuía capacidades para exercer as responsabilidades de uma presidência europeia. A iniciativa de uma aproximação ao Oriente viria somente a ser tida em conta na segunda presidência portuguesa do Conselho da UE, em 2000.

## **II. 2. A consolidação dos contactos entre Portugal e a Índia - 1993 a 2000**

Após o período inicial do retomar da relação, é a partir de 1993, com a tomada de posse do novo embaixador Marcello de Zaffiri Duarte de Mathias<sup>69</sup>, em Nova Delhi, que a relação luso-indiana toma novo fôlego. Este embaixador viria substituir Álvaro Manuel Soares Guerra, que ocupou o cargo entre 6 de Julho de 1988 e 22 de Dezembro de 1992, data da entrega das suas credenciais.

Mas entre a saída de Álvaro Guerra e a tomada de posse de Marcello Mathias decorre quase um ano, tempo em que a embaixada não possuiu um representante diplomático ao mais alto nível, o que nos permite questionar a real importância da representação diplomática, em Nova Delhi, para o MNE português.

---

<sup>68</sup> Cf. Relatório Final com as conclusões da Presidência Portuguesa em 1992, disponível em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/0CBEC8EF-F6BB-47B8-AA19-C4A4E3409A20/0/ConclusõesPresidência1992.pdf> [Acesso: 5 de Maio de 2009]

<sup>69</sup> O embaixador Marcello Mathias toma posse a 1 de Novembro 1993.



Marcello Mathias juntava-se a João Bernardo Weinstein, Cônsul-Geral e a Luís Moura Rodrigues, responsável pelo centro cultural português. Um dos primeiros projectos do novo embaixador seria juntar toda a representação portuguesa num só edifício - a embaixada, o Centro Cultural Português e o ICEP (Investimento e Comércio Externo de Portugal) – de forma a reduzir custos e tornar os serviços mais eficientes<sup>70</sup>.

A divulgação do ensino da língua portuguesa foi também uma das prioridades do embaixador Marcello Mathias, que questionou desde início, o porquê do ensino da mesma, na Universidade de Jawaharlal Nehru (figura 7), estar incorporado no Centro de Estudos Espanhóis. O projecto futuro consistia em autonomizar o ensino da língua portuguesa.



**Figura 7**

Em termos culturais destaque ainda para a participação dos Segréis de Lisboa<sup>71</sup>, no Festival Internacional de Música em Nova Delhi, Bombaim, Goa, Madrastra e Bangalore, em 1993, dando a conhecer um pouco da música e cultura portuguesa nestes territórios. Foi igualmente apresentada uma exposição no Victoria Memorial Hall, em Calcutá, sobre «*As viagens portuguesas e os encontros civilizacionais*» e foi organizado um debate sobre o papel da Índia nas obras de Gil Vicente, por Selma de Vieira Velho, no Centro Cultural Português<sup>72</sup>. Ainda que simbólicas, estas actividades contribuíram de alguma forma para a estabilização da relação bilateral.

Culturalmente podemos destacar ainda a 18 de Janeiro de 1994, a inauguração do primeiro colóquio indo-português – *Cross cultural brokers in the Portuguese Asian experience* -, presidido pelo embaixador indiano Haksar no Indian International Center, em Nova Delhi. O evento tinha como objectivo discutir o impacto que os portugueses tiveram naquela região, enquanto agentes de uma outra cultura<sup>73</sup>, sendo o reflexo da procura de uma aproximação académica e científica dos dois países.

Deste colóquio, muitos foram os convidados que após o encerramento se deslocaram para Goa, de forma a participarem no VII Seminário de História luso-indiana,

<sup>70</sup> **MATHIAS**, Marcello Duarte (2004), *Diário da Índia, 1993-1997*, Gótica, Lisboa, pp. 58

<sup>71</sup> Grupo musical português fundado em 1972, por Manuel Morais. Cf. <http://apao.web.pt/outros/segreis.htm>

<sup>72</sup> **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Junho de 1996), *Portugal Newsletter*, Volume 3, Número 7, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp.69

<sup>73</sup> **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Abril/Agosto de 1994), *Portugal Newsletter*, Volume 1, Número 1 e 2, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp. 28-30

organizado pelo Prof. Teotónio de Souza no Centro de Investigação Histórica São Francisco de Xavier. Estes encontros foram de certa forma um alento para a comunidade científica luso-indiana, que via nestas circunstâncias a oportunidade de desenvolver debates entusiásticos que valorizavam as heranças culturais de ambos os países. Ainda em Janeiro foi inaugurado, em Goa, o Museu de Arte Sacra de Rachol, sob patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Diplomaticamente é importante destacar a 18 de Abril do mesmo ano, a inauguração do Consulado Geral de Goa, com a presença do embaixador português Marcello Mathias, do Ministro-Chefe de Goa, Wilfred de Souza, do Arcebispo Raul Gonçalves e do reitor da Universidade Goa, Prof. Dubashi<sup>74</sup> (figura 8). Assim como, a reunião do embaixador português com o então Secretário de Estado da Cultura, Sitakant Maha, a 17 de Junho de 1994, que tinha como objectivo a renovação do programa cultural previsto no acordo de 1980.



**Figura 8**

A 11 de Julho de 1994, tem lugar uma reunião entre o embaixador português em Nova Delhi e o novo embaixador indiano, Shri Surendra Kumar Arora que viria a tomar posse no dia 1 de Agosto de 1994, em Lisboa, permanecendo no cargo até dia 31 de Julho de 1996.

Neste encontro, o novo embaixador indiano propõe a Marcello Mathias que os ministérios promovessem reuniões anuais com os respectivos directores gerais, de forma a partilhar novas ideias e projectos<sup>75</sup>, programa que viria a ser concretizado. A primeira reunião decorreu a 18 e 19 de Abril de 1995.

Em termos políticos e diplomáticos, estes encontros assumem relevância na relação luso-indiana porque representam esforços de uma aproximação dos dois países, porém a equipa dinâmica que se criou na embaixada portuguesa, em Nova Delhi, sofre a primeira baixa em Setembro de 1994. João Bernardo Weinstein abandonava o posto em Nova Delhi para assumir um novo cargo em Viena.

Ainda em termos culturais, é importante salientar os seguintes acontecimentos:

- Lançamento o primeiro número de uma publicação da embaixada portuguesa, na Índia, a *Portugal Newsletter*, a 10 de Junho de 1994, que contava com a participação de

<sup>74</sup> [http://www.consuladoporugalgoa.com/historyp\\_data.php?id=6](http://www.consuladoporugalgoa.com/historyp_data.php?id=6) [Acesso: 7 de Março de 2009]

<sup>75</sup> MATHIAS, Marcello Duarte (2004), *Diário da Índia, 1993-1997*, Gótica, Lisboa, pp. 177

universitários portugueses e indianos<sup>76</sup>. A publicação, além de dar a conhecer as actividades da embaixada portuguesa, em Nova Delhi, promovia também a imagem de Portugal, através da sua cultura. A primeira edição, a título de exemplo é toda ela dedicada a Fernando Pessoa<sup>77</sup>;

- Publicação da revista *Oceanos*, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, com um número inteiramente dedicado à Índia e a todo o legado indo-português<sup>78</sup>;

- Entre 4 e 7 de Abril de 1995, relevo para a organização de um festival português na Índia, sob a égide do embaixador Marcello Duarte Mathias. O evento incidia em seis actividades culturais: gastronomia, a presença de um coro, um recital de piano, um seminário sobre Fernando Pessoa, cinema e ainda uma exposição de pintura<sup>79</sup>;

- Presença do embaixador português, no encerramento do seminário internacional dedicado a Fernando Pessoa e ao 60º aniversário da sua morte, na Universidade de Jawaharlal Nehru<sup>80</sup>, em 7 de Abril de 1995;

- Celebração, em Cochim, de uma missa na Basílica de Santa Cruz (figura 9) por D. José Policarpo, com participação do Coro da Gulbenkian<sup>81</sup>;

- Inauguração dos arquivos históricos da diocese de Cochim, pelo embaixador Marcello Mathias e pelo General Carlos Azeredo<sup>82</sup>. A ideia de restauro do arquivo nasceu da visita de estado de Mário Soares em 1992 e à frente do projecto esteve o Bispo D. Joseph Kurecthara, com o empenho e apoio total da Fundação Gulbenkian;



**Figura 9**

<sup>76</sup> **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Junho de 1996), *Portugal Newsletter*, Volume 3, Número 7, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp.69

<sup>77</sup> Cf. **RODRIGUES**, Luís de Moura (Abril/Agosto de 1994), *Portugal Newsletter*, Volume 1, Número 1 e 2, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

<sup>78</sup> Cf. **MOURA**, Vasco Graça, direcção (Setembro/Dezembro de 1994), *Indo-portuguesmente*, Revista Oceanos, Números 19/20, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Bertrand, Lisboa

<sup>79</sup> **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Junho de 1996), *Portugal Newsletter*, Volume 3, Número 7, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp.70

<sup>80</sup> **Idem**, pp. 71

<sup>81</sup> O evento decorreu a 10 de Abril de 1995 e está disponível em [http://www.musica.gulbenkian.pt/pdf/coro\\_gulbenkian\\_40\\_anos.pdf](http://www.musica.gulbenkian.pt/pdf/coro_gulbenkian_40_anos.pdf) [Acesso: 8 de Agosto de 2009]

<sup>82</sup> **MATHIAS**, Marcello Duarte (2004), *Diário da Índia, 1993-1997*, Gótica, Lisboa, pp. 246

- Inauguração, a 18 de Abril de 1995, da Delegação da Fundação Oriente, em Pagim (Goa)<sup>83</sup> (figura10).

- Participação portuguesa no 27º Festival de Cinema Internacional indiano, de 10 a 20 de Janeiro de 1996, em Nova Delhi, com o filme *Pax* de Eduardo Guedes, cedido pelo Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual;



**Figura 10**

- Organização da Semana Cultural Portuguesa, na Índia, entre dia 1 e 14 de Abril de 1996, com actividades como: seminário sobre o *Mar na Literatura portuguesa*, no Centro Internacional indiano, em Nova Delhi; exibição de cinema português em Calcutá e Madras<sup>84</sup>; e duas exposições – *India and Portugal through embroidered silk counterpanes (17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries)* - e - *Recent Paintings* de Celeste Maia, no Centro Cultural de Rabindra Bhavan, pertecente à Academia Nacional de Artes, Lalit Kala Akademi, em Nova Delhi;

- Assinatura do protocolo entre cinco Universidades de Lisboa (Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Católica, Universidade Aberta e a Universidade Técnica de Lisboa) e a Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Delhi. O mesmo foi celebrado em Lisboa, a 12 de Abril de 1996<sup>85</sup>. A delegação indiana presente em Lisboa para a assinatura do respectivo protocolo era composta por o Vice-chanceler da Universidade Jawaharlal Nehru, o Prof. Yoginder K. Alagh e pelo Ministro da Educação, Dr. Durga Dasgupta. A mesma teve ainda a oportunidade de visitar todas as universidades envolvidas.

Os objectivos deste protocolo visavam a cooperação nas áreas das humanidades, como literatura, linguística, cultura e língua portuguesa, geografia, história, relações internacionais, ciências sociais, entre outras áreas.

<sup>83</sup> <http://www.foriente.pt/60/india.htm> [Acesso: 28 de Maio de 2009]

<sup>84</sup> **Os filmes apresentados foram os seguintes:**

- *Passagem por Lisboa* de Eduardo Gueda
- *Três Irmãos* de Teresa Villaverde
- *Uma Vida Normal* de Joaquim Leitão
- *Adeus Princesa* de Jorge Paixão da Costa
- *Encontros Imperfeitos* de Jorge Marecos Duarte
- *Os olhos Azuis de Yonta* de Flora Gomes
- *Vertigem* de Leandro Ferreira

<sup>85</sup> **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Junho de 1996), Portugal Newsletter, Volume 3, Número 7, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp.74

A realidade é que todas estas iniciativas culturais, artísticas e educativas foram importantes, porque assinalaram o crescimento da relação e influenciaram positivamente a imagem externa e interna de Portugal perante a Índia.

Outra evidência que é necessária salientar, mas desta vez em termos políticos e económicos, é sem dúvida a organização do primeiro encontro bilateral entre Portugal e a Índia, em Nova Delhi, a 17 de Abril de 1995. Este encontro efectuou-se entre o Embaixador Quevedo Crespo, o Director geral para as relações bilaterais, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, Durão Barroso, e H.K. Singh, Secretário de Estado indiano<sup>86</sup>.

O interesse deste contacto bilateral prende-se ao facto de este ter sido o primeiro passo para a criação de parcerias económicas na relação, pois é neste seguimento, que entre 7 e 10 de Novembro de 1995, o Chefe do Estado de Goa, Mr. Pratap Singh Rane, visita Portugal com uma delegação de empresários indianos<sup>87</sup>, de forma a realizar uma prospecção de mercado para posteriores investimentos.

A realização da segunda reunião sobre o Acordo da Dupla Taxação, em Nova Delhi, a 23 de Fevereiro, foi igualmente relevante do ponto de vista político<sup>88</sup>, assim como a assinatura, a 6 de Fevereiro de 1997, do acordo de serviços aéreos entre o Governo da República de Portugal e o Governo da República da Índia<sup>89</sup>.

Mas em termos económicos e diplomáticos, no início do ano de 1997, mais concretamente entre 6 e 10 de Fevereiro, decorre também a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, à Índia. Esta comitiva era constituída pelo Vice-Presidente do ICEP, Dr. Diogo Tavares, o Presidente do Instituto de Camões, Prof. João Paulo Monteiro e o Director Geral das relações bilaterais, o Embaixador João Salgueiro<sup>90</sup>, tendo como objectivo a concretização de novas parcerias em vários âmbitos.

O segundo encontro bilateral, entre a República Portuguesa e Indiana, concretizou-se de igual forma em 1997. A 5 de Maio, em Lisboa, reuniram as duas delegações, com os seguintes representantes: do lado português o embaixador João Salgueiro, Ministro

---

<sup>86</sup> [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 19 de Janeiro de 2009]

<sup>87</sup> [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 19 de Janeiro de 2009]

<sup>88</sup> A comitiva portuguesa era constituída por Dr. Manuel Pires, Dr. Manuel Freitas Pereira e Dr. Valério Sousa, sendo que o primeiro encontro já tinha tido lugar em Lisboa, em Setembro de 1995. Cf. **RODRIGUES**, Luís de Moura, Ed. (Junho de 1996), Portugal Newsletter, Volume 3, Número 7, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp.74

<sup>89</sup> <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:273:0009:0017:PT:PDF>

[http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 30 de Janeiro de 2009]

<sup>90</sup> **MATHIAS**, Marcello Duarte (2004), Diário da Índia, 1993-1997, Gótica, Lisboa, pp. 386

dos Negócios Estrangeiros e do lado indiano, Nripendra Misra, Secretário de Estado<sup>91</sup>, porém desta reunião não é público qualquer projecto resultante.

A relação luso-indiana durante 1997 e 1998 seria no entanto alvo de grande polémica, porque neste último ano se celebravam os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Para compreender as grandes linhas desta controvérsia é necessário falarmos do papel da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e da sua intervenção no que diz respeito à Índia.

A CNCDP foi um organismo criado a 22 de Novembro de 1986, através do Decreto-Lei n.º 391/86, e extinto em 2002, pelo Decreto-Lei n.º 252/2002 de 22 de Novembro. Tinha como principais objectivos celebrar os marcos relevantes dos descobrimentos portugueses, como a passagem do Cabo da Boa Esperança (1487), a chegada à Índia (1498) e chegada ao Brasil (1500).

No que diz respeito à Índia, o programa oficial da CNCDP iniciou-se ainda em 1997, com a abertura solene na Sociedade de Geografia, a 7 de Julho. O projecto começava com a grande exposição de *Culturas do Índico*, no Museu Nacional de Arte Antiga, entre Junho e Setembro de 1998, e à qual o Prof. António Hespanha, Presidente da CNCDP, se refere no discurso de abertura que:

*«Nela se pretende documentar, o mosaico de culturas com que os portugueses se encontraram no cenário humano do Índico, com recurso a magníficas peças vindas das melhores colecções europeias, enquadradas por um olhar de antropologia histórica bastante inédito entre nós.»*<sup>92</sup>

Associada a esta iniciativa foi ainda lançada uma série de televisão, intitulada *Mar das Índias*. A série foi produzida em conjunto pela RTP e pela CNCDP e apresentada por Miguel Portas. A mesma era também constituída por quatro episódios, que apresentavam as rotas comerciais no século XV e que exaltavam os feitos portugueses.

Seria no início do ano de 1997, que o MNE português apresentaria à Índia, as razões para as comemorações deste aniversário, que passariam sempre respeitosamente

---

<sup>91</sup> RODRIGUES, Luís de Moura (Julho de 1997), *Portugal Newsletter*, Volume 4, Número 9, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi, pp. 87

<sup>92</sup> Discurso de abertura do Professor António Hespanha nas comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, na Sociedade Geografia a 7 de Julho de 1997. O documento disponibilizado pelo próprio.



pelos acontecimentos e diferentes avaliações de cada povo, mas dariam ênfase ao legado histórico do contacto entre os dois países.

Segundo o relatório final das actividades da CNCDP, a Índia esteve sempre muito receptiva às ideias, tendo estado inclusive:

*«o Embaixador da Índia em Lisboa (...) presente em várias cerimónias organizadas pela Comissão dos Descobrimentos, tendo colaborado com a Comissão na organização de vários eventos culturais. Teve grande repercussão nos meios culturais da Índia a exposição "A roda de fiar", sobre Gandhi e a arte do khadi, organizada pela Comissão dos Descobrimentos e comissariada pela senhora Tara Battacharjee, neta do Mahatma.»*<sup>93</sup>

Mas, durante o primeiro semestre de 1997, a Índia anunciou formalmente a não participação nas comemorações da viagem de Vasco da Gama, tornando impossível qualquer actividade conjunta<sup>94</sup>.

Muitas foram as opiniões negativas sobre estas comemorações. O Prof. António Hespanha indica precisamente que estas considerações incidiam num ponto de partida de uma suposta hegemonia europeia no subcontinente indiano e de um colonialismo português, algo que a CNCDP repudiou desde início.

Na realidade, o governo indiano sentiu pressões políticas dos partidos nacionalistas para se distanciar formalmente das comemorações portuguesas, sendo alvo de protestos locais, que conduziram a esse afastamento.

Após o esclarecimento formal indiano, a posição da CNCDP tornou-se muito clara:

*«a desdramatização desta declaração e a reafirmação do carácter não revivalista, ecuménico e respeitador do programa comemorativo português foi a tónica adoptada pela Comissão»*<sup>95</sup>.

A discussão surgiu, em Nova Deli, sobretudo no que dizia respeito ao papel e figura de Vasco da Gama e ao suposto colonialismo português. O descontentamento de Lisboa

---

<sup>93</sup> Relatório Final das actividades da CNCDP entre 1996 e 1998, pp. 16. Documento gentilmente cedido pelo Prof. António Hespanha

<sup>94</sup> A 15 de Janeiro de 1997, o Joint Secretary West indiano, Satyabrata Pal, comunica à Embaixada portuguesa em Nova Delhi, que teriam de adiar a primeira reunião da comissão paritária luso-indiana para as comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, que estava agendada para dia 20 de Janeiro. Para Marcello Mathias este foi o primeiro sinal de que a Índia não iria participar nas mesmas. Cf. **MATHIAS**, Marcello Duarte (2004), *Diário da Índia, 1993-1997*, Gótica, Lisboa, pp. 382

<sup>95</sup> Relatório Final das actividades da CNCDP entre 1996 e 1998, pp. 16

emergia do afastamento indiano. Na realidade esta questão trouxe algum embaraço e frieza às relações diplomáticas luso-indianas.

Porém, houve ainda a publicação de dois artigos académicos, depois da recusa oficial da participação indiana, em Agosto de 1997, numa edição do jornal *India Today*, em Nova Deli. Estes debatiam as razões do afastamento indiano das comemorações e criticavam as ideias portuguesas.

Um dos artigos foi assinado por Sanjay Subrahmanyam, historiador indiano e autor de uma biografia de Vasco da Gama, que achava que comemorar cinco séculos de dominação e colonialismo seria inaceitável.

Contudo, o autor exemplifica ainda que se os portugueses quisessem financiar uma cadeira de História Contemporânea, numa universidade indiana, no quadro das comemorações, nada teria a opor, na medida em que esse ensino não se poderia limitar à glorificação do passado português<sup>96</sup>.

O segundo artigo publicado pelo *India Today*, pertence a Claude Álvares, animador do Comité Nacional Indiano Anti Colonialista contra o 500º Aniversário e o precursor dos protestos de Kappkadavu em 1998.

O autor veio publicamente debater a comemoração dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, dando como exemplo o fracasso das comemorações espanholas da descoberta da América, por Cristóvão Colombo em 1992. Claude Álvares condenava o facto do Governo Indiano ter inicialmente admitido participar numa celebração do colonialismo e da servidão do povo indiano. O mesmo considerava ainda que via apenas nas comemorações portuguesas um exercício de auto-satisfação.

Em Lisboa, os autores foram criticados por Vitorino Magalhães Godinho e ainda por Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História, o qual julgou Portugal como covarde por não ter resolvido a questão de outra forma, considerando ainda de mau gosto e surreais as afirmações de Sanjay Subrahmanyam e Claude Álvares<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> A colocação dos artigos originais aqui expostos, em anexo, não foi de todo possível. Houve vários pedidos ao Jornal *India Today*, porém nenhum teve qualquer resposta. Cf. Artigo de Sanjay Subrahmanyam em <http://www.colaco.net/1/vascosanjay.htm> [Acesso: 10 de Maio de 2009]

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Fernando Correia (2004), "*Oriente: primeiros a chegar, últimos a partir, futuro vazio*", In: Revista Janus 2004, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Jornal Público, 2004 [[http://www.janusonline.pt/sociedade\\_cultura/sociedade\\_1998\\_4\\_31\\_d.html](http://www.janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_1998_4_31_d.html)] - Acesso: 25 de Junho de 2009]



O objectivo da CNCDP seria aproveitar a altura em que a história nos colocava em contacto e desenvolver esses laços culturalmente. Mas o MNE foi extremamente cuidadoso e ordenou a suspensão das comemorações perante toda a polémica.

Por outro lado, num depoimento a esta investigação, o Prof. Teotónio de Souza referiu-nos que, além da polémica que se gerou, a participação indiana nas comemorações dos Descobrimentos portugueses teria outro problema, a saber, a votação no Parlamento Nacional, pois essa moção nunca passaria devido às posições ultranacionalistas do Bharatiya Janata Party (BJP), partido maioritário nessa época.

A Índia resolveu o assunto, ignorando-o e assumindo publicamente a decisão da não participação. A polémica foi notória, porque, aquando a recusa, Portugal já tinha enviado uma delegação da CNCDP, da qual fazia parte o Prof. António Hespanha, de forma a darem início aos trabalhos conjuntos de organização. O resultado foi uma perda de tempo e dinheiro do Estado português.

Outro episódio igualmente paradoxal, decorrente destas comemorações, surgiu a 28 de Maio de 1998, com vários protestos locais em Kerala, mais concretamente em Kozhikade, na praia de Kappkadavu, local aonde Vasco da Gama chegou em 1498.

Os activistas que promoveram este protesto criticavam a figura de Vasco da Gama «*como um símbolo de denominação colonial do Oriente com o Ocidente*»<sup>98</sup> e exigiam a retirada de um monumento de pedra que homenageia a chegada de Vasco da Gama e que foi colocado em 1976, pelo Governo de Kerala (figura 11).



**Figura 11**

Num dos poucos artigos sobre o assunto, o jornalista João Miguel Roque refere que os habitantes de Kappkadavu criaram uma defesa espontânea, mostrando não existirem quaisquer ressentimentos contra Portugal.

Por sua vez, o principal activista deste protesto, Claude Álvares, expôs inúmeras vezes as atrocidades de Vasco da Gama e salientou que o monumento representava uma oposição a todos aqueles que lutaram e resistiram contra a presença portuguesa na Índia.

Mas o motivo intrínseco deste protesto, não foi apenas a celebração dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, foi acima de tudo um protesto contra a ideia megalómana de uma suposta reconstituição da viagem de Vasco da Gama e do seu

<sup>98</sup> **ROQUE**, João Miguel (31 de Maio de 1998), "*Monumento a Gama divide activistas e pescadores*", In: *Jornal Público*, pp. 38

desembarque nesta praia. Em entrevista ao Prof. António Hespanha, o mesmo confirmou que houve inicialmente esta ideia, mas que a mesma foi abandonada por falta de orçamento da CNCDP.

Curiosamente, em Portugal não foi encontrado qualquer registo em publicações que nos remetessem para este episódio, mas o *Jornal Times of India*, publicou em 2007, um artigo intitulado: "**1498 & all that**"<sup>99</sup> onde expõe o assunto. Não só seria feita a viagem de barco, como os figurinos iriam vestidos a rigor com as tendências do século XV.

O artigo de Raghu Krishnan tanto alega a iniciativa insólita de Portugal, como questiona se não terá Kappkadavu perdido a oportunidade de ser um destino turístico conhecido, devido ao possível impacto mediático de toda a situação. O facto é que a Índia decidiu não participar em qualquer actividade conjunta e Portugal suspendeu as comemorações na Índia, visto não ter orçamento para realizar o projecto.

Mas polémicas à parte, os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia serviram igualmente de mote para a realização da Expo 98 em Lisboa, dedicada ao tema - "Os Oceanos - Um património para o futuro".

Embora a relação luso-indiana estivesse um pouco estática, o Ministro do Estado indiano para a Justiça Social e Autoridade, Smt. Menaka Gandhi, esteve em Lisboa, representando a Índia, na abertura da Expo 98.



**Figura 12**

No final do ano, a 11 de Setembro, teve lugar ainda a visita do Presidente da Índia, Shri K. R. Narayanan, a Lisboa. O Presidente indiano foi

recebido por Jorge Sampaio (figura12), Presidente da República portuguesa, sendo conduzido a uma visita ao Pavilhão de Portugal e ao Pavilhão da Índia, na Expo 98 (figura 13)<sup>100</sup>.



**Figura 13**

No dia 12 de Setembro, o Presidente Shri K. R. Narayanan assistiu á inauguração da estátua de Gandhi no Restelo, em Lisboa (figura 14).

<sup>99</sup> KRISHNAN, Raghu (2 de Dezembro 2007), "**1498 & all that**", In: Times of India, Economics [[http://economictimes.indiatimes.com/Opinion/Columnists/Raghu\\_Krishnan/1498\\_all\\_that/rssarticleshow/2588644.cms](http://economictimes.indiatimes.com/Opinion/Columnists/Raghu_Krishnan/1498_all_that/rssarticleshow/2588644.cms)] - Acesso: 10 de Março de 2009]

<sup>100</sup> <http://pib.nic.in/archieve/phtgalry/pgyr98/pg0998/140998.html> [Acesso: 13 de Março de 2009]

Durante a visita, decorreu um encontro com António Guterres, na altura Primeiro-ministro português, onde foi assinado um acordo de dupla tributação entre ambos. Este acordo pressupunha:



**Figura 14**

*«quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto na Convenção, possam ser tributados na Índia, Portugal deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente, um montante igual ao imposto sobre o rendimento pago na Índia, sem que esse montante possa, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento calculado sobre os rendimentos que podem ser tributados na Índia (antes da referida dedução).»<sup>101</sup>*

Diplomaticamente, em 3 de Dezembro de 1998, o Ministro do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, Prof. Mariano Gago, visitou a Índia reunindo-se com o seu homólogo, o Prof. Murli Manohar Joshi. A reunião tinha como objectivo a assinatura de um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que só seria aprovado em 1999<sup>102</sup>.

Depois de Nova Delhi, o Prof. Mariano Gago seguiu para Hyderabad, onde se encontrou com o Secretário de Estado indiano, Chandrababu Naidu, e visitou os laboratórios de investigação científica. Outros pontos de passagem foram Mumbai e Goa, onde este visitou as instalações do Tata Institute of Fundamental Research e o Instituto Nacional de Oceanografia indiano, respectivamente.

Mais tarde, de 15 a 22 de Dezembro do mesmo ano, uma outra delegação, desta vez dirigida pelo Presidente da Assembleia, Dr. Almeida Santos, deslocou-se à Índia durante 3 dias para novo encontro com o Governo indiano<sup>103</sup>. Embora do mesmo, não se obteve qualquer resultado, o que nos leva a questionar o motivo de tal viagem.

<sup>101</sup> **PLMJ** (Setembro de 2008), *NewsLEXtter, Portugal - Índia*, EMS de Comércio Internacional [www.plmj.com - Acesso: 20 de Outubro de 2008]

<sup>102</sup> No dia 1 de Abril de 1999, foi aprovado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República da Índia. O mesmo estabelecia princípios de cooperação entre os dois países em matéria de ciência, tecnologia, desenvolvimento económico e social, investigação e intercâmbio de cientistas, investigadores e técnicos. Este previa ainda a existência de uma comissão paritária que deveria reunir de dois em dois anos, aprofundando e acompanhando todas as ações criadas no âmbito do projecto.

[www.ciionline.org](http://www.ciionline.org) [Acesso: 5 de Fevereiro de 2009]

<sup>103</sup> **Idem**

Relativamente à procura portuguesa em estabelecer parcerias económicas, várias foram as visitas oficiais que ocorreram nesse sentido, das quais destacamos apenas, em Janeiro de 1999, a reunião do Conselho Empresarial Portugal-Índia, que decorreu nas instalações do FICCI (Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry), tendo como intervenientes o Ministro português da Indústria e Energia, o Prof. Fernando Pacheco, o Ministro da Indústria indiano, S. Bakht e o Ministro da Energia, R.Kumaramangalam<sup>104</sup>.

Nesse mesmo ano, foi inaugurado o primeiro banco português na Índia, pós 1974, com a criação de duas delegações do Banco Nacional Ultramarino (hoje Caixa Geral de Depósitos), em Mumbai e Pangim. Na cerimónia estiveram presentes o então Ministro das Finanças, Professor Sousa Franco e o embaixador português, Manuel Marcelo Curto. Este acto visava a promoção e captação de investimentos mútuos entre Portugal e a Índia.

Da mesma forma e com o mesmo intuito, em Fevereiro de 2000, o então Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, visita a Índia, para participar numa reunião da Comissão Empresarial indo-portuguesa na Câmara de Comércio da cidade de Mumbai, mas da qual não encontramos qualquer reflexo.

Em Março, a Índia retribuiu a visita, a convite de Jaime Gama. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaswant Singh, vem a Lisboa nos dias 31 de Março e 1 de Abril<sup>105</sup>, encontrando-se com Jorge Sampaio, na altura Presidente da República Portuguesa e com Seixas da Costa, o Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, de forma a serem assinados dois acordos bilaterais no que respeita à promoção do investimento entre os dois países e cooperação tecnológica<sup>106</sup>.

Mas a projecção económica teve ainda mais expressão, quando em 28 de Junho de 2000, durante a segunda presidência portuguesa do Conselho da UE, Portugal promoveu o primeiro encontro entre a UE e a Índia, com a presença dos Primeiros-ministros europeus<sup>107</sup> e Primeiro-ministro indiano, Shri A.B. Vajpayee (figura 15). A cimeira foi fundamental para aumentar as trocas comerciais bilaterais e os investimentos. Na mesma foram acordadas consultas bilaterais de forma a promover e determinar as

---

<sup>104</sup> S/A (28 de Junho de 2000), *Portugal - India and the European Union*, Embaixada Portuguesa, L.B. Associates, Nova Delhi, pp.16

<sup>105</sup> **Idem**

<sup>106</sup> [http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind\\_bilateral.html](http://www.indembassy-lisbon.org/uk/ind_bilateral.html) [Acesso: 30 de Janeiro de 2009]

<sup>107</sup> CARVALHO, João Pedro da Silveira (2000), "*Prioridades e resultados da Presidência do Conselho da UE*", In: Europa Novas Fronteiras, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa, pp. 19

acções, tendo a UE procurado também incentivar mais investimento directo estrangeiro de parte a parte<sup>108</sup>.

Salientamos ainda politicamente o acordo de cooperação para prevenir e combater o terrorismo, no contexto regional e internacional, assinado entre a UE e a Índia.



**Figura 15**

A aproximação indiana à União Europeia, durante a presidência portuguesa, foi fundamental para o desenvolvimento da relação luso-indiana, porque a Índia começava, a olhar de forma diferente para Portugal, sobretudo enquanto país plenamente integrado na esfera europeia, com uma elevada estabilidade política e económica. O Ministro indiano, Shri A.B. Vajpayee, agradeceu inclusive publicamente a António Guterres, Primeiro-ministro Português na altura, a iniciativa portuguesa em possibilitar esta cimeira.

No decorrer da presidência portuguesa do Conselho da UE, houve ainda tempo para um encontro bilateral, entre Portugal e a Índia, onde António Guterres reiterou o apoio português ao pedido indiano de um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, garantindo a cooperação de Portugal na proposta de uma convenção indiana internacional contra o terrorismo.

Embora em Portugal, a relação luso-indiana parecesse estar a desenvolver-se, na Índia e em termos culturais, não podemos deixar de mencionar um episódio particular, com o Dr. Sérgio Mascarenhas, na altura o Delegado da Fundação Oriente, em Pangim, no ano de 2000<sup>109</sup>.

Quando o mesmo chegou a Goa, recebeu um documento, a "Carta dos 21"<sup>110</sup>, um texto elaborado por vinte e uma pessoas da elite social goesa, no qual repudiavam a presença portuguesa no território. A carta, segundo o Dr. Sérgio Mascarenhas, exprimia os ressentimentos do colonialismo português, sendo o reflexo da distância dos dois países, visto a imagem que persistia de Portugal ser ainda sinónimo de "Salazar e Eusébio".

<sup>108</sup> Cf. Declaração do Governo Indiano resultante da Cimeira em <http://meaindia.nic.in/parliament/rs/2000/08/august10-q2075.htm> [Acesso: 21 de Janeiro de 2009]

<sup>109</sup> O Dr. Sérgio Mascarenhas esteve como Delegado da Fundação Oriente entre 2000 e 2007.

<sup>110</sup> O acesso à "Carta dos 21" foi solicitado ao Centro de Documentação da Fundação Oriente, que nos remeteu por sua vez para a Administração da Fundação, onde não obtivemos qualquer resposta. Neste seguimento apenas nos podemos basear no testemunho pessoal do Dr. Sérgio Mascarenhas.



Na ocasião, o então Delegado da Fundação Oriente deslocou-se a Pondá, para falar com dezassete dos vinte e um autores da carta. Os objectivos deste encontro foram debater as particularidades culturais e propor a criação de um projecto conjunto, de forma a terminar com os ressentimentos luso-indianos, mas nada foi possível concluir ou planear.

Entre a primeira e segunda presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, as relações diplomáticas e políticas entre Portugal e a República Indiana são colocadas num novo patamar. A evolução decorrente fortaleceu a relação luso-indiana, ultrapassando todos os incidentes do passado.

### **II. 3. A evolução da relação bilateral - De 2001 a 2009**

A consolidação da posição portuguesa junto da União Europeia foi um dos motivos inerentes ao progresso da relação luso-indiana. O reconhecimento indiano, o respeito e estima, entre ambos, vieram permitir a criação de novos acordos bilaterais.

No âmbito da ciência e tecnologia e ciências marinhas, foram criados dois novos acordos, sendo os mesmos assinados a dia 3 de Julho de 2001, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Prof. Mariano Gago e pelo seu homólogo indiano Prof. Murli Manohar Joshi<sup>111</sup>.

O programa de cooperação no domínio da ciência e tecnologia seria estabelecido para os respectivos anos de 2001 e 2002, nos termos do acordo celebrado em Nova Deli, em Dezembro de 1998. As áreas de cooperação designadas abrangeram programação de software, biologia celular e molecular, biotecnologia, ciências físicas e dos oceanos. O objectivo central destas parcerias incidia sobretudo na permuta de conhecimentos e de técnicas de investigação.

Economicamente importa salientar a aprovação, a 21 de Março de 2002, do Acordo de Promoção Conjunta e Protecção de Investimentos (cujá assinatura ocorreu a 28 de Junho de 2001<sup>112</sup>). De alguma forma, este acordo pretendia promover e encorajar, na medida do possível, a execução de investimentos mútuos. Para Portugal, as condições acordadas seriam essenciais para a presença de empresas como a Aerosoles, Sogrape, Chipideia, EFACEC, Soprefa, Alcatel Portugal, entre outras, na Índia.

---

<sup>111</sup> <http://pib.nic.in/archieve/ireleng/lyr2001/rjul2001/03072001/r0307200115.html> [Acesso: 4 de Maio de 2009]

<sup>112</sup> Decreto-lei n.º 20/2002 de 21 de Março de 2002.

Diplomaticamente, em 2005, é importante referenciar a visita oficial de embaixadora indiana, Vijaya Latha Reddy, à Madeira. Esta reuniu-se com o presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e visitou pela primeira vez o território, tendo mesmo «*admitido haver oportunidades de negócios nas áreas da informática e indústria farmacêutica*»<sup>113</sup>, entre os dois países. Todavia, as promessas diplomáticas até hoje não se verificam na realidade.

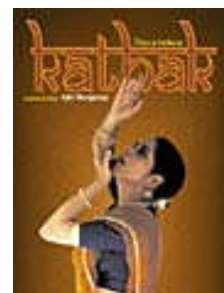
Importa destacar ainda a participação do embaixador de Portugal na Índia, na conferência de embaixadores dos países da América Latina, Caraíbas, Portugal e Espanha, realizada em Goa nos dias 7 e 8 de Outubro de 2005, cuja organização pertenceu à Universidade de Goa e Câmara de Comércio e Indústria de Goa. O embaixador promoveu de alguma forma a parceria conjunta dos dois países reforçando teoricamente o empenho português em estar ligado às questões indianas.

Um momento igualmente marcante e que importa salientar na relação luso-indiana decorreu a 17 de Novembro de 2006, com a inauguração da Câmara de Comércio Portugal-Índia, em Lisboa. No evento esteve presente a embaixadora Latha Reddy, que elogiou a criação da Câmara e o potencial da mesma na promoção de comércio e investimento entre Portugal e a Índia.

A embaixadora, contudo, seria em Dezembro de 2006 afastada das suas funções em Portugal, assumindo as mesmas funções na Tailândia. A sua substituta, em Lisboa, seria Nilima Mitra<sup>114</sup>.

Desde 2001, o enfoque da relação bilateral prende-se sobretudo em aspectos culturais, dos quais destacamos os seguintes projectos:

- A presença de Anditi Mangaldas, bailarina indiana de Kathak, no Centro Cultural de Belém nos dias 7 e 8 de Setembro de 2001 (figura 16)<sup>115</sup>;
- Publicação de um livro de contos indianos, o *Kabuliwallah* de Rabindranath Tagore, no dia 26 de Janeiro de 2003, pela Embaixada indiana em Lisboa;
- Recital de flauta de Hari Prasad Chaurasia, no centro Cultural de Belém no dia 10 de Abril de 2003;



**Figura 16**

---

<sup>113</sup> S/A (20 de Julho de 2005), "Embaixadora da Índia "desculpa" Jardim", In: Jornal de Notícias [[http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content\\_id=504311](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=504311)] - Acesso: 10 de Maio de 2009]

<sup>114</sup> [http://www.supergoa.com/pt/read/news\\_noticia.asp?c\\_news=599](http://www.supergoa.com/pt/read/news_noticia.asp?c_news=599) [Acesso: 1 de Julho de 2009]

<sup>115</sup> [http://www.indembassy-lisbon.org/pt/emb\\_history.html](http://www.indembassy-lisbon.org/pt/emb_history.html) [Acesso: 10 de Janeiro de 2009]

- Vários espectáculos dos "Jovens Intérpretes de Folclore Indiano" entre dia 1 e 8 de Outubro de 2003;
- Apresentação ao Governo do Estado de Goa, em 2006, de um projecto conjunto da Fundação Oriente, através da Delegação em Pangim, para a renovação de edifícios históricos locais, de forma a desenvolver o turismo na região<sup>116</sup>. Além do restauro patrimonial, outros projectos permaneciam no horizonte como: «*abrir uma cadeia de restaurantes com gastronomia portuguesa e “financiar a realização de vários jogos de futebol do Sporting Club de Portugal naquele país, por ocasião do centésimo aniversário do clube”*»<sup>117</sup>. Todavia, não existem quaisquer alusões à concretização destes dois projectos;
- Inauguração do Instituto de Camões, a 3 de Março de 2006, nas novas instalações do Centro de Língua Portuguesa em Goa, contando com a presença do Vice-Chanceler da Universidade de Goa, Prof. P.S.Zacharias, do Dr. Pedro Cabral Adão, Cônsul Geral de Portugal em Goa. O Centro havia sido criado em 1999, mas ficou inactivo até esta data. A primeira actividade lançada foi uma exposição dedicada à temática “Calçadas Portuguesas, uma presença no mundo”<sup>118</sup>;
- Em Abril de 2006, o Centro de Língua Portuguesa, em Pangim, exhibe um ciclo de cinema com cinco filmes (Capitães de Abril; Tarde Demais; Ganhar a Vida; A Passagem da Noite; Cinco dias, cinco noites), que retratam o cinema português contemporâneo<sup>119</sup>;
- O Consulado Geral de Portugal, em Goa, inaugura, em Maio de 2006, o sistema electrónico de informação, lançando o seu website - [www.consuladoporugalgoa.com](http://www.consuladoporugalgoa.com)<sup>120</sup>, assim como uma série de exposições durante todo o mês de Maio. As mesmas visavam projectos de fotografia,

---

<sup>116</sup> Cf. [http://www.supergoa.com/pt/read/news\\_noticia.asp?c\\_news=530](http://www.supergoa.com/pt/read/news_noticia.asp?c_news=530) [Acesso: 8 de Abril de 2009]

<sup>117</sup> **Idem**

<sup>118</sup> <http://www.consuladoporugalgoa.com/noticiasp.php?mode=S&id=15%20class=%27midlink%27>

<sup>119</sup> <http://www.consuladoporugalgoa.com/noticiasp.php?mode=S&id=24%20class=%27midlink%27>

[Acesso: 3 de Abril de 2009]

<sup>120</sup> <http://www.consuladoporugalgoa.com/noticiasp.php?mode=S&id=27%20class=%27midlink%27>

[Acesso: 3 de Abril de 2009]



desenho e pintura, que de alguma forma tentavam reforçar a troca cultural entre Portugal e a Índia<sup>121</sup>.

Merece destaque ainda, o XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, que decorreu entre 23 e 27 de Outubro de 2006, subordinado ao tema “O Estado da Índia e os desafios europeus”. A organização foi promovida pelo Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CHAM-FCSH-UNL) e pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP-UCP)<sup>122</sup>.

A existência de todos estes projectos revela a imagem e identidade dos dois países. A importância da cultura reside precisamente na partilha de conhecimentos, quer através da língua, da história ou até das tradições.

Um dos episódios mais lamentáveis, na relação entre os dois países, aconteceu em Novembro de 2006, Pedro Cabral Adão, o Cônsul Geral de Portugal em Goa, faleceu em Lisboa, vítima de doença, sendo este o mais novo cônsul destacado pelo MNE na Índia e um dos mais dinâmicos<sup>123</sup>.

No decorrer do ano seguinte, 2007, a relação luso-indiana viria a sofrer uma alteração profunda. Até aqui a mesma foi pautada por um desenvolvimento lento e espaçado e o próprio interesse português na Índia era parco. Todavia, a visita oficial do Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, à Índia, reavivou o interesse português no Oriente.

Esta visita desenrolou-se entre dia 11 e 17 de Janeiro e foi preparada ao “milímetro”<sup>124</sup>. A comitiva era constituída por 65 empresários, que procuravam na República Indiana criar oportunidades de negócio<sup>125</sup> e analisar os nichos de mercado.

O Prof. Aníbal Cavaco Silva estabeleceu como objectivos desta viagem e como prioridades: a promoção das relações luso-indianas, a criação de investimentos e a dinamização das trocas comerciais. Não foi por acaso que o slogan da Agência

---

<sup>121</sup> <http://www.consuladoporlugoa.com/eventp.php?mode=S&id=7%20class=%27midlink%27>

[Acesso: 3 de Abril de 2009]

<sup>122</sup> Cf. Plano de actividades e resumo final do Seminário em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/Balan%C3%A7o%20do%20XII%20SIHIP.pdf>

<sup>123</sup> [http://www.supergoa.com/pt/read/news\\_noticia.asp?c\\_news=587](http://www.supergoa.com/pt/read/news_noticia.asp?c_news=587) [Acesso: 17 de Janeiro de 2009]

<sup>124</sup> <http://www.presidencia.pt/india2007/?idc=101&dia=11> [Acesso: 10 de Dezembro de 2008]

<sup>125</sup> BOTELHO, Leonete (10 de Janeiro de 2007), “Cavaco Silva chega hoje à Índia em visita de Estado”, In: Jornal Público [<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1281983&idCanal=> - Acesso: 1 de Julho de 2008]

Portuguesa para o Investimento, «*uma ponte para o futuro*», serviu de mote para este encontro<sup>126</sup>.

Ao contrário da visita de Mário Soares, em 1992, baseada em objectivos de desenvolvimento cultural da relação entre os dois países, a viagem do Presidente da República, em 2007, procurou incrementar as parcerias económicas, perante o "boom" económico que colocou a Índia na esfera das grandes potências mundiais.

Da deslocação em si é importante realçar os seguintes acontecimentos:

- Cerimónia de Doutoramento Honoris Causa do Presidente da República, por ocasião da entrega de diplomas da Universidade de Goa, no dia 14 de Janeiro;
- Participação no Seminário Económico, promovido pela Câmara de Comércio de Mumbai, no Hotel Taj Mahal Palace & Tower, no dia 15 de Janeiro;
- Destaque para a visita do Presidente da República, Dr.<sup>a</sup> Maria Cavaco Silva e comitiva às empresas BIOCON, WIPRO e INFOSYS, em Bangalore, no dia 16 de Janeiro;
- Participação na Partnership Summit 2007 - "Emergent India: New Roles and Responsibilities", no Hotel Taj Mahal West End, em Bangalore, a 17 de Janeiro. Neste evento, o Prof. Aníbal Cavaco Silva falou a empresários de todo o mundo sobre Portugal e das oportunidades de investimento no país (figura 17);
- Concretização do acordo entre a Fundação Champalimaud, liderada por Leonor Beleza, com o Prasad Eye Institute para criar o quarto maior centro de investigação oftalmológica do Mundo; e
- Assinatura do Acordo de Extradição entre a República Portuguesa e a República da Índia, a 11 de Janeiro<sup>127</sup>



**Figura 17**

A propósito do Doutoramento Honoris Causa, que o Presidente da República recebeu, em Goa, no dia 14 de Janeiro, existiram alguns incidentes que marcaram o evento. A organização de uma manifestação contra a atribuição deste Doutoramento, em

<sup>126</sup> BALDAIA, Bárbara (10 de Janeiro de 2007), “*Uma ponte para o futuro*”, In: Diário Económico, pp.4 e 5

<sup>127</sup> Cf. Decreto-lei nº. 59/2008 de 18 de Julho de 2008

frente à Kala Academy, lugar onde decorria o evento, resultou na detenção de cerca de 30 pessoas<sup>128</sup>.

A crítica e o posicionamento contra a atribuição do grau devia-se a uma individualidade estrangeira ser distinguida com um reconhecimento somente entregue a goeses ou indianos. A situação tornou-se mediática dada a personalidade em apreço ser o Presidente da República Portuguesa, o que levou a uma rápida discussão, em Goa, sobre os possíveis ressentimentos do colonialismo português.

No decorrer da mudança e do novo dinamismo na relação luso-indiana vários acordos entre universidades portuguesas e indianas<sup>129</sup> foram estabelecidos, como por exemplo:

- Memorando de Entendimento entre o Instituto Camões e a Universidade Jawaharlal Nehru (JNU);
- Memorando de Entendimento entre a Universidade de Delhi e o Instituto Camões, para abertura de cursos de bacharelato e licenciatura em estudos portugueses;
- Acordo de Cooperação entre Universidade de Delhi e o ISCTE<sup>130</sup>;
- Acordo de Cooperação entre a Universidade Jawaharlal Nehru e o ISCTE<sup>131</sup>;
- Protocolo de Cooperação entre Universidade de Goa e o Instituto Camões, para apoio financeiro à licenciatura em Estudos Portugueses;
- Protocolo de Cooperação entre o Instituto Camões e a Jamia Millia Islamia (Universidade Islâmica), Nova Delhi
- Protocolo de Cooperação entre a Universidade de Lisboa e a Universidade de Delhi.

Em termos de actividades culturais destaque para os seguintes eventos, que de alguma forma espelharam o esforço português em se aproximar da Índia:

- Organização das conferências: *Armada e Navios Portugueses no Século XX*, com o Dr. António Rodrigues da Costa, no dia 17 Fevereiro e *Arquitectura Portuguesa e Influências Orientais*, com o Prof. Dr. Paulo Varela Gomes, no dia 24 de Fevereiro<sup>132</sup>;

---

<sup>128</sup> **SIMAS**, Nuno (14 de Janeiro de 2007), "*Índia: manifestação contra Cavaco*", In: Agência Lusa, Panjim [ [http://diario.iol.pt/noticia.html?id=761670&div\\_id=4071](http://diario.iol.pt/noticia.html?id=761670&div_id=4071) - Acesso: 15 de Agosto de 2008]

<sup>129</sup> Cf. <http://www.instituto-camoes.pt/centros-de-lingua-portuguesa-asia/centro-de-lingua-portuguesa-em-goia.html> [Acesso: 1 de Março de 2008]

<sup>130</sup> **QUEIRÓS**, Madalena e **BALDAIA**, Bárbara (9 de Janeiro de 2007), "*ISCTE assina acordo com universidades da Índia*", In: Diário Económico, pp. 38

<sup>131</sup> **Idem**

<sup>132</sup> [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/clp/actividades\\_CLP\\_Goa\\_2007.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/clp/actividades_CLP_Goa_2007.pdf) [Acesso: 5 de Março de 2008]

- Exposição "Manifestações Culturais em Portugal" de 19 a 31 de Março, no Centro de Língua Portuguesa, em Goa<sup>133</sup>;
- Exposição "Exposição sobre lusofonia: os Países da CPLP e as suas manifestações culturais", de 7 de Maio a 15 de Junho, no Centro de Língua Portuguesa, em Goa<sup>134</sup>.
- Exposição de arquitectura de Álvaro Siza Vieira, na Lalit Kala Akademi, em Nova Deli, no dia 30 de Novembro;

A importância do ano de 2007 para a relação luso-indiana derivou ainda do posicionamento político português junto da União Europeia. Portugal assumia a presidência do Conselho da UE e voltaria a colocar a União Indiana enquanto prioridade na agenda política<sup>135</sup>.

A organização de uma nova cimeira entre a União Europeia e a Índia era objectivo e fruto de um esforço em estabelecer laços políticos consistentes e parcerias económicas com enorme potencial. A reunião viria a decorrer em Nova Delhi, no dia 30 de Novembro de 2007, com Primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh e respectiva delegação e com o Primeiro-ministro português, José Sócrates, na qualidade de Presidente do Conselho da UE e devida comitiva (da qual fazia parte, o Dr. Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia)<sup>136</sup>.

Desta cimeira importa realçar a assinatura de plano estratégico para o período de 2007-2010, que comportava um orçamento de 260 milhões de euros e que permitiria à Índia tentar atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, assentes nos sectores da saúde, nomeadamente em matéria de VIH/SIDA, e da educação, entre outros.

Outro feito assinalável deste encontro foi a criação do Cluster EUNIC, que consistiu numa parceria entre os Institutos Nacionais de Cultura da UE e o governo indiano, tendo como objectivos a criação de parcerias efectivas e de redes entre as organizações participantes, que permitissem melhorar e promover a diversidade cultural, o diálogo internacional e a cooperação com os países fora da Europa<sup>137</sup>.

---

<sup>133</sup> **Idem**

<sup>134</sup> **Ibidem**

<sup>135</sup> Cf. **XAVIER**, Constantino, (2007), "A Índia e a Presidência portuguesa da União Europeia", In: *Relações Internacionais*, Número 14, pp. 125-129

<sup>136</sup> <http://meaindia.nic.in/pressrelease/2007/11/30js02.htm> [Acesso: 13 de Março de 2009]

<sup>137</sup> [http://www.eunic.in/eunic\\_home.htm](http://www.eunic.in/eunic_home.htm) [Acesso: 3 de Junho de 2009]

No final deste mesmo ano, a 1 de Dezembro, decorreu um encontro bilateral, durante a Cimeira UE-Índia, em Nova Delhi, entre Portugal e a Índia. O qual, o Primeiro-ministro José Sócrates definiu como:

*«The visits of the President of Portugal in January 2007, along with my visit, are clear indication of our intent to increase the political and economic cooperation between the two countries. We have an excellent political relationship, but the truth is that our bilateral trade and investment are still below its potential. So we both have much to gain from stronger ties. »*<sup>138</sup>

Foram intervenientes além do Primeiro-Ministro português, José Sócrates, o seu homólogo indiano, Manmohan Singh. O debate deste encontro incidiu sobre pontos fundamentais para o desenvolvimento da relação indo-portuguesa, como: os investimentos nas tecnologias de informação e nos produtos farmacêuticos; nas parcerias conjuntas nas áreas de alta tecnologia, biotecnologia, bioinformática e nanotecnologia; na promoção e cooperação na área do turismo; no acordo entre a Federação Indiana e a Federação Portuguesa de Futebol e na dimensão da comunidade indiana em Portugal<sup>139</sup>.

Mas, seria somente no ano de 2008, mais concretamente a 6 de Junho, que seriam concretizados novos contactos diplomáticos entre os dois países, exemplo disso seria a com a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a Direcção-geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e da Inovação e a Câmara de Comércio Portugal-Índia

O acordo visava a cooperação entre instituições e empresas (de forma a criarem oportunidades de negócio) e a organização de eventos, que possibilitassem trocas de contactos empresariais entre os dois países. Este protocolo tinha a validade de dois anos, sendo renovado automaticamente por igual período de tempo.

Os contactos bilaterais entre Portugal e a Índia, durante os dois anos seguintes, basearam-se particularmente em actividades culturais, todavia existiu também uma

---

<sup>138</sup> **ARORA**, Shilpy e **RIAZ**, Harun (2008), "2007 Groundbreaking Year for Portugal-India Bilateral Ties", In: Portugal in Focus, Embaixada de Portugal, Nova Delhi, pp. 10

<sup>139</sup> Cf. Entrevista ao Primeiro-Ministro José Sócrates sobre a relação bilateral com a Índia - <http://www.embportindia.co.in/html/news/nov07-interview.pdf> [Acesso: 5 de Setembro de 2008] e Discurso do Primeiro-ministro indiano Manmohan Singh - <http://pmindia.nic.in/speech/content.asp?id=620> [Acesso: 5 de Setembro de 2008]

visita diplomática do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, entre dia 7 e 9 de Julho de 2008.

Esta teve como objectivo uma reunião empresarial com o seu homólogo indiano, Pranab Mukherjee e com os representantes da Câmara de Comércio Portugal-Índia e Câmara de Comércio e Indústria indiana, tendo lugar no dia 7 de Julho, em Nova Delhi.



**Figura 18**

No dia seguinte, o Ministro Luís Amado visitava Goa, reunindo com o Governo do Estado e com o Cônsul Geral Português (figura 18)<sup>140</sup>.

Embora a visita do Ministro Luís Amado tivesse o intuito de reforçar os laços políticos, económicos, comerciais e culturais com a Índia, em termos práticos não houve qualquer reflexo.

Culturalmente a situação é comparativamente diferente, pois importa assinalar os seguintes acontecimentos:

- Entre 4 e 11 de Janeiro de 2008, destaque para a inauguração da exposição - Arte Sacra Indo-Portuguesa, uma colecção do Xavier Museum -, composta por 45 fotografias de peças de arte sacra. A exposição esteve patente no Centro de Língua Portuguesa em Goa, sendo organizada pelo mesmo, em colaboração Departamento de Português da Universidade de Goa e o Xavier Centre of Historical Research<sup>141</sup>;
- Durante o mês de Janeiro de 2008, o Departamento de Estudos Germânicos e Românicos da Universidade de Delhi acolheu um ciclo de divulgação de música lusófona intitulado "*Música em Português: Uma Viagem através da Música dos Países de Expressão Oficial Portuguesa*"<sup>142</sup>;
- Em Março, entre os dias 17 de 31 de 2009, destaque para a organização de uma exposição intitulada "*Municípios Portugueses – Herança Cultural e Tradição*" no Centro de Língua Portuguesa, em Goa. A exposição possuiu uma colecção de fotografias, livros e folhetos referente às regiões portuguesas, tendo como objectivo a divulgação da imagem de Portugal.

<sup>140</sup> <http://www.embportindia.co.in/html/news/Visit%20of%20the%20Portuguese%20Minister.pdf> [5 de Setembro de 2009]

<sup>141</sup> [http://www.supergoa.com/pt/read/news\\_noticia.asp?c\\_news=913](http://www.supergoa.com/pt/read/news_noticia.asp?c_news=913) [Acesso: 1 de Setembro de 2009]

<sup>142</sup> <http://www.instituto-camoes.pt/india/musica-em-portugues.html> [Acesso: 1 de Setembro de 2009]



- Semana Cultural Portuguesa, em Goa, entre os dias 7 e 15 de Novembro de 2008, embora alvo de enormes críticas e de uma manifestação contra a natureza do evento, com cerca de cem antigos *Freedom Fighters* nas ruas de Goa, protestando<sup>143</sup> contra a organização da Semana Cultural e contra as celebrações portuguesas



**Figura 19**

no território. As actividades deste evento focaram-se na música, na cozinha portuguesa, na degustação de vinhos e em exposições. Salientar ainda, a iniciativa da primeira mostra de vinhos portugueses (figura 19) em Nova Deli, na residência oficial do embaixador português, Luís Filipe Castro Mendes, em Goa, na residência oficial do Cônsul-Geral de Portugal, Paulo Pocinho e em Mumbai<sup>144</sup>. O workshop de cozinha portuguesa com o Chefe Carlos Alberto Monteiro contou com a presença de numerosas pessoas, mostrando que, apesar da manifestação dos *Freedom Fighters*, a Semana Cultural Portuguesa alcançou um impacto apreciável.

- A 28 de Novembro de 2008, foi estabelecida também uma adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto Camões e a Universidade Jawaharlal Nehru de Nova Delhi, em função do qual a Universidade de Delhi se comprometia a criar um mestrado em Estudos Portugueses e o Instituto Camões a suportar, financeiramente, a contratação de um ou dois professores locais<sup>145</sup>.

Diplomaticamente interessa assinalar que no final do ano de 2008, teve lugar a substituição da embaixadora Nilima Mitra, por Primrose Sharma, que apresentou as suas credenciais ao Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, a 5 de Dezembro de 2008 (figura 20)<sup>146</sup>.

<sup>143</sup> <http://www.the-news.net/cgi-bin/article.pl?id=985-14>

<http://www.navhindtimes.com/story.php?story=200811088> [Acesso: 26 de Março de 2009]

<sup>144</sup> Cf. Programa da Embaixada, no que diz respeito à prova de vinhos em: <http://www.embportindia.co.in/html/news/Biggest%20Tasting%20of%20Vini%20Portugal%20in%20Delhi-%20NOV%202008.pdf> [Acesso: 29 de Março de 2009]

<sup>145</sup> <http://www.instituto-camoes.pt/india/adenda-ao-protocolo-entre-o-ic-e-a-universidade-jawaharlal-nehru.html> [Acesso: 15 de Dezembro de 2008]

<sup>146</sup> <http://www.presidencia.pt/?idc=11&fano=2008> [Acesso: 10 de Fevereiro de 2009]

A embaixadora prometeu desde logo que iria unir esforços para a criação de actividades e projectos conjuntos entre os dois países. Durante este ano, teve a oportunidade de inaugurar um curso sobre a Índia e a cultura indiana no Museu do Oriente, chamado «As Outras Índias» que decorreu entre Janeiro e Julho<sup>147</sup> e partilhar



**Figura 20**

ainda um almoço com nove embaixadores dos países asiáticos acreditados em Portugal<sup>148</sup>, a 18 de Fevereiro, no Palácio de Belém.

Este mesmo evento foi preparado pelo Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, e contou ainda com a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado. O encontro tinha como objectivo estabelecer laços de cooperação com estes países no campo da Inovação e do Conhecimento.

Um dos eventos mais marcantes de 2009, para a relação luso-indiana, foi sem dúvida a inauguração da Delegação do Porto da Câmara de Comércio Portugal-Índia (CCPI), no dia 5 de Março, com vista à aproximação do tecido empresarial do norte<sup>149</sup>. A CCPI irá procurar através da nova delegação fomentar a cooperação económica e o investimento entre os dois países.

Igualmente relevante foi a cerimónia realizada no dia 15 de Junho de 2009, no Portimão Arena, onde foram reveladas as "7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo". A Fortaleza de Diu e Basílica do Bom Jesus em Goa foram dois, dos sete monumentos escolhidos. A embaixadora recebeu os prémios e agradeceu publicamente a iniciativa<sup>150</sup>.

Mas o evento foi alvo de críticas por parte dos *Freedom Fighters*, em Goa, que argumentavam o absurdo de Portugal ter reclamado a Basílica do Bom Jesus como monumento português. Um dos argumentos que a imprensa indiana evidenciava é o facto de este monumento ser goês e em última análise indiano e não de origem portuguesa<sup>151</sup>. Além da posição dos *Freedom Fighters*, a imprensa indiana comenta de

<sup>147</sup> Cf. Blogue do Curso «As Outras Índias» em <http://asoutrasindias.wordpress.com/>.

<sup>148</sup> Estiveram presentes os embaixadores dos seguintes países: Paquistão, Austrália, China, República da Coreia, Tailândia, Índia, Japão, Indonésia e Timor-Leste.

<sup>149</sup> Cf. Inauguração da Delegação do Porto em <http://www.ccpi-web.tv/>.

<sup>150</sup> [http://www.7maravilhas.sapo.pt/images/content/504\\_1\\_S.pdf](http://www.7maravilhas.sapo.pt/images/content/504_1_S.pdf) [Acesso: 29 de Agosto de 2009]

<sup>151</sup> Cf. Artigos do Jornal The Telegraph de Calcutá, em [http://www.telegraphindia.com/1090628/jsp/nation/story\\_11169090.jsp](http://www.telegraphindia.com/1090628/jsp/nation/story_11169090.jsp) e do Deccan Herald, em <http://www.deccanherald.com/content/8300/portugals-seven-wonders-spark-controversy.html>



igual forma as palavras do actual Delegado da Fundação Oriente, em Goa, o Dr. Paulo Varela Gomes, considerando o evento tolo e sem qualquer nexos.

A diplomacia cultural foi ainda reforçada em Julho, entre os dias 11 e 19, com a segunda edição dos Jogos da Lusofonia, em Lisboa, onde a Índia esteve também presente. As modalidades disputadas foram: Atletismo, Basquetebol, Futebol (masculino), Futsal (masculino), Judo, Taekwondo, Ténis de mesa, Voleibol e Voleibol de praia<sup>152</sup>.

A realidade é que em trinta e cinco anos de relações diplomáticas oficiais, a relação luso-indiana continua a ser frágil e Portugal mantém-se muito distante da Índia. É necessário separar o senso comum da visão académica, mas também aqui podemos afirmar que embora os projectos do passado tenham sido importantes, há que pensar no futuro.

O crescimento económico da Índia poderá servir de modelo e de incentivo à procura portuguesa de nichos de mercado no Oriente, mas é também importante não descurar os laços culturais e sociais com a Índia. Aqui o papel das empresas privadas, como a Fundação Oriente, Gulbenkian e Champalimaud têm sido fundamentais, assim como o organismo público, o Instituto de Camões.

---

<sup>152</sup> Cf Site oficial dos Jogos da Lusofonia - <http://www.lisboa2009.org/>

## Capítulo III

### Os impulsionadores da relação luso-indiana

*«Nenhum de nós é refém da sua História. A História faz-se todos os dias. Importa, assim, que saibamos fazer do legado histórico um activo comum, instrumental para a relação de futuro que pretendemos construir entre a Índia e o Portugal do século XXI.»<sup>153</sup>*

**Presidente Aníbal Cavaco Silva**

#### **III. 1. A diplomacia económica**

A crescente importância das relações económicas entre Estados, enquanto motor das relações internacionais, conduziu à criação de uma nova área de estudo - a diplomacia económica. Esta visa, na sua génese, aplicar uma política externa financeira através dos meios diplomáticos, harmonizando os interesses nacionais e internacionais. Sendo também, como último fim, um veículo de promoção e internacionalização do tecido empresarial nacional<sup>154</sup>.

Nesta era de globalização, os estados foram obrigados a criar entidades públicas, que prestassem apoio à internacionalização das suas economias nacionais, que promovessem o comércio e o turismo e captassem investimento directo estrangeiro.

Com esse intuito, em Portugal foram criadas: a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP Portugal Global), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), Turismo de Portugal, I.P., a Rede Portuguesa Leader + e várias Câmaras de Comércio, entre as quais a Câmara de Comércio Portugal-Índia (CCPI).

Hoje, a diplomacia económica portuguesa está concentrada num conjunto específico de países como: Argélia, Tunísia, Marrocos, Espanha, França, Alemanha,

---

<sup>153</sup> S/A (31 de Janeiro de 2007), *Presidência da República Portuguesa*, Newsletter Número 4 [[www.presidencia.pt/india2007](http://www.presidencia.pt/india2007)] - Acesso: 10 de Maio de 2008]

<sup>154</sup> O Ministério dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com o Ministério da Economia e Inovação, fixou o conceito de diplomacia económica na *Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2006*, definindo que diplomacia económica é “entendida como a actividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal.”

EUA, Reino Unido e Brasil. Países prioritários na agenda política e diplomática portuguesa, todavia estes mercados preferenciais vão sendo alterados de acordo com os objectivos e interesses nacionais.

A Índia, enquanto potência emergente, começou a suscitar um certo interesse para as empresas portuguesas que procuram a internacionalização da sua marca e também mão-de-obra qualificada e a preço reduzido.

Não é possível deixar de referir que uma das razões de tão poucos investimentos, parcerias e até falta de motivação, se prende necessariamente com o desconhecimento dos mercados asiáticos, sobretudo em relação à Índia, e às barreiras burocráticas e legais. A diplomacia económica portuguesa necessita de ser eficaz, motivadora, dinâmica e activa, perante as oportunidades que lhe surgem.

Hoje existe a necessidade de nos reaproximarmos do Oriente, apostando na presença de instituições públicas e privadas, que facilitem os contactos com estes mercados emergentes. Além do mais é necessário assumir urgência em relação à Ásia, cujo poder económico tem aumentado desde a década de 90.

A Índia, em particular, assumiu um crescimento significativo desde 1991, ano de uma mudança radical na sua economia e reflexo do empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional. Este impôs como condição a abertura da economia indiana e liberalização comercial, elementos que se tornariam fundamentais para o sucesso e desenvolvimento da Índia.

Embora o crescimento indiano tenha superado todas as expectativas, a Índia possui actualmente uma economia a duas velocidades. Ou seja, por um lado, o sector dos serviços encontra-se bastante desenvolvido, com uma mão-de-obra altamente qualificada e competitiva à escala global. Por outro, existe ainda um sector agrícola muito dependente da época das chuvas empregando grande parte da população activa com um nível educacional muito baixo.

Com o dinamismo da sua classe empresarial e visão clara dos seus dirigentes, a Índia apresenta-se hoje, como um caso claramente interessante em termos de oportunidades de negócio para as empresas portuguesas. Para isso, há que apostar em nichos de mercado e escolhas acertadas, assumindo como possível estratégia a vontade de crescer e investir em áreas como a da energia, telecomunicações e construção.

No que diz respeito ao caso português, as relações económicas com a Índia podem ser consideradas como incipientes e muito aquém do seu potencial. Portugal desde o ano de 2000 sempre importou muito mais do que exportou (figura 21).

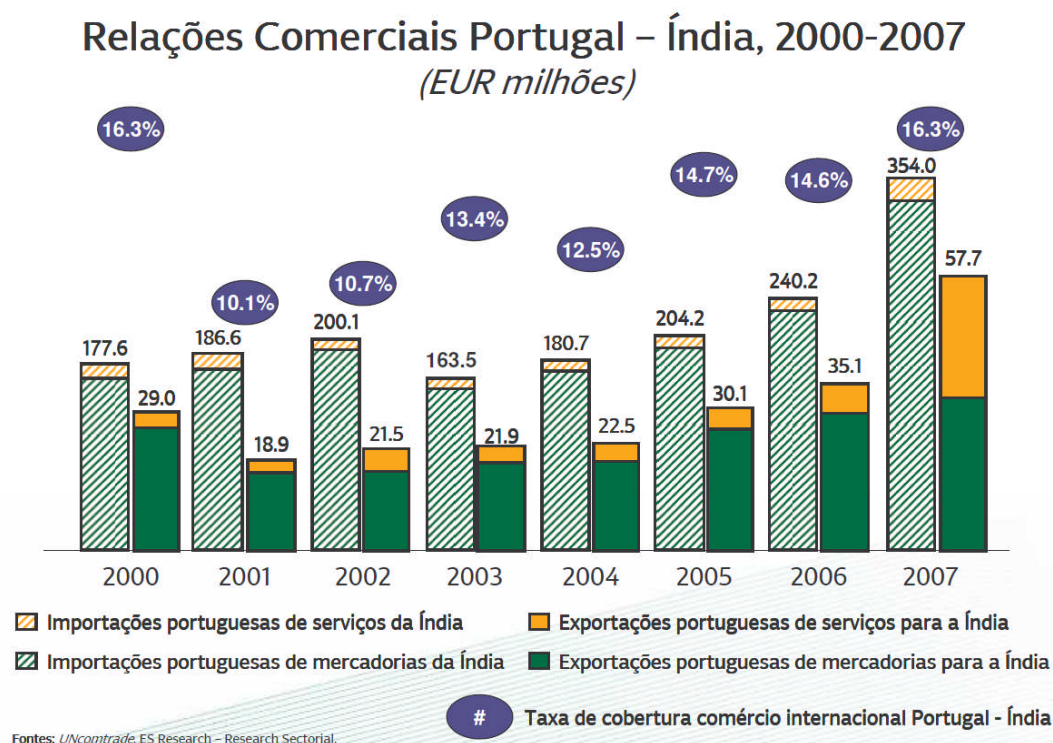


Figura 21

A Índia revela-se um parceiro ainda pouco expressivo para Portugal e o facto das importações portuguesas serem muito superiores às exportações, reflectem a oferta diversificada daquele país e a sua actual competitividade.

A balança comercial entre os dois países, entre 2000 e 2007, apresenta um saldo negativo para Portugal, o qual se pode considerar de natureza estrutural, uma vez que existe uma grande diferença de valores entre as exportações e as importações, sendo o coeficiente de cobertura<sup>155</sup> da ordem dos 10% a 16%. Embora se visualize um aumento das exportações ao longo deste período, comparativamente, estas ainda não são suficientemente expressivas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações para a Índia estavam concentradas em 44.57%, no ano de 2006, nas máquinas e aparelhos. Este valor justifica-se pelas características do país receptor, que se encontrava em fase de grande desenvolvimento<sup>156</sup> (figura 22), embora os números tenham vindo a diminuir em 2007, para os 27.11%.

<sup>155</sup> A taxa de cobertura é o rácio entre o valor das exportações de um bem e as importações do mesmo.

<sup>156</sup> AICEP Portugal Global (Junho de 2007), *Índia – Dossier de Mercado*, pp. 4

Exportações por Grupos de Produtos

(10 <sup>6</sup> EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Máquinas e aparelhos	6.307	34,61	12.868	44,57	8.643	27,11
Metais comuns	1.645	9,03	2.380	8,24	6.555	20,56
Peles e couros	1.705	9,35	2.546	8,82	3.160	9,91
Matérias têxteis	1.292	7,09	2.055	7,12	2.821	8,85
Plásticos e borracha	1.053	5,78	1.916	6,63	2.444	7,67
Calçado	1.129	6,20	1.608	5,57	1.734	5,44
Pastas celulósicas e papel	741	4,06	1.011	3,50	1.579	4,95
Madeira e cortiça	967	5,31	1.712	5,93	1.352	4,24
Produtos químicos	312	1,71	705	2,44	899	2,82
Minerais e minérios	1.243	6,82	354	1,22	640	2,01
Produtos alimentares	27	0,15	296	1,03	547	1,72
Vestuário	125	0,69	412	1,43	504	1,58
Veículos e outro material de transporte	39	0,21	79	0,27	430	1,35
Instrumentos de óptica e precisão	140	0,77	497	1,72	429	1,35
Produtos agrícolas	1.375	7,55	71	0,25	46	0,14
Combustíveis minerais	--	--	259	0,90	4	0,01
Outros produtos	124	0,68	104	0,36	94	0,29
<b>Total</b>	<b>18.223</b>	<b>100,00</b>	<b>28.872</b>	<b>100,00</b>	<b>31.882</b>	<b>100,00</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial.

Valores declarados

Figura 22

As importações são por outro lado bastante diferentes. Em 2007, Portugal procurava principalmente importar os materiais têxteis (28.88%), os combustíveis minerais (11.56%), os produtos agrícolas (10.1%) e máquinas e aparelhos (9.2%) (figura 23), embora a expressão das trocas comerciais continuasse a ser bastante diminuta em comparação com anos anteriores.

Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Matérias têxteis	61.663	38,79	88.992	37,41	100.947	28,88
Combustíveis minerais	0	0,00	0	0,00	40.387	11,56
Produtos agrícolas	17.288	10,87	25.585	10,76	35.296	10,10
Máquinas e aparelhos	4.463	2,81	7.764	3,26	31.539	9,02
Metais comuns	6.478	4,08	20.447	8,60	28.114	8,04
Calçado	11.972	7,53	22.029	9,26	23.694	6,78
Plásticos e borracha	2.447	1,54	13.674	5,75	17.761	5,08
Vestuário	5.253	3,30	14.612	6,14	16.829	4,82
Produtos químicos	20.018	12,59	13.242	5,57	15.454	4,42
Peles e couros	19.187	12,07	13.602	5,72	11.862	3,39
Produtos alimentares	889	0,56	5.885	2,47	11.161	3,19
Veículos e outro material de transporte	1.566	0,98	1.340	0,56	6.337	1,81
Outros produtos	4.323	2,72	6.883	2,89	6.191	1,77
Minerais e minérios	1.804	1,14	2.037	0,86	1.858	0,53
Instrumentos de óptica e precisão	809	0,51	1.175	0,49	1.521	0,44
Madeira e cortiça	615	0,39	429	0,18	346	0,10
Pastas celulósicas e papel	192	0,12	171	0,07	203	0,06
<b>Total</b>	<b>158.969</b>	<b>100,00</b>	<b>237.867</b>	<b>100,00</b>	<b>349.500</b>	<b>100,00</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância entre estes totais e os da balança comercial.

Valores declarados.

Figura 23

Nesse sentido, Portugal poderia alterar o seu perfil de exportações para Índia, aproveitando o potencial de consumo interno indiano e a capacidade de desenvolvimento dos sectores onde as novas tecnologias fazem a diferença. A visita do Prof. Cavaco Silva, em 2007, pretendia precisamente alterar esta situação. Para além da maquinaria, peles, têxteis, borracha, plásticos e produtos agrícolas, que Portugal compra e vende à Índia, a intenção da viagem foi explorar o mercado indiano para novos produtos, com recursos à tecnologia de ponta, que permitissem ao mesmo tempo atenuar a diferença entre as importações e exportações e por outro lado possibilitar as exportações de produtos de luxo.

Hoje, a Índia é um desafio e várias são as empresas portuguesas que se estabeleceram neste país. É exemplo a *Alcatel Portugal*<sup>157</sup>, uma das poucas empresas com um historial de aproximação ao mercado indiano. Em 2001, a empresa ganhou um concurso internacional lançado pelo Delhi Metro Rail Corporation, para o fornecimento e instalação do sistema de sinalização e telecomunicações móveis do Metropolitano de Nova Delhi, sendo um claro exemplo de sucesso no que respeita à sua sediação na Índia.

Outra empresa igualmente importante que se arriscou no mercado indiano foi a *Sogrape*<sup>158</sup>, o maior grupo português do sector dos vinhos. Porém, a mesma pretende alterar a estratégia de entrada no país, devido às taxas aduaneiras, que a Índia aplicou sobre os vinhos europeus, levando a que estes produtos tenham quase um preço proibitivo.

O grupo de têxteis Vizela - *Teviz* -, concluiu uma parceria com os indianos da *Alok Industries* para a produção de tecidos no subcontinente. A intenção foi reduzir custos de mão-de-obra, energéticos e de matérias-primas. O conhecimento, o know-how, das empresas portuguesas pode ser igualmente um factor de sucesso das parcerias económicas.

A *Chipidea*, empresa igualmente portuguesa e um dos líderes mundiais na área da micro electrónica, procurava na Índia a sua mão-de-obra qualificada. Em 2007, a empresa acabou por adquirida pela *MIPS Technologies, Inc.*, uma das grandes empresas de Silicon Valley, que detém representação na Índia.

---

<sup>157</sup> Cf. [http://www.alcatel-lucent.com/wps/portal/country?LMSG\\_CABINET=Corporate&LMSG\\_CONTENT\\_FILE=Country\\_Content/Portugal/Country.xml&lu\\_lang\\_code=pt\\_PT](http://www.alcatel-lucent.com/wps/portal/country?LMSG_CABINET=Corporate&LMSG_CONTENT_FILE=Country_Content/Portugal/Country.xml&lu_lang_code=pt_PT) [Acesso: 10 de Agosto de 2009]

<sup>158</sup> Cf. <http://www.sograpevinhos.eu/> [Acesso: 10 de Agosto de 2009]

Também o maior exportador português de calçado, a *Aerosoles*, procurou deslocalizar os seus serviços para este território, abrindo a sua primeira unidade fabril em Chennai (Ranipet), em Maio de 2006, com capacidade para produzir 700 mil pares de sapatos por ano.

O *Banco Efisa* tem sido igualmente um dos maiores investidores portugueses na Índia. Juntamente com *Banco TAIB* lançou um fundo privado na Índia, com um valor de 153 milhões de euros, de forma a investirem em sectores como as tecnologias de informação, retalho, média, construção e biotecnologia. Este fundo tem permitido o estreitamento da relação entre empresas e investidores, criando uma rede de contactos<sup>159</sup>.

Um outro exemplo é a EFACEC, uma empresa de electromecânica, que tem representação em Mumbai e que desde cedo apostou no mercado oriental. Em 2005 apresentou um lucro de 104,7 milhões de euros<sup>160</sup>.

Salientam-se também as empresas portuguesas com operações comerciais naquele país: Millennium BCP, Grupo Innovation Capital e Grupo Nabeiro. As experiências destas empresas são o exemplo do caminho a seguir e o fruto dos investimentos efectuados, mas há que tomar em conta a dimensão das empresas portuguesas, que na sua maioria não têm condições suficientes para uma aposta desta magnitude.

Portugal, por sua vez, está a tornar-se num mercado alvo para várias empresas indianas, sobretudo nas áreas farmacêuticas e das tecnologias de informação (TI) e comunicação. Todo este interesse reside nas relações privilegiadas que Portugal mantém com os países de língua oficial portuguesa, cujos mercados são mais apelativos.

A representação dos investimentos indianos verifica-se na sediação de várias empresas em Portugal como:

- Tata Consultancy Services (com dois escritórios em Lisboa);
- Ranbaxy Farmacêutica;
- Wipro; e
- Petrotec

A Wipro, empresa de tecnologias de informação, possui um dos maiores departamentos de Investigação e Desenvolvimento do mundo e adquiriu, em 2006, a Enabler, uma

---

<sup>159</sup> S/A (Novembro 2007), "*Portugal - India: Turning thought into actions*", Newsletter Câmara de Comércio Portugal-Índia, Lisboa [<http://www.ccpi.pt/newsreports>] - Acesso: 3 de Junho de 2009]

<sup>160</sup> XAVIER, Constantino (23 de Dezembro de 2005), "*Não há passagem para a Índia*", In: *Jornal Expresso*, Edição 1730, Economia e Internacional



empresa portuguesa fornecedora de soluções empresariais para o retalho, sediando-se desta forma em Portugal.

Além das empresas indianas aqui indicadas e dos investimentos subjacentes, apenas existem perspectivas para as relações económicas luso-indianas. A quase ausência de trocas comerciais e promoção para o investimento deve-se também à incapacidade do AICEP e da CCPI, seja em termos económicos ou organizacionais, de alcançar parcerias.

No que respeita à *Tata Consultancy Services*, esta encara a entrada em Portugal, como parte da estratégia ibero-americana da empresa, sendo ponto de referência para o estabelecimento de parcerias com o Brasil e os PALOP. As áreas de interesse da empresa são sobretudo a tecnologia, a farmacêutica e o turismo.

Portugal terá de atrair investimentos para estas áreas primordiais e terá de saber crescer em mercados vastos, como a Índia. Segundo um relatório do AICEP e os dados do INE, o investimento indiano em Portugal já ultrapassa os 5 milhões de euros. Contudo, os valores do mesmo têm apresentado várias discrepâncias ao longo dos anos. O quadro não é muito diferente, no que respeita ao investimento português na Índia, o ano de 2005 foi inclusive um ano em que se verificou a retirada de investimentos anteriores<sup>161</sup>.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, a Índia tem vindo a assumir uma posição de maior destaque enquanto investidor em Portugal, tendo-se posicionado em 15º lugar em 2007, a que correspondeu uma percentagem de 0,8% do total de investimento directo estrangeiro (IDE). Enquanto destino do investimento directo português no exterior (IDPE), a Índia revela-se um mercado pouco expressivo, ocupando, em 2007, o 37º lugar do ranking (figura 24)<sup>162</sup>.

Importância da Índia nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Portugal como receptor (IDE)	Posição	80ª	-	-	36ª	15ª
	%	0,0	-	0,0	0,0	0,8
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	-	57ª	67ª	67ª	37ª
	%	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

Figura 24

<sup>161</sup> GUERRA, Ana Rita (12de Janeiro de 2007), “Gigantes indianos não estão arrependidos”, In: Diário Económico, pp. 9

<sup>162</sup>Cf. Ficha de Mercado da Índia realizada pelo AICEP, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=012ca8a4-0f19-439a-8787-b454682b8588> [Acesso: 28 de Agosto de 2009]



Também no investimento directo estrangeiro (IDE), os valores são pouco significativos, como se pode ver na figura 25. Portugal somente a partir da visita de Estado do Prof. Cavaco Silva dinamizou e aumentou a expressão dos investimentos, passando de 539 mil euros, em 2006, para 5 milhões em 2007.

**Investimento Directo de Portugal na Índia**

(10 <sup>3</sup> EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	0	557	164	539	5.260
Desinvestimento	0	523	235	0	0
Investimento líquido	0	34	-71	539	5.260

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

Figura 25

Do lado indiano a situação é praticamente idêntica, todavia os valores investidos em Portugal foram amplamente superiores, o ano de 2007 regista um volume de 231 milhões de euros (figura 26). Este é o primeiro sinal de sucesso económico na relação luso-indiana.

**Investimento Directo da Índia em Portugal**

(10 <sup>3</sup> EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	3	0	0	5.995	231.080
Desinvestimento	29	0	15	80	15
Investimento líquido	-26	0	-15	5.915	231.065

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

Figura 26

Para Portugal, a Índia pode ser vista como um objectivo económico que tem tudo para ser bem sucedido, mas para tal é também necessário cortar com o passado e quebrar os condicionalismos permanentes, como o preconceito de país colonizador e colonizado. Hoje, ambos têm o seu posicionamento na comunidade internacional e politicamente estão em igualdade, ou seja assumem da mesma forma os direitos e deveres perante a sua sociedade.

A Índia, por outro lado tem quatro eixos estratégicos que lhe permitem ter êxito: a sua dimensão geográfica, os recursos humanos qualificados, as bases necessárias para processos de *offshoring* e ainda o custo reduzido da mão-de-obra. É nesse sentido que Portugal necessita de acompanhar o passo acelerado indiano<sup>163</sup> e primar por manter a Índia na sua agenda política, mas:

*«A Índia não é nenhum tesouro escondido ou um país que justifique uma nova corrida ao ouro. É um mercado difícil e exigente, onde é possível responder às necessidades de mão-de-obra só com a prata da casa [...] Mas Portugal interessa-lhes porque pode abrir portas em África e no Brasil. E porque é mais um mercado: Napoleão não conquistava apenas grandes cidades. Sabia que precisava de ir deixando tropas pelo caminho até cruzar o Arco do Triunfo.»*<sup>164</sup>

Segundo o Prof. Eugénio Viassa Monteiro, Director da Escola de Direcção e Negócios (AESE)<sup>165</sup>, Portugal tem ainda uma boa oportunidade na área do turismo, cuja indústria tem taxas de rentabilidade muito satisfatórias na Índia e onde pode haver uma clara aposta na diversificação, oferta turística e criação de parcerias. O mesmo afirma: *«Há muito a explorar. A Índia só recebe cinco milhões de turistas e Portugal pode contribuir com muito know-how em cadeias hoteleiras»*<sup>166</sup>. Assim como, além do turismo, o sector da construção poderá ser um nicho de mercado. A consistência da relação luso-indiana e o seu dinamismo passam pelo desenvolvimento económico e pela criação deste género de parcerias.

### III. 2. O papel das instituições na relação luso-indiana

As instituições são outro ponto fundamental e decisivo para a relação luso-indiana. O impulso que as mesmas lhe conferem não só reproduz a imagem de cada país, como promove uma aproximação nos mais variados campos.

---

<sup>163</sup> MACEDO, André (15 de Janeiro de 2007), “O passo firme para a Índia”, In: Diário Económico, pp. 14 e 15

<sup>164</sup> FIGUEIREDO, Martim Avillez (17 de Janeiro de 2007), “Correr atrás do Presidente”, In: Diário Económico, pp. 15

<sup>165</sup> Cf. MONTEIRO, Eugénio Viassa (2009), *O despertar da Índia: A livre-iniciativa, base do milagre económico*, Alêtheia Editores, Lisboa

<sup>166</sup> <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/72fd1892e1f00c687280b5.html> [Acesso: 25 de Julho de 2009]

O papel preponderante das empresas privadas, como a Fundação Oriente, Gulbenkian e Champalimaud tem sido excepcional, mostrando que a cultura a ciência podem ser elos de ligação entre Portugal e a Índia.

A Fundação Oriente<sup>167</sup>, um dos eixos principais da relação luso-indiana, foi criada em 1988 pela Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), tendo como base financeira, os rendimentos da exploração do jogo e como objectivos o apoio e a realização de iniciativas de carácter cultural, educativo, artístico, filantrópico e social.

A sua sediação na Índia ocorreu em 1995, em Goa, com abertura de uma delegação, que procurava desenvolver:

« [o] apoio ao ensino da língua portuguesa nas escolas secundárias de Goa e Damão; apoio à conservação do património arquitectónico; apoio à investigação histórica e artística, através da concessão de bolsas de estudo de curta duração e longa duração a investigadores indianos e portugueses; apoio à animação cultural, através da realização de concertos e exposições de artistas indianos e portugueses e intercâmbio de artistas entre os dois países; apoios pontuais na área da música, teatro e dança e no campo editorial através da promoção do livro e do subsídio à edição; cooperação com outras instituições nomeadamente na organização de seminários, conferências e outras iniciativas.<sup>168</sup>»

Porém, no seu orçamento, a Índia, nunca foi um país muito expressivo, embora tenham sido realizados inúmeros projectos (figura 27).

Na área da conservação e restauro do património, esta instituição portuguesa destacou-se no restauro da alfândega e do quartel da

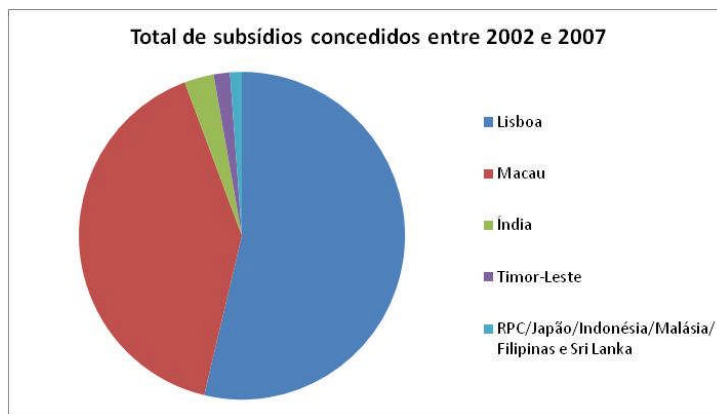


Figura 27

Polícia de Pangim (Goa); dos Arquivos Históricos de Goa, prestando consultadoria técnica à digitalização dos arquivos e levantamento de documentação existente; da Capela do Hospital Militar em Pangim; da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, em Vaipim, em parceria com a Diocese de Cochim; apoiou a renovação da Capela de Santo

<sup>167</sup> Cf. O site oficial da Fundação Oriente em: <http://www.foriente.pt/>

<sup>168</sup> <http://www.foriente.pt/60/india.htm> [Acesso: 6 de Abril de 2009]

António, em Chicalim, bem como as obras da construção do Centro Social da Missão das Igrejas de Damão e o projecto de registo documental dos templos hindus em Goa, pelo Heritage Action Group.

No que diz respeito às artes de espectáculo importa destacar os seguintes eventos: o Concerto de António Cheinho, no dia 10 de Junho de 2002, em Goa; o Concurso de canções portuguesas no Rosary College de Navelim, em 2002; e a realização do 6º Concurso da Canção Portuguesa, em Margão, em 2004. Contudo, no âmbito do ensino, as actividades da Fundação Oriente, sempre sobressaíram em larga escala, salientando-se<sup>169</sup>:

- O apoio ao ensino da Língua Portuguesa, nas escolas secundárias de Goa;
- Criação de bolsas de estudos (por exemplo em 2002, estiveram bolseiros indianos a estagiar no Museu de Arte Antiga, na Universidade do Porto e Aveiro, na Procuradoria-geral da República e nos Arquivos da Torre do Tombo);
- Organização de várias conferências e colóquios sobre Portugal e a Índia;
- Oferta de livros escolares à Escola Secundária de Damão, em 2002;
- Criação de um projecto de investigação, em 2005, sobre o vinho português e a sua importância, enquanto traço cultural na sociedade indo-portuguesa;
- Manutenção do leitorado português, em Goa, pagando os salários aos professores;
- Promoção das jornadas de Filosofia indiana, em Lisboa;
- Aquisição de 300 exemplares de dicionários de bolso Português-Inglês e Inglês-Português, para oferta a alunos e professores de Português na Índia;
- Promoção de cursos de Língua Portuguesa na Indo-Portuguese Friendship Society, em Goa; entre outras.

Além de todos estes projectos, a Fundação inaugurou ainda em Lisboa, o Museu do Oriente, a 8 de Maio de 2008, onde organizou no início deste ano um curso sobre a Índia.

O trabalho da Fundação Oriente é o espelho do investimento na multiculturalidade e na procura de relações privilegiadas com o Oriente, sendo um exemplo para o Estado português no que respeita à conservação do valor histórico da relação luso-indiana.

---

<sup>169</sup> Cf. Relatórios Anuais da Fundação Oriente de 2002 a 2007, disponíveis no Centro de Documentação, no Museu do Oriente, em Lisboa.

Na Índia, também a Fundação Calouste Gulbenkian tem centrado a sua actividade no apoio ao património arquitectónico de origem portuguesa. A Fundação nasceu em 1956 e é uma instituição privada portuguesa, que desenvolve as suas principais actividades nas áreas da arte, ciência e educação.

A sua base de actuação, na Índia, incide sobretudo no restauro e conservação do património. Em 2007, os seus objectivos passaram pela formação em Portugal de conservadores, que se deslocaram a Goa, para trabalhar no Museu de Arte Sacra Indo-Portuguesa e no Convento de Santa Mónica, onde constam 140 peças emblemáticas de arte indo-portuguesa.

Ainda no que toca ao restauro, foram concedidos dois subsídios, em 2008, para a recuperação de património de origem portuguesa, em particular para as obras de preservação da Igreja do Convento de Santa Mónica e de recuperação da Catedral de Calcutá<sup>170</sup>.

Em termos de publicações, a Fundação Gulbenkian iniciou, em 2008, os trabalhos de preparação para o lançamento de uma publicação bilingue, sobre o Museu Indo-Português em Cochim<sup>171</sup>.

Por outro lado, o Instituto de Camões, organismo público ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministérios da Educação e da Cultura, assume como funções a difusão da língua e da cultura portuguesa fora de Portugal.

O Instituto inaugurou, a 14 de Fevereiro de 1991, o Centro Cultural Português, em Nova Delhi, na procura destes mesmos objectivos, mantendo actividades não só associadas à língua e cultura portuguesa, mas também nas áreas da história, ciências sociais, relações internacionais, entre outras, com várias universidades indianas.

Culturalmente, o Instituto de Camões teve inclusive a primeira presidência da EUNIC Cluster Índia, em 2007, que consistia numa parceria entre os Institutos Nacionais de Cultura da UE e o governo indiano, com o intuito de criar parcerias efectivas e de redes entre as organizações participantes, de forma a melhorar e promover a diversidade cultural, o diálogo internacional e a cooperação com os países fora da Europa.

---

<sup>170</sup>Cf. Relatório anual da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: [http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP\\_files/pdfs/RelatorioAnual2008/Relatorio2008\\_06\\_Estrangeiro.pdf](http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/RelatorioAnual2008/Relatorio2008_06_Estrangeiro.pdf) [Acesso: 8 de Agosto de 2009]

<sup>171</sup> MOURA, Joana (15 de Janeiro de 2007), “*O que pode a cultura fazer pela economia*”, In: *Diário Económico*, pp. 16 e 17

O mesmo gere ainda uma vasta rede de formadores e concede apoios financeiros a cidadãos e entidades que se dediquem ao estudo e investigação da língua e cultura portuguesa na Índia, mantendo dois leitores na Universidade de Goa e Nova Delhi.

A importância dos papéis do *Centro Cultural Português*, em Nova Delhi, e do *Instituto Cultural*, em Goa, residem na promoção e na divulgação da identidade lusa. A cultura pode surgir aqui, como agente impulsionador de novas parcerias, sobretudo parcerias económicas. Em Portugal, existe ainda a *Associação Amizade Portugal-Índia* e a *Casa de Goa*, que integram e promovem intercâmbios permanentes e mútuos entre pessoas dos dois Estados e desenvolvem actividades culturais.

No campo da tecnologia e ciência, um organismo que tem assumido grande relevo é a *Fundação Champalimaud*. A Fundação foi criada, em 2004, com o objectivo de divulgar a investigação científica, no âmbito das doenças visuais, como a cegueira.

Esta instituição organiza ainda o Prémio de Visão de António Champalimaud, cujo valor é de um milhão de euros. A sua atribuição é feita à instituição mundial que mais se destaque na «*compreensão, diagnóstico, tratamento e/ou prevenção de doenças e distúrbios da visão*»<sup>172</sup>.

Em 2007, este prémio foi atribuído ao *Aravind Eye Care System*, unidade indiana que compreende cinco hospitais, «*um centro de fabrico de produtos oftalmológicos, uma fundação internacional de investigação e um centro de treino que está a contribuir para revolucionar centenas de programas de tratamento de olhos no mundo em desenvolvimento*»<sup>173</sup>. Para os indianos esta parceria com a Fundação Champalimaud, representa um acréscimo de actividade, devido ao financiamento alcançado.

A parceria criada visa ainda um programa de intercâmbios destinados a médicos, investigadores e cientistas, que pretendam assim trabalhar no C-TRACE- Centro Champalimaud Translation Centre for Eye Research, que foi criado em parceria com o L.V. Prasad Eye Institute<sup>174</sup>, em Hyderabad<sup>175</sup>.

O sucesso do desempenho da Fundação Champalimaud demonstra que, através da ciência, Portugal consegue aproximar-se da Índia e estabelecer fortes laços de cooperação.

---

<sup>172</sup> <http://www.fchampalimaud.org/home/portuguese-summary/premio-de-visao/> [Acesso: 28 de Agosto de 2009]

<sup>173</sup> **Idem**

<sup>174</sup> Cf. Site oficial do L.V. Prasad Eye Institute - <http://www.lvpei.org/>

<sup>175</sup> **MOURA**, Joana (15 de Janeiro de 2007), “*O que pode a cultura fazer pela economia*”, In: *Diário Económico*, pp. 16 e 17

No contexto económico, para além do papel das empresas, existe outro organismo que se destaca enquanto agente dinamizador da relação luso-indiana, a Câmara de Comércio Portugal-Índia (CCPI)<sup>176</sup>. Criada em 2006, a mesma tem reunido esforços para incentivar os empresários portugueses na descoberta da Índia e potenciais oportunidades de negócio favoráveis ao investimento, alertando, no entanto, para as burocracias envolvidas e oferecendo apoio jurídico gratuito. Inaugurou ainda este ano uma Delegação no Porto, com vista à aproximação do tecido empresarial do norte.

Contudo, sendo esta uma relação em crescimento, é preciso alguma perseverança e jogo político, para que a mesma tenha êxito. A diplomacia económica deverá ser um elemento preponderante na relação luso-indiana, mas nunca o centro da mesma, pois as estratégias políticas de cooperação e de política externa deverão assumir um papel igualmente importante.

### **III. 3. O papel da diáspora indiana em Portugal**

Um outro elemento dinamizador de qualquer relação bilateral é sem dúvida a sociedade civil. Portugal é hoje um dos grandes receptores europeus de imigrantes indianos, acolhendo cerca de 70 mil pessoas, de acordo com o relatório *High Level Committee On Indian Diaspora*<sup>177</sup>. A comunidade indiana em Portugal é uma das mais importantes da diáspora e as razões justificativas desta situação prendem-se ainda ao passado colonial. Por um lado os fluxos provieram de uma migração directa de Goa, Damão e Diu, após 1961, por outro a migração dos Gujaratis e Hindus resultou da descolonização dos territórios africanos, como Angola e Moçambique, onde residiam<sup>178</sup>.

A sua localização, em Portugal, está particularmente concentrada em Lisboa e no Porto e embora tenham aprendido a língua e adoptado a nacionalidade portuguesa, em termos sociais são facilmente identificados pela manutenção de tradições hindus.

A comunidade indiana presente em território português define-se pela composição dos seguintes grupos: os Gujaratis, comunidade empresarial, activa e associada normalmente ao retalho; a Ismaelita, que é por seu turno a mais influente, com um nível socioeconómico bastante elevado e os goeses que são sobretudo uma

---

<sup>176</sup> Cf. Site oficial da Câmara de Comércio Portugal- Índia - <http://www.ccpi.pt/>

<sup>177</sup> Cf. Relatório oficial disponível em: <http://www.indiandiaspora.nic.in/contents.htm> [Acesso: 20 de Maio de 2009]

<sup>178</sup> CAJADO, Rita D' Ávila (2009), *Trajectos interurbanos na diáspora: o elo esquecido da mobilidade social*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES e-Working Paper, Nº83, Lisboa

comunidade católica e bem integrada na sociedade portuguesa, mantendo ao mesmo tempo vivas as tradições e os laços familiares na Índia.

Em Portugal, actualmente existem mais de vinte associações formadas pelas diferentes comunidades indianas, quer em termos religiosos ou apenas associativos<sup>179</sup>. Em 1998, os Gujaratis construíram em Portugal, um templo de forma a praticar as suas crenças, assim como a comunidade ismaelita criou o Centro Comunitário Jamat Khana, ambos inaugurados pelo Chefe de Estado português. Relativamente à comunidade ismaelita, foi assinado a 8 de Maio de 2009, um acordo único entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili. O acordo prevê a cooperação em matérias como a religião, cultura e educação. Os goeses por sua vez têm uma ligação directa à Casa de Goa, situada em Lisboa e palco de inúmeras actividades culturais.

Embora a comunidade indiana em Portugal não seja politicamente activa, existem personalidades que ganharam alguma notoriedade, como o Professor André Gonçalves Pereira (advogado), o Professor Narana Coissoró (ex-deputado do Parlamento português), Dr. Kantilal Jamnadas (dono da Dancake Portugal e Presidente da Comunidade Hindu em Portugal), Professor Teotónio de Souza (Professor na Universidade Lusófona de Lisboa) e o Professor Eugénio Viassa Monteiro (Professor e Director na AESE e Presidente da Associação Amizade Portugal-Índia).

A excelente integração dos vários grupos indianos na comunidade portuguesa permite-nos concluir que também a diáspora pode contribuir para «*o aparecimento de uma oferta inovadora na sociedade lisboeta, designadamente nos domínios da restauração ou da cultura (música, dança, religião)*. [...] *Ao nível internacional, tanto goeses como ismaelitas actuam no sentido da internacionalização secundária da cidade, uma vez que as suas relações, tanto formais como informais, acabam sempre por conter referências a Lisboa*<sup>180</sup>» e a Portugal.

Por outro lado, a presença portuguesa na Índia é irrisória, não existindo dados consistentes sobre a dimensão da comunidade lusa. Embora os eventos culturais, diplomáticos e económicos sejam todos eles importantes é o contacto directo entre comunidades que impulsiona a relação luso-indiana. A diáspora poderá ser, deste modo, um “motor” da relação política entre os dois Estados, mas há que ter em especial

---

<sup>179</sup> **Idem**

<sup>180</sup> **MALHEIROS**, Jorge Macaísta (2000), "*Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita: Uma interpretação a partir de Lisboa*", In: Lusotopie, S/L, pp. 398



atenção que Portugal também servirá como porta de entrada para a circulação de emigrantes na União Europeia.

## Conclusão

Portugal, encarado como país colonizador durante séculos, marcou presença em vários continentes, como a Ásia, África e América, onde deixou um importante legado histórico. De forma a compreendermos a relação luso-indiana foi necessário fazer uma referência ao fim dramático do colonialismo português neste território, a fim de melhor contextualizar o ambiente político e diplomático entre Portugal e a União Indiana, após 1974.

A crise da descolonização portuguesa nos territórios de Goa, Damão e Diu, fruto de uma ocupação militar efectiva da União Indiana, em 1961, compromete o desenvolvimento das relações entre os dois países. O corte das relações seria inevitável.

Após a derrota portuguesa em 1961, a relação ficou praticamente extinta. Somente após a Revolução do 25 de Abril de 1974, que pôs termo ao regime colonial português, foi possível restabelecer um diálogo com a vista à reaproximação entre os dois países, ainda que frágil devido às “feridas” do passado e à maneira distinta como ambos continuavam a encarar o sentido dos contactos luso-indianos desde a era gâmica.

O relacionamento entre os dois países, nos últimos trinta e cinco anos, tem sido considerado decepcionante. É na instabilidade da relação luso-indiana que verificamos a persistência de inúmeros obstáculos, quer em termos económicos, estruturais e/ou organizacionais. O caso de 1998, em que as comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia se tornaram alvo de grande polémica, é um dos exemplos de como a memória do colonialismo, e certas expressões identitárias e nacionalistas, constituem ainda factores perturbadores do relacionamento luso-indiano.

O retomar da relação, depois de 1974, apresentou-se com uma agenda política e cultural preenchida, embora com um carácter demasiado simbólico e superficial. Sem interesses mais substanciais, sobretudo de ordem material ou/e com o distanciamento geográfico a pesar, os contactos tornaram-se esporádicos e inconsequentes.

Somente com as iniciativas portuguesas, quer em 2000 e 2007, em aproximar a Índia da União Europeia, através de reuniões paritárias, este cenário conheceu algumas mudanças e a relação evoluiria de forma mais dinâmica.

O facto de Portugal ser também um Estado democrático consolidado, plenamente integrado na comunidade internacional, como na UE, PALOP e NATO, contribuiu para

que de alguma forma a Índia mudasse a sua opinião no que se refere ao Estado português e procurou igualmente estabelecer laços diplomáticos.

Porém, os sucessivos episódios controversos na relação, como a perda no porto de Lisboa de uma oferta do embaixador indiano, os incidentes diplomáticos nas viagens oficiais, as comemorações dos descobrimentos portugueses, as manifestações dos *Freedom Fighters* e até a animosidade suscitada pela presença da Fundação Oriente em Goa, foram entraves constantes à relação luso-indiana e revelaram a dificuldade em superar os mal-entendidos do passado colonial.

A partir de 2007 existiu, contudo, um novo fôlego na relação bilateral, que se deveu ainda à visita oficial do Prof. Cavaco Silva, enquanto Chefe de Estado. Ao contrário da visita de Mário Soares, em 1992, assente no desenvolvimento cultural da relação, a viagem do Prof. Cavaco Silva, em 2007, procurou encontrar na Índia um novo parceiro económico de grande relevância para o país, fomentando as oportunidades para o investimento estrangeiro mútuo. Todavia, este novo ânimo resulta também do esforço político do Governo de José Sócrates e do impulso dado pela presidência portuguesa do Conselho da União Europeia de forma a estabelecer uma estratégia de aproximação à Índia.

A postura portuguesa mostra que não só não poderíamos ficar indiferentes ao grande crescimento económico da Índia, nos últimos anos, como seria através deste posicionamento que o diálogo entre ambos poderia melhorar substancialmente. A afirmação de várias empresas portuguesas na Índia, e vice-versa, é por isso encarada como um elemento dinamizador da relação luso-indiana.

O destaque de empresas com a *Alcatel Portugal*, *Sogrape*, *Teviz*, *Soprefa*, *Chipidea*, *Aerosoles*, *Banco Efisa*, *EFACEC*, *Millennium BCP*, *Grupo Innovation Capital*, *Grupo Nabeiro*, *Tata Consultancy Services*, *Wipro*, entre outras, serve para exemplificar o caminho a seguir.

Uma aposta de sucesso poderá ser feita no que toca à exportação de produtos tradicionais portugueses, como o azeite, os vinhos, a cortiça, certos artigos têxteis, entre outros, dirigindo-os sobretudo para as elites indianas, cujo poder económico tem vindo a crescer significativamente

Consideramos, todavia, que embora a diplomacia económica seja uma boa estratégia para potenciar este relacionamento, em Portugal o grosso do tecido empresarial não possui ainda as condições necessárias para uma internacionalização junto dos mercados asiáticos, nem tão pouco detém capital suficiente para investir na Índia. O próprio

desconhecimento das barreiras burocráticas e legais é motivo para a debilidade das relações comerciais, por isso a Câmara de Comércio Portugal-Índia incentiva os empresários portugueses disponibilizando apoio jurídico gratuito.

No quadro das relações políticas e culturais, as instituições privadas e públicas assumem uma elevada importância enquanto impulsionadores da mesma. Falamos da Fundação Oriente, Gulbenkian, Champalimaud, Embaixada portuguesa em Nova Delhi, Embaixada indiana em Lisboa, Consulado Geral de Goa, Câmara de Comércio Portugal-Índia e Instituto de Camões, que desenvolvem todo um conjunto de actividades nas mais diversas áreas, de forma a promover e desenvolver a relação luso-indiana.

O reconhecimento da importância dos valores históricos e culturais, enquanto princípio dinamizador, pode actuar como ponto de cooperação entre os dois Estados, mantendo um pilar base para a estabilidade e crescimento na relação luso-indiana.

Em termos sociais, convém salientar a posição da comunidade indiana em Portugal, que se assume como uma comunidade bem integrada e dinâmica, não só do ponto de vista cultural, como económico. A importância da diáspora reside nos seus contactos multiculturais, especialmente na divulgação da cultura indiana, através da religião, gastronomia, línguas e tradições.

O futuro da relação luso-indiana deverá passar por uma maior abertura em termos dinamizadores, onde não poderá existir lugar para preconceitos, a exaltação acrítica dos Descobrimentos e do colonialismo português, pelo menos ao nível do discurso dos governantes, diplomatas e outros agentes envolvidos nos contactos bilaterais.

O crescimento e a evolução da relação luso-indiana passam também pela vontade política dos governos. Em termos económicos, a cooperação institucional entre os dois países pode assumir um papel preponderante no desenvolvimento, onde Portugal deverá ainda procurar responder às necessidades indianas, criando projectos empreendedores e infra-estruturas no âmbito dos transportes.

Para a Índia, o mercado português apresenta alguns pontos de interesse, como a proximidade do mercado europeu, a estabilidade interna consistente e vantagens e incentivos fiscais. No entanto, cabe a Portugal potenciar essas características competitivas e desenvolver esforços para atrair o investimento externo indiano.

Face à crise económica mundial, em que hoje vivemos, Portugal e a Índia terão de igual forma saber ultrapassar os obstáculos daí resultantes, reforçando a sua parceria a todos os níveis, rumo ao progresso.

# Bibliografia

- **Estudos**

**AMARAL**, Conceição e **HALLETT**, Jessica (1998), *Culturas do Índico*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa

**ANDERSON**, Perry (1963), *Le Portugal et la Fin de l'Ultra-Colonialisme*, Tradução de Fanchita Gonzales, François Maspero, Paris

**AVV** (2000), *Encontro sobre Portugal e a Índia*, Livros Horizonte, Fundação Oriente, Lisboa

**BÈGUE**, Sandrine (2007), *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-continent Indien (1945-1962)*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE. Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tese de Doutoramento, Lisboa

**CAJADO**, Rita D' Ávila (2009), *Trajectos interurbanos na diáspora: o elo esquecido da mobilidade social*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES e-Working Paper, N°83, Lisboa

**CUNHA**, Mafalda Soares da (1998), *Os Construtores do Oriente Português*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa

**CUNHA**, Mafalda Soares da (1999), “*Os espaços de um império*”, Coordenação de, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa

**DIAS**, J.S. da Silva (1982), *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Editorial Presença, Lisboa

**Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 – Acordo Ortográfico** (2008), Porto Editora, Porto

**EVERA**, Stephen Van (1997), *Guide to Methods for Students of Political Science*, Cornell University Press, Nova Iorque

**FARNDON**, Jonh (2008), *O Boom da Índia*, Plátano Editora, Lisboa

**FERNANDES**, Moisés Silva (2006), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa

**FLORES**, Jorge Manuel (1998), *O «Centenário da Índia» e a memória da viagem de Vasco da Gama - 1898*, Coordenação de, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa

**FRADA**, João (2005) *Novo Guia prático para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos e organização de currículos*, SeteCaminhos, Lisboa

**FRANÇA**, António Pinto (2003), *A influência portuguesa na Indonésia*, Prefácio, Lisboa

**GERSDORFF**, Ralph James (1998), *India, The United States and Portugal - Can they become closer allies, especially India and Portugal?*, Opportunities - National, International Consultants in Project Identification and Job Creation, Washington

**GUEDES**, Armando Marques (1992), *As acções bilaterais e a diplomacia cultural portuguesa – Oito casos paradigmáticos de acção cultural externa, 1989-1992*, Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, Direcção de Serviços Culturais, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

**GUHA**, Ramachandra (2007), *India after Gandhi – the History of the World's Largest Democracy*, Pan Macmillan, Londres

**HAWKE**, William (2000), *Portugal-India and the European Union*, Editado por, Embaixada Portuguesa em Nova Delhi, Índia

**JACKSON**, David K. (2005), *De Chaul a Batticaloa. As marcas do império marítimo português na Índia e no Sri Lanka*, Mar de Letras Editora, Ericeira

**LARA**, António de Sousa (2000), *Colonização Moderna e Descolonização*, Lisboa, ISCSP

**LEITÃO**, Nicolau Andresen (2007), *Estado Novo, Democracia e Europa 1947-1986*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa

**MAGONE**, José M. (2004), *The Developing Place of Portugal in the European Union*, Transaction, Londres

**MAHTANEY**, Piya (2007), *India, China and Globalization - The Emerging Superpowers and the Future of Economic Development*, Palgrave Macmillan, New York

**MARCOS**, Daniel da Silva Costa (2007), *Salazar e de Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

**MARQUES**, A.H. de Oliveira (1995), *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa

**MENDES**, António Lopes (1992), *A Índia Portuguesa. Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, Volume 1 e 2, Fundação Oriente, Lisboa

**MONGIARDIM**, Maria Regina (2007), *Diplomacia*, Almedina, Coimbra

**MONTEIRO**, Eugénio Viassa (2009), *O despertar da Índia: A livre-iniciativa, base do milagre económico*, Alêtheia Editores, Lisboa

**MORAIS**, Carlos Alexandre de (1999), *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativo*, 3ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa

**OLIVEIRA**, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Tinta da China, Lisboa

**PALMEIRA**, José (2006), *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Prefácio, Lisboa

**PANAGARIYA**, Arvind (2008), *India: The Emerging Giant*, Oxford University Press, New York

**PEREZ**, Rosa Maria, (2006) *Os portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*, [coordenação], Publicações Dom Quixote, Lisboa

**PINTO**, José Filipe (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

**QUIVY**, Raymond e **CAMPENHOUDT**, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa

**RAMPINI**, Federico (2007), *China e Índia - As duas grandes potências emergentes*, Editorial Presença, Lisboa

**RODRIGUES**, Ana Maria (1999), *O Orientalismo em Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, Lisboa

**RUBINOFF**, Arthur G. (1998), *The Construction of a Political Community: Integration and Identity in Goa*, Sage Publications, Nova Deli

**S/A** (2001), *O Caso de Goa. 40 Anos depois (1961-2001), recordando a história. Análise política, jurídica e militar*, Actas da Conferência, Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais (NECPRI), Universidade Nova de Lisboa



**S/A** (28 de Junho de 2000), *Portugal - India and the European Union*, Embaixada Portuguesa, L.B. Associates, Nova Delhi

**SHESHABALAYA**, Ashutosh (2006), *Made in India*, Edições Centro Atlântico, Vila Nova de Famalicão

**SIEPMANN**, Helmut (2000), *Portugal, Indien und Deutschland – Portugal, Índia e Alemanha*”, Coordenação de, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

**STOCKER**, Maria Manuel (2006), *Xeque-Mate a Goa*, 2ª Edição, Temas e Debates, Lisboa

**TELO**, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de Abril à actualidade*, Volume II, Editorial Presença, Lisboa

**VARMA**, Pavan K. (2006), *A Índia no Século XXI*, Editorial Presença, Lisboa

**WILENSKY**, Alfredo Héctor, **JANUÁRIO**, Rui e **DIOGO**, Luís da Costa (2005), *Geopolítica e Relações Internacionais*, Quid Juris, Lisboa

- **Artigos de Imprensa**

**AICEP Portugal Global** (Junho de 2007), *Índia*. Dossier de Mercado

**ALMEIDA**, José Carlos (2004), “*Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia*”, In: Nação e Defesa, Número 107, 2ª Série, pp. 147-172

**ARORA**, Shilpy e **RIAZ**, Harun (2008), “*2007 Groundbreaking Year for Portugal-India Bilateral Ties*”, In: Portugal in Focus, Embaixada de Portugal, Nova Delhi, pp. 10

**BALDAIA**, Bárbara (10 de Janeiro de 2007), “*Uma ponte para o futuro*”, In: Diário Económico, pp. 4 e 5

**BALDAIA**, Bárbara (11 de Janeiro de 2007), “*Tecnológicas rendem-se às novas especiarias*”, In: Diário Económico, pp. 6 e 7

**BALDAIA**, Bárbara (12 de Janeiro de 2007), “*De Oliveira Salazar a Mário Soares*”, In: Diário Económico, pp. 7

**BALDAIA**, Bárbara (12 de Janeiro de 2007), “*Presidente serve diplomacia económica ao almoço*”, In: Diário Económico, pp. 6

**BALDAIA**, Bárbara (15 de Janeiro de 2007), “*Cavaco defende flexisegurança*”, In: Diário Económico, pp. 12

**BALDAIA**, Bárbara (15 de Janeiro de 2007), “*Conversa entre um banqueiro e um comunista*”, In: Diário Económico, pp. 13

**BALDAIA**, Bárbara (16 de Janeiro de 2007), “*Biotecnol procura parceria para tratamento do cancro de mama*”, In: Diário Económico, pp. 7

**BALDAIA**, Bárbara (16 de Janeiro de 2007), “*Gostava que os empresários tivessem mais ousadia*”, In: Diário Económico, pp. 6

**BALDAIA**, Bárbara (18 de Janeiro de 2007), “*Estamos a olhar muito seriamente para Portugal – Os campeões indianos das tecnologias de informação*”, In: Diário Económico, pp. 8

**BALDAIA**, Bárbara (18 de Janeiro de 2007), “*Mais um negócio antes do adeus*”, In: Diário Económico, pp. 10

**BALDAIA**, Bárbara (4 de Janeiro de 2007), “*Cavaco prepara viagem à Índia com dezenas de empresários*”, In: Diário Económico, pp. 6

**BAPTISTA**, Mário e **PACHECO**, Miguel (4 de Janeiro de 2007), “*Champalimaud entra na Índia*”, In: Diário Económico, pp. 4

**BEHERA**, Subhakanta (21-27 de Dezembro de 2002), "*India's Encounter with the Silk Road*", *Economic and Political Weekly*, Volume 37, Nº. 51, pp. 5077-5080 [<http://www.jstor.org/stable/4412978> -Acesso: 2 de Agosto de 2009]

**BRITO**, Nuno Filipe (2005), "*Política externa portuguesa: o futuro do passado*", In: *Relações Internacionais*, Número 5, pp. 147-161

**CARVALHO**, João Pedro da Silveira (2000), "*Prioridades e resultados da Presidência do Conselho da UE*", In: *Europa Novas Fronteiras*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa, pp. 19

**CASCÃO**, Patrícia (10 de Janeiro de 2007), "*O que fez “o mundo plano” pelo crescimento da Índia*", In: *Diário Económico*, pp. 8 e 9

**CASCÃO**, Patrícia, (17 de Janeiro de 2007), "*A Biotecnológica que saiu da garagem*", In: *Diário Económico*, pág. 18

**CASCÃO**, Patrícia, (17 de Janeiro de 2007), "*De que é feito o sucesso da Wipro*", In: *Diário Económico*, pp. 17

**CASCÃO**, Patrícia, (17 de Janeiro de 2007), "*O “Outsourcing” visto ao contrário*", In: *Diário Económico*, pág. 19

**CHAUNDHURI**, K.N. (21 de Maio de 1998), "*O significado de 1498*", In: *Público*, pp. 9 e 10

**CORDEIRO**, Paula Alexandra (16 de Janeiro de 2007), "*Empresas portuguesas podem ter sucesso no mercado indiano*", In: *Diário Económico*, pp. 8 e 9

**CORREIA**, José de Matos (2006), "*A Integração na União Europeia e o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros*", In: *Nação e Defesa*, Número 115, 3ª Série, pp. 29-81

**COUTINHO**, Alexandre (6 de Janeiro de 2007), “*Parcerias de sucesso*”, In: Expresso, pp. 19

**CRESPO**, Mário (20 de Janeiro de 2008), “*A lição de Goa*”, In: Revista Única – Expresso, pp. 9

**FERNANDES**, José Manuel (8 de Fevereiro de 1992), “*Reviver o passado em Goa*”, In: Revista Única - Expresso, pp. 17

**FERREIRA-PEREIRA**, Laura C. Ferreira (Maio de 2007) “*Between Scylla and Charybdis: Assessing Portugal's Approach to the Common Foreign and Security Policy*”, In: European Integration, Volume. 29, Número 2, pp. 209 a 228

**FIFIELD**, Russel H. (5 de Abril de 1950), “*The Future of Portuguese India*”, In: Far Eastern Survey, Institute of Pacific Relations, Volume 19, Número 7, pp. 71-72 [ <http://www.jstor.org/stable/3024038> - Acesso: 1 de Março de 2009]

**FIGUEIREDO**, Martim Avillez (10 de Janeiro de 2007), “*Índia: por aqui*”, In: Diário Económico, pp. 47

**FIGUEIREDO**, Martim Avillez (17 de Janeiro de 2007), “*Correr atrás do Presidente*”, In: Diário Económico, pp. 15

**FIGUEIREDO**, Martim Avillez (18 de Janeiro de 2007), “*Filme sem final*”, In: Diário Económico, pp. 4 e 5

**GRANADO**, António (2 de Janeiro de 1998), “*1998: o ano dos oceanos*”, In: Público, pp. 2

**GUEDES**, Rita Marques (16 de Janeiro de 2007), “*Por aqui e por ali*”, In: Diário Económico, pp. 44

**GUERRA**, Ana Rita (12 de Janeiro de 2007), “*Portugal é rampa para América do Sul*”, In: Diário Económico, pp. 8

**GUERRA**, Ana Rita (12 de Janeiro de 2007), “*Gigantes indianos não estão arrependidos*”, In: Diário Económico, pp. 9

**GUERRA**, João Paulo (10 de Janeiro de 2007), “*O homem que governa mil milhões de indianos*”, In: Diário Económico, pp. 10 e 11

**HORTELAO**, Rui (18 de Janeiro de 2007), “*A outra viagem*”, In: Sábado, Número 142, pp. 54 a 56

**HORVATH**, Ronald J. (Fevereiro de 1972), “*A Definition of Colonialism*”, In: Current Anthropology, University of Chicago Press, Vol. 13, No. 1, pp. 45-57 [<http://www.jstor.org/stable/2741072> - Acesso: 25 de Março de 2009]

**KRISHNAN**, Raghu (2 de Dezembro 2007), “*1498 & all that*”, In: Times of India, Economics [[http://economictimes.indiatimes.com/Opinion/Columnists/Raghu\\_Krishnan/1498\\_all\\_that/rssarticleshow/2588644.cms](http://economictimes.indiatimes.com/Opinion/Columnists/Raghu_Krishnan/1498_all_that/rssarticleshow/2588644.cms) - Acesso: 10 de Março de 2009]

**KUMAR**, Satish (1975), “*Major Developments in India's Foreign Policy and Relations, July-December 1974*”, In: International Studies, Nº. 14, pp. 417 a 431 [<http://isq.sagepub.com> - Acesso: 26 de Fevereiro de 2009]

**LÉONARD**, Yves, (1999), “*O império colonial salazarista*”, In: História da Expansão Portuguesa, Volume V, Círculo de Leitores, Navarra, pp. 10-50

**LUCAS**, João Santos (10 de Janeiro de 2007), “*Crescer na Índia, na China, em Singapura...*”, In: Diário Económico, pp. 44

**LUCAS**, João Santos (24 de Janeiro de 2007), “*Ásia: prioridade e urgência*”, In: Diário Económico, pp. 44

**MACEDO**, André (11 de Janeiro de 2007), “*Os sete anões indianos*”, In: Diário Económico, pp. 4 e 5

**MACEDO**, André (12 de Janeiro de 2007), “*A receita do pirata indiano*”, In: Diário Económico, pp. 4 e 5

**MACEDO**, André (15 de Janeiro de 2007), “*O passo firme para a Índia*”, In: Diário Económico, pp. 14 e 15

**MACEDO**, André (16 de Janeiro de 2007), “*O caminho para a cura*”, In: Diário Económico, pp. 4 e 5

**MACEDO**, André (17 de Janeiro de 2007), “*A revolução passa por aqui*”, In: Diário Económico, pp. 16

**MACEDO**, André (18 de Janeiro de 2007), “*A fila indiana*”, In: Diário Económico, pp. 11

**MACEDO**, André (18 de Janeiro de 2007), “*Violação das patentes assusta investidores*”, In: Diário Económico, pp. 6 e 7

**MACQUEEN**, Norrie (Novembro de 2003) “*Re-defining the ‘African Vocation’: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis*”, In: Journal of Contemporary European Studies, Volume 11, Número 2, Carfax Publishing, Taylor & Francis Ltd, pp. 181 a 199

**MALHÃO**, Mário (17 de Janeiro de 2007), “*A República da Índia*”, In: Diário Económico, pp. 20

**MALHEIROS**, Jorge Macaísta (2000), “*Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita: Uma interpretação a partir de Lisboa*”, In: Lusotopie, S/L, pp. 398

**MARTINS**, Luís Almeida (11 de Janeiro de 2007), “*Séculos de amor e de ódio*”, In: Visão, Número 723, pp. 48 e 49

**MATTOSO**, José (13 de Maio de 1998), “*Vasco da Gama: o super-herói*”, In: Público, pp. 30

**MEIRELES**, Luísa (20 de Janeiro de 2007), “*Balanço parco mas muita esperança*”, In: Expresso, pp. 14

**MEIRELES**, Luísa (6 de Janeiro de 2007), “*A primeira grande visita de Cavaco Silva*”, In: Expresso, pp. 17

**MONTEIRO**, Eugénio Viassa (2008), “*Portugal and India - A Winning Partnership*”, In: Portugal in focus, Embaixada de Portugal, Nova Delhi, pp. 40

**MONTEIRO**, Henrique e **CARVALHO**, Luiz (8 de Fevereiro de 1992), “*A companhia das Índias*”, In: Jornal Expresso, pp. 14 a 16

**MONTEIRO**, Henrique e **CARVALHO**, Luiz (8 de Fevereiro de 1992), “*A companhia das Índias*”, In: Revista Expresso, pp. 14 a 16

**MOREIRA**, José Manuel (16 de Janeiro de 2007), “*Índia, inveja e Portugal*”, In: Diário Económico, pp. 3

**MOURA**, Joana (15 de Janeiro de 2007), “*O que pode a cultura fazer pela economia*”, In: Diário Económico, pp. 16 e 17

**MOURA**, Joana (18 de Janeiro de 2007), “*Empresa quer chegar ao clube das dez maiores do mundo em 2010*”, In: Diário Económico, pp. 9

**MOURA**, Joana (4 de Janeiro de 2007), “*Os primeiros passos da Fundação*”, In: Diário Económico, pp. 5

**OLIVEIRA**, Fernando Correia (2004), “*Oriente: primeiros a chegar, últimos a partir, futuro vazio*”, In: Revista Janus 2004, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, Jornal Público, 2004 [[http://www.janusonline.pt/sociedade\\_cultura/sociedade\\_1998\\_4\\_31\\_d.html](http://www.janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_1998_4_31_d.html)] - Acesso: 25 de Junho de 2009]

**PACHECO**, Miguel (11 de Janeiro de 2007), “*O milagre indiano*”, In: Diário Económico, pp. 8 e 9

**PACHECO**, Miguel (15 de Janeiro de 2007), “*As três pílulas mágicas que também atraem os portugueses*”, In: Diário Económico, pp. 18 e 19

**PACHECO**, Miguel (17 de Janeiro de 2007), “*A última paragem*”, In: Diário Económico, pp. 14

**PLMJ** (Setembro de 2008), *NewsLEXtter, Portugal - Índia*, EMS de Comércio Internacional [[www.plmj.com](http://www.plmj.com) - Acesso: 20 de Outubro de 2008]

**QUEIRÓS**, Luís Miguel (11 de Maio de 1998), “*Olhares cruzados sobre Vasco da Gama*”, In: Público, pp. 22

**QUEIRÓS**, Luís Miguel (12 de Maio de 1998), “*Dois olhares em risco de colisão*”, In: Público, pp. 27 e 28

**QUEIRÓS**, Luís Miguel (13 de Maio de 1998), “*Subrahmanyam critica historiadores portugueses*”, In: Público, pp. 30

**QUEIRÓS**, Luís Miguel (21 de Maio de 1998), “*Não me cabe julgar a expansão portuguesa*”, In: Público, pp. 6 a 8

**QUEIRÓS**, Luís Miguel (3 de Janeiro de 1998), “*Regresso ao Oriente*”, In: Público, pp. 30

**QUEIRÓS**, Madalena (9 de Janeiro de 2007), “*Vazio legal trava vinda de alunos de fora da UE*”, In: Diário Económico, pp. 39

**QUEIRÓS**, Madalena e **BALDAIA**, Bárbara (9 de Janeiro de 2007), “*ISCTE assina acordo com universidades da Índia*”, In: Diário Económico, pp. 38



**RAMOS**, João (6 de Janeiro de 2007), “*Caos e tecnologia em Bangalore*”, In: Expresso, pp. 18 e 19

**RAMOS**, João (6 de Janeiro de 2007), “*O despertar do gigante*”, In: Expresso, pp. 16 e 17

**RAMOS**, Rui (2007), “ «*O Império que nunca existiu*». *A Cultura da Descolonização em Portugal*”, In: Revista de História das Ideias, Volume 28, pp. 429-477

**REITER**, Bernd (2005), “*Portugal: national pride and imperial neurosis*”, In: Race & Class, Número 47, pp. 79 a 91. Disponível em: <http://rac.sagepub.com/cgi/content/abstract/47/1/79> [Acesso: a 26 de Fevereiro de 2009]

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Abril/Agosto de 1994), *Portugal Newsletter*, Volume 1, Número 1 e 2, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Abril de 1995), *Portugal Newsletter*, Volume 2, Número 4, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Dezembro de 1995), *Portugal Newsletter*, Volume 2, Número 6, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Junho de 1996), *Portugal Newsletter*, Volume 3, Número 7, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Dezembro de 1996), *Portugal Newsletter*, Volume 3, Número 8, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís de Moura (Julho de 1997), *Portugal Newsletter*, Volume 4, Número 9, Editado por, Embassy of Portugal Cultural Centre, Nova Delhi

**RODRIGUES**, Luís Nuno (2004), “*Orgulhosamente Sós*”? *Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960*, Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa

**ROQUE**, João Miguel (31 de Maio de 1998), "*Monumento a Gama divide activistas e pescadores*", In: *Jornal Público*, pp. 38

**S/A** (28 de Junho de 2000), *Portugal - India and the European Union*, Embaixada Portuguesa, L.B. Associates, Nova Delhi, pp.16

**SAHNI**, Varun (Setembro de 2007), "*A Índia emergente: rejeitar a região, alcançar o mundo?*", In: *Relações internacionais*, nº.15, Lisboa, pp. 21 a 34

**SALEMA**, Isabel (3 de Janeiro de 1998), "*Do colonialismo à globalização: cinco séculos depois de Gama*", In: *Público*, pp. 25

**SALEMA**, Isabel (5 de Maio de 1998), "*Índia agita oceano*", In: *Público*, pp. 28

**SAPAGE**, Sónia (18 de Janeiro de 2007), "*O novo caminho para a Índia*", In: *Visão*, Número 724, pp. 40 a 42

**SAÚTE**, Nelson (10 de Janeiro de 1998), "*Gama deslembado em Moçambique*", In: *Público*, pp. 29

**SILVA**, Bárbara (17 de Janeiro de 2007), "*De “Rainha da Diplomacia” a superpotência militar e nuclear*", In: *Diário Económico*, pp. 21

**SIMAS**, Nuno (14 de Janeiro de 2007), "*Índia: manifestação contra Cavaco*", In: Agência Lusa, Panjim [ [http://diario.iol.pt/noticia.html?id=761670&div\\_id=4071](http://diario.iol.pt/noticia.html?id=761670&div_id=4071) - Acesso: 15 de Agosto de 2008]

**SOUSA**, António Freitas de (10 de Janeiro de 2007), "*Portugal quer alterar perfil das exportações*", In: *Diário Económico*, pp.6 e 7

**TAVARES**, Miguel Sousa (15 de Maio de 1998), "*De Macau à Índia: O fim da história*", In: *Público*, pp. 11

**TEIXEIRA**, Nuno Severiano (2004), "*A Europeização da Política Externa Portuguesa*", In: *Diplomatas e Diplomacia - Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coordenação de Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa

**TELES**, Álvaro (2002), "*As relações Portugal-Angola: visão económico-empresarial*", In: O Mundo Português, Número 37, Ano III, pp. 12 e 13

**VELOZO**, Miguel de Calheiros (2007), "*Reencontro com Goa: a problemática questão da nacionalidade portuguesa*", In: Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Número 10, pp. 400 a 408

**XAVIER**, Constantino (23 de Dezembro de 2005), "*Não há passagem para a Índia*", in: Jornal Expresso, Edição 1730, Economia e Internacional

**XAVIER**, Constantino (6 de Janeiro de 2007), "*O momento indiano*", In: Expresso, pp. 18

**XAVIER**, Constantino (7 de Fevereiro de 2008), "*Portugal attracting skilled Indian immigrants*", In: The Economic Times, New Delhi, pp. 28

**XAVIER**, Constantino (Julho de 2006), "*Passagem para a Índia*", In: Atlântico, nº.16, Mem Martins, pp. 42

**XAVIER**, Constantino (Junho de 2007), "*A Índia e a presidência portuguesa da União Europeia*", In: Relações internacionais, nº.14, Lisboa, pp. 125 a 129

**XAVIER**, Constantino (Setembro de 2007), "*O conceito de grande potência na política externa indiana*", In: Relações internacionais, nº.15, Lisboa, pp. 7 e 20

**YOON**, Chin Mui (Novembro de 2008), "*O Estado luminoso*", In: Courrier International, nº 153, pp. 101 a 107

- **Documentos e Relatórios**

*Diários da República*

- Aviso n.º 46/2001
- Aviso n.º 221/2008
- Decreto do Presidente da República n.º 49/93
- Decreto do Presidente da República n.º 67/97
- Decreto do Presidente da República n.º 21/2001
- Decreto do Presidente da República n.º 22/2001
- Decreto do Presidente da República n.º 38-G/2002
- Decreto do Presidente da República n.º 53/2002
- Decreto do Presidente da República n.º 125/2006
- Decreto do Presidente da República n.º 125/2008
- Decreto-lei n.º 9/74
- Decreto-Lei n.º. 727/74
- Decreto-lei n.º 206/75
- Decreto-lei n.º. 308-A/75
- Decreto-lei n.º. 35/80
- Decreto-lei n.º. 49/82
- Decreto-lei n.º 15/93
- Decreto n.º 15/99
- Lei Constitucional n.º 9/74
- Resolução da Assembleia da República n.º 72/2006
- Resolução da Assembleia da República n.º 59/2008
- Resolução do Conselho de Ministros n.º. 81/86

*Relatórios*

- Relatórios Actividades de Fundação Oriente - 2002 a 2007
- Relatórios de Actividades da Fundação Calouste Gulbenkian - 2006 e 2007
- Relatórios finais da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - 1998

- Relatório oficial do Alto Comissariado para a diáspora indiana - 2000 [Acesso: <http://www.indiandiaspora.nic.in/contents.htm>]
- Relatórios de Actividades do Ministério dos Negócios Estrangeiros indiano - 2000 a 2009 [Acesso: <http://meaindia.nic.in/>]

- **Sítios na Web**

As Sete Maravilhas de origem portuguesa - <http://www.7maravilhas.sapo.pt/>

Associação da Casa de Goa, Damão e Diu - [http://www.goacom.com/casa-de-goap\\_index.html](http://www.goacom.com/casa-de-goap_index.html)

Banco de Portugal - <http://www.bportugal.pt/>

Banco Nacional Indiano - <http://www.statebankofindia.com/>

Blogue do Curso «As Outras Índias» - <http://asoutrasindias.wordpress.com/>.

Câmara de Comércio Portugal-Índia - <http://www.ccpi.pt/>

CCPI - Delegação do Porto - <http://www.ccpi-web.tv/>.

Centro Histórico de Investigação de São Francisco de Xavier (Xavier Centre of Historical Research) - <http://www.goajesuits.in/xchr/index.htm>

Confederação da Indústria Indiana - [http://www.cii.in/full\\_story.php?menu\\_id=78&news\\_id=1379](http://www.cii.in/full_story.php?menu_id=78&news_id=1379)

Conselho Indiano para a Investigação das Ciências Sociais - <http://www.icssr.org>

Conselho Indiano para a Investigação sobre as Relações Económicas Internacionais - <http://www.icrier.org/>

Consulado Português em Goa - <http://www.consuladoporugalgoa.com/initialpage.php>

Deccan Herald - <http://www.deccanherald.com/content/8300/portugals-seven-wonders-spark-controversy.html>

Declaração do Governo Indiano resultante da Cimeira de 2000 - <http://meaindia.nic.in/parliament/rs/2000/08/august10-q2075.htm>

Departamento de Turismo do Governo de Goa - <http://www.goatourism.org/>

Embaixada da Índia em Lisboa - <http://www.indembassy-lisbon.org/pt>

Embaixada da Índia em Washington D.C. - <http://www.indianembassy.org/>

Embaixada de Portugal em Nova Deli - <http://www.embportindia.co.in/>

Entrevista ao Primeiro-Ministro José Sócrates sobre a relação bilateral com a Índia - <http://www.embportindia.co.in/html/news/nov07-interview.pdf>

EUNIC CLUSTER INDIA - [http://www.eunic.in/eunic\\_home.htm](http://www.eunic.in/eunic_home.htm)

European Institute for Asian Studies - <http://www.eias.org/>

Fundação Calouste Gulbenkian - <http://www.gulbenkian.pt/>

Fundação Champalimaud - <http://www.fchampalimaud.org/>

Fundação Oriente - <http://www.foriente.pt/>

Governo de Goa - <http://goagovt.nic.in/>

Instituto de Camões - <http://www.instituto-camoes.pt/>

Instituto Goês de São Francisco - <http://www.goa-sf.org/>

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) - <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística Indiano (Ministry of Statistics and Programme Implementation) - <http://www.mospi.gov.in/>

Jogos da Lusofonia - <http://www.lisboa2009.org/>

JSTOR - <http://www.jstor.org/>

L.V. Prasad Eye Institute - <http://www.lvpei.org/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Governo Indiano - <http://www.mea.gov.in/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Governo Português - <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/>

Portal do Governo Indiano - <http://india.gov.in/>

Portal do Governo Português - <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>

Publicação Goa Observer <http://www.goanobserver.com/>

Publicação Times of India - <http://timesofindia.indiatimes.com/>

SAGE Journals Online - <http://online.sagepub.com/>

Série completa de artigos do Diário Económico sobre a visita do Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, à Índia - <http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/internacional/sociedade/pt/desarrrollo/726731.html>

South Asia Analysis Group - <http://www.southasiaanalysis.org/>

Super Goa - <http://www.supergoa.com/>

The Telegraph de Calcutá - <http://www.telegraphindia.com/>

Visita do Presidente Cavaco Silva à Índia em Janeiro de 2007 - <http://www.presidencia.pt/india2007/?idc=100>

- **Obras Literárias**

**AGUALUSA**, José Eduardo (2007), *Um Estranho em Goa*, Biblioteca de Editores Independentes, nº 15, Edições Cotovia, Lisboa

**GANERI**, Anita de (1995), *À Descoberta da Índia*, Editorial Estampa, Lisboa

**GOMES**, Paulo Varela (2001), *Himalayan Express - Mantra, Memória e Viagem na Índia*, Almedina, Coimbra

**JACKSON**, David K. (1997), *Os construtores dos oceanos*, Assírio & Alvim, Lisboa

**SILVA**, Agostinho da (1994), *Ir à Índia sem abandonar Portugal*, Assírio & Alvim, Lisboa

**SILVA**, Óscar Gomes da (2003), *Civilizações e Especiarias: Goa, Damão e Diu, o Passado e o Presente*, Colecção Narrativas n.º.3, Editorial Estampa, Lisboa

**ZIMMER**, Heinrich (1997), *Mitos e Símbolos na Arte e Civilização Indianas*, Assírio & Alvim, Lisboa



## Anexos

---

## **Anexo 1**

### **Lei Constitucional n.º 9/74, de 15 de Outubro**

Tendo em vista a declaração conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da União Indiana, feita em Nova Iorque em 24 de Setembro de 1974, durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, pela qual as duas partes manifestaram a intenção de restabelecer relações diplomáticas e consulares entre os dois países e concordaram em cooperar entre si na divulgação da língua e da cultura portuguesas e na preservação dos monumentos históricos-religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli;

Visto o disposto no n.º 1, 1.º, do artigo 13.º de Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

#### **Artigo único**

É autorizado o Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, a concluir um acordo entre Portugal e a União Indiana pelo qual Portugal reconhece a plena soberania da União Indiana sobre os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli, implicando esse reconhecimento a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

Vista e aprovada em Conselho de Estado.

Promulgada em 15 de Outubro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República,

FRANCISCO DA COSTA GOMES.

## **Anexo 2**

### **Decreto n.º 206/75, de 17 de Abril**

Usando da faculdade conferida pelo artigo 16.º, n.º 1, 3.º, da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo decreta o seguinte:

#### **Artigo único**

É aprovado, para ratificação, o Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli e Assuntos Correlativos, assinado em 31 de Dezembro de 1974 em Nova Deli, cujos textos nas línguas portuguesa e inglesa vão anexos ao presente decreto, assim como os textos das notas trocadas entre os Governos da Índia e de Portugal relativas ao artigo V daquele Tratado.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - Vasco dos Santos Gonçalves - Mário Soares.

Assinado em 5 de Abril de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República,

FRANCISCO DA COSTA GOMES.

#### ***Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli e Assuntos Correlativos.***

O Presidente da República da Índia e o Presidente da República Portuguesa,

Reportando-se ao comunicado conjunto assinado em Nova Iorque, em 24 de Setembro de 1974, pelo Ministro dos Assuntos Exteriores do Governo da Índia e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal, no qual se declarava, entre outras coisas, que o Governo Português estava pronto a reconhecer a plena soberania da Índia sobre os antigos territórios portugueses de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli, que se tornaram partes integrantes do território da Índia;

Tomando nota que a Lei Constitucional n.º 9/74, de 15 de Outubro de 1974, publicada no Diário do Governo de Portugal, autoriza o Presidente da República Portuguesa a concluir um acordo entre Portugal e a Índia pelo qual Portugal reconhece a plena soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli, e que este reconhecimento implicaria a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Portuguesa de 1933;

Tendo em mente o desejo dos povos da Índia e de Portugal de iniciarem uma nova era de amizade e cooperação:

Decidiram concluir um tratado entre ambos os países para dar execução ao entendimento expresso no referido comunicado conjunto e tomar medidas para o restabelecimento de relações normais entre ambos os países, com base na igualdade de soberania e reciprocidade de benefícios, e designaram para este efeito como plenipotenciários:

O Presidente da República da Índia, S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Y. B. Chavan, Ministro dos Assuntos Exteriores;

O Presidente da República Portuguesa, S. Ex.<sup>a</sup> o Dr. Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Os quais acordaram no seguinte:

#### ARTIGO I

Portugal reconhece que os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli se tornaram já parte da Índia e reconhece por este meio a plena soberania da Índia sobre estes territórios com efeito a partir das datas em que se tornaram partes da Índia, nos termos da Constituição da Índia.

#### ARTIGO II

As relações diplomáticas entre a Índia e Portugal serão imediatamente restabelecidas.

#### ARTIGO III

Ambas as Partes Contratantes acordam em resolver por meio de negociações bilaterais todas as questões entre elas, incluindo as respeitantes à propriedade, bens ou reclamações dos cidadãos dos respectivos países, bem como as questões relativas à propriedade estadual e aos bens de cada um dos Estados nos territórios do outro Estado.

Ambas as Partes acordam também em resolver por meio de negociações bilaterais os direitos e as reclamações de cidadãos indianos e outros indivíduos que tiveram que regressar à Índia de territórios sob administração portuguesa, no que respeita à sua propriedade e bens.

#### ARTIGO IV

Será concluído o mais brevemente possível um acordo cultural entre Portugal e a Índia. As Partes Contratantes acordam em tomar medidas para desenvolver contactos no campo cultural e, em particular, na promoção da língua e cultura portuguesas e na conservação de monumentos históricos e religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli.

#### ARTIGO V

Portugal concorda, em princípio, na entrega à Índia de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais que digam respeito aos territórios mencionados no artigo I, incluindo aqueles que possam ter sido transferidos para qualquer lugar fora destes territórios. De igual modo, a Índia concorda, em princípio, na transferência para Portugal de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais que se possam encontrar nos territórios mencionados no artigo I e que não digam respeito principalmente a esses territórios.

As modalidades da sua entrega, acesso, passagem de certidões e consulta mútuas serão estabelecidas pelas vias diplomáticas.

#### ARTIGO VI

Qualquer questão de interpretação ou aplicação deste Tratado será solucionada entre ambos os países por meio de negociações bilaterais.

#### ARTIGO VII

O presente Tratado será sujeito a ratificação e entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, a qual terá lugar em Lisboa. Em fé do que os respectivos plenipotenciários assinaram este Tratado e nele apuseram os respectivos selos.

Feito em duplicado em Nova Deli, aos 31 dias do mês de Dezembro de 1974, nas línguas hindi, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pela República da Índia:

J. B. Chavan

Pela República Portuguesa:

Mário Soares

## Anexo 3

Quarta-feira 5 de Fevereiro de 1975

I Série — Número 30



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

### ASSINATURAS

As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$

Apêndices — anual, 600\$

Preço avulso — por página, \$50

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

### Ministério da Coordenação Interterritorial:

#### Decreto-Lei n.º 740-A/74:

Extingue o Commissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.

## Anexo 4

### ANNEXURE II

#### List of Items available for export from Portugal

1. Specialised commercial explosives.
2. Chemicals and fertilizers.
3. Cork and cork products.
4. Wood pulp and craft paper.
5. Ferro-alloys & tin plates.
6. Specialised textile machinery.
7. Lifting and materials handling equipment.
8. Engineering and electrical goods.
9. Fishing vessels.
10. Cargo ships.

### ACORDO COMERCIAL E DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA, INDUSTRIAL E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DE PORTUGAL E O GOVERNO DA ÍNDIA.

O Governo de Portugal e o Governo da Índia, animados do desejo de encorajar e facilitar o desenvolvimento do comércio e da cooperação económica, industrial e técnica entre os dois países na base da igualdade e da vantagem mútua,

Acordam no seguinte:

#### ARTIGO I

As Partes Contratantes contribuirão, no quadro das leis e regulamentos em vigor nos dois países, para um aumento harmonioso e substancial, em especial a longo prazo, do volume do comércio e para a expansão da cooperação económica, industrial e técnica, com vista a obter a máxima utilização das possibilidades resultantes do seu desenvolvimento económico.

#### ARTIGO II

As Partes Contratantes concedem-se o tratamento de nação mais favorecida em todas as matérias relacionadas com o comércio entre os dois países, em conformidade com as disposições do Acordo Geral de Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).

#### ARTIGO III

As disposições dos artigos I e II não se aplicarão, contudo, à concessão ou manutenção de:

- a) Vantagens, concedidas por uma das Partes a países limítrofes, com vista a facilitar o tráfico fronteiriço;
- b) Preferências ou vantagens, concedidas por uma das Partes a outro país, já existentes à data da conclusão do presente Acordo ou as concedidas em substituição de tais preferências ou vantagens, que existissem antes de 10 de Abril de 1947;
- c) Vantagens ou preferências concedidas no quadro de qualquer esquema para a expansão do comércio e da cooperação económica entre países em vias de desenvolvimento que esteja aberto à participação dos países em vias de desenvolvimento e de que um dos Governos seja ou possa vir a ser parte;
- d) Vantagens ou preferências resultantes de uma união aduaneira e/ou de uma zona de comércio livre de que um dos países seja ou possa vir a ser parte.

### ARTIGO IV

As Partes Contratantes, de acordo com os objectivos e necessidades do seu desenvolvimento económico, encorajarão e facilitarão a conclusão e execução de contratos e programas de comércio e de cooperação económica, industrial e técnica a longo prazo entre empresas e organizações interessadas dos dois países e proporcionarão todas as facilidades possíveis para a realização de projectos de interesse mútuo.

Ambas as Partes Contratantes, de acordo com os respectivos regimes de importação, exportação, cambiais e outros em vigor, darão as maiores facilidades possíveis e tomarão todas as medidas possíveis para promover em geral o comércio entre os dois países e em particular o das mercadorias mencionadas nas listas anexas (anexos I e II ao presente Acordo). Com este objectivo, as duas Partes Contratantes farão uma revisão periódica das listas e darão ampla publicidade aos bens disponíveis para exportação em cada um dos países.

Estas listas têm carácter indicativo e não devem ser tomadas como excluindo bens e produtos que não estejam nelas indicados.

### ARTIGO V

As Partes Contratantes deverão:

- a) Facilitar as visitas de delegações comerciais e delegações técnicas da outra Parte aos seus países, para objectivos de comércio e relacionados com o estabelecimento da cooperação económica, industrial e técnica entre empresas e organizações dos dois países;
- b) Encorajar e promover o estabelecimento de contactos directos e mais estreitos entre homens de negócios, empresas e organizações dos sectores público e privado dos dois países;
- c) Conceder todas as facilidades possíveis a homens de negócios e empresas comerciais para empreenderem operações comerciais;
- d) Facilitar o intercâmbio de informações comerciais numa base de vantagem mútua.

### ARTIGO VI

Ambas as Partes Contratantes acordam em explorar, para fins de vantagem mútua e no quadro das suas leis e regulamentos, as possibilidades de cooperação entre os dois países em vários campos, nomeadamente:

- a) Estabelecimento de *joint ventures* industriais na Índia e em Portugal;
- b) Fornecimento de serviços de consultores de *engineering*, de instalações de máquinas e de equipamentos para cada um deles e para terceiros países;
- c) Execução conjunta de contratos, fornecimento de serviços e estabelecimentos de *joint ventures* em terceiros países.

### ARTIGO VII

As Partes Contratantes deverão, em conformidade com as suas leis e regulamentos, e em condições não

menos favoráveis do que as concedidas a terceiros países, permitir a importação e a exportação de:

- a) Amostras e material publicitário;
- b) Mercadorias e objectos para feiras e exposições, permanentes ou temporárias.

#### ARTIGO VIII

Ambos os Governos acordam em estabelecer contactos estreitos no domínio do transporte marítimo.

Em conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada um dos países, aos navios mercantes navegando com a bandeira de cada Parte Contratante será concedido, à entrada, à saída ou durante a permanência nos portos da outra Parte Contratante, abertos ao comércio externo, um tratamento tão favorável como o tratamento concedido aos navios navegando com a bandeira de um terceiro país.

Contudo, as disposições deste artigo não se aplicarão ao comércio costeiro ou actividades de pesca de qualquer espécie, ou a quaisquer condições especiais que existam ou venham a existir no futuro no sentido de melhorar as marinhas mercantes nacionais de cada um dos países.

#### ARTIGO IX

Todos os pagamentos entre os dois países efectuar-se-ão em divisas livremente convertíveis, de acordo com as leis e regulamentos em vigor nos respectivos países.

#### ARTIGO X

Para alcançar os objectivos do presente Acordo, as Partes Contratantes constituirão uma comissão mista, formada por representantes dos dois Governos.

A comissão mista reunir-se-á alternadamente em Lisboa e em Nova Deli a pedido de uma das Partes Contratantes.

A comissão terá as seguintes tarefas:

Supervisar e facilitar a aplicação prática do presente Acordo;

Auxiliar e facilitar o desenvolvimento do comércio e da cooperação económica, industrial e técnica, bem como fazer reclamações pertinentes a ambos os Governos com vista à realização de progressos nesse sentido;

Rever periodicamente as listas indicativas de produtos anexas ao presente Acordo, com vista a promover um desenvolvimento harmonioso do comércio entre os dois países.

A comissão pode, segundo o seu critério, convidar representantes do comércio e indústria de cada um dos países a participar nas suas reuniões se e quando necessário.

#### ARTIGO XI

O presente Acordo entrará em vigor na data da recepção da segunda das notas pelas quais as Partes se informam acerca da sua aprovação, de acordo com os seus procedimentos constitucionais.

O Acordo permanecera válido por um período de dois anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de dois anos, a não ser que uma

das Partes Contratantes envie, por via diplomática, uma nota à outra, três meses antes da expiração do respectivo período de dois anos, sobre o seu desejo de denunciar o Acordo.

Feito em Lisboa, aos 7 de Abril de 1977, em duplicado, nas línguas portuguesa, hindi e inglesa, fazendo os três textos igualmente fé. Em caso de dúvida, o texto em inglês será tomado como referência.

Pelo Governo da República de Portugal:

*António Manuel Rodrigues Celeste.*

Pelo Governo da República da Índia:

*(Assinatura ilegível.)*

#### ANEXO I

##### Lista indicativa de produtos exportáveis da Índia para Portugal

1. Café.
2. Tabacos.
3. Chá.
4. Açúcar.
5. Especiarias.
6. HPS amendoim.
7. Produtos de pesca, especialmente camarões e sardinhas.
8. Fios e manufacturas de algodão.
9. Produtos eléctricos e de *engineering*.
10. Couros e suas manufacturas.
11. Minério de ferro.
12. Produtos básicos de ferro e aço, tais como placas, folhas, chapas e tubos.
13. Goma-laca.
14. Produtos químicos e farmacêuticos.
15. Gemas e joalharia.

#### ANEXO II

##### Lista indicativa de produtos exportáveis de Portugal para a Índia

1. Explosivos comerciais.
2. Produtos químicos e adubos.
3. Cortiça e produtos de cortiça.
4. Pasta de papel e papel *kraft*.
5. Ferro-ligas e folha-de-flandres.
6. Máquinas têxteis.
7. Equipamentos de elevação e de manutenção.
8. Produtos eléctricos e de *engineering*.
9. Embarcações de pesca.
10. Navios de carga.

#### Aviso

Por ordem superior se torna público que foi assinado em Lisboa, em 9 de Fevereiro de 1977, pelo subdirector-geral da Aeronáutica Civil, coronel Álvaro P. Morgado, e pelo director-geral do Eurocontrol, Sr. R. Bulin, o Protocolo relativo à aplicação de certas disposições do Acordo de Associação entre a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol e o Governo de Portugal, cujos textos em francês e português vão anexos ao presente aviso.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 30 de Maio de 1977. — O Adjunto do Director-Geral, *Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga*.



## Anexo 5

Sexta-feira 30 de Maio de 1980

I Série — Número 125



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 24\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

Assinaturas	Anual		Semestral	
	Assinatura	Correio	Assinatura	Correio
As três séries .....	3000\$00	1000\$00	1700\$00	500\$00
A 1.ª série .....	1300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
A 2.ª série .....	1300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
A 3.ª série .....	1300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
Dois séries diferentes ..	2400\$00	760\$00	1400\$00	380\$00
Apêndices .....	1000\$00	100\$00	—	—

O preço dos anúncios é de 28\$ a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

### SUMÁRIO

#### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

##### Decreto n.º 35/80:

Aprova o Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia

##### Decreto n.º 36/80:

Aprova para ratificação o Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação em Matéria de Segurança das Instalações Nucleares de Fronteira.

#### Ministério das Finanças e do Plano:

##### Aviso:

Fixa as taxas de juro nas operações de refinanciamento a realizar pela Caixa Geral de Depósitos.

#### Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas:

##### Portaria n.º 307/80:

Fixa em 300\$ diários o subsídio especial de assistência técnica agrícola.

#### Ministério dos Assuntos Sociais:

##### Portaria n.º 308/80:

Estabelece as regras relativas à abertura do concurso documental, pelo Departamento de Recursos Humanos, para os lugares vagos de especialista da carreira médica dos hospitais distritais.

#### Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo:

##### Portaria n.º 309/80:

Estabelece os preços do lúpulo de produção nacional para a campanha de 1979.

#### Ministério do Comércio e Turismo:

##### Decreto-Lei n.º 176/80:

Altera o Código da Propriedade Industrial e substitui as tabelas n.ºs 3, 4 e 5 a ele anexas.

#### Ministério da Habitação e Obras Públicas:

##### Portaria n.º 310/80:

Altera a constituição da Subcomissão de Regulamentação de Edifícios dentro da Comissão de Revisão e Instituição de Regulamentos Técnicos.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### Direcção-Geral dos Negócios Políticos

##### Decreto n.º 35/80

de 30 de Maio

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia, assinado em Lisboa a 7 de Abril de 1980, cujo texto em inglês vai anexo ao presente decreto, assim como a correspondente tradução em português.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Maio de 1980. — *Francisco Sá Carneiro* — *Diogo Pinto de Freitas Amaral*.

Assinado em 21 de Maio de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

### Cultural Cooperation Agreement between the Government of the Portuguese Republic and the Government of the Republic of India.

The Government of the Portuguese Republic and the Government of the Republic of India (hereinafter referred to as the Contracting Parties):

Desirous of maintaining and promoting the cultural ties, which contribute to closeness between the two countries as well as to the cause of friendship between their peoples;

Recalling the provisions of article IV of the Treaty between Portugal and India, signed at New Delhi on 31st December 1974, by which the Contracting Parties agree to take steps to develop contacts in the cultural field and in particular in the promotion of the Portuguese language and culture and the preservation of historical and religious monuments in Goa, Daman, Diu, Dadra and Nagar Haveli;

representatives of the two Governments, which shall meet as agreed upon between the Contracting Parties or at the request of either of them alternatively in Lisbon and New Delhi, at least once in two years.

The Joint Committee will be responsible for:

- a) Reviewing periodically the implementation of the Agreement in the two countries;
- b) Advising the Government concerned on the modalities of implementation;
- c) Formulating cultural, scientific, technological and educational exchange programmes, and reviewing the same;
- d) Recommending to the Party concerned any item of interest to either party in the fields within the scope of the Agreement; and
- e) Generally advising the Government concerned as to the manner in which the provisions of this Agreement may be implemented effectively.

#### ARTICLE XV

The present Agreement shall come into force on the date of the exchange of the instruments of ratification. It shall remain in force for a period of five years and shall be renewed automatically thereafter for further periods of five years each time unless either Contracting Party gives to the other party a six months' prior written notice of its intention to terminate it.

In witness whereof the undersigned representatives being duly authorised thereto by their Governments, have signed the present Agreement and have affixed their seals.

Done at Lisbon on this seventh day of April. One thousand, nine hundred and eighty (A.D), corresponding to the eighteenth day of Chaitra, one thousand, nine hundred and two (Saka), in six originals, two each in Portuguese, Hindi and English languages, all the texts being equally authentic except in case of doubt when the English text shall prevail.

For the Government of the Portuguese Republic:

*Diogo Pinto de Freitas do Amaral*, Vice-Prime Minister and Minister of Foreign Affairs.

For the Government of the Republic of India:

*B. Shankaranand*, Minister of Education, Health and Social Welfare.

#### **Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia (a seguir designados como Partes Contratantes):

Desejosos de manter e ampliar os laços culturais capazes de contribuir para uma maior aproximação entre os dois países, bem como para a amizade entre os seus povos;

Tendo em conta o disposto no artigo IV do Tratado entre Portugal e a Índia, assinado em

Nova Delhi em 31 de Dezembro de 1974, pelo qual as Partes Contratantes acordaram em tomar medidas para desenvolver contactos no campo cultural e, em particular, na promoção da língua e cultura portuguesas e na conservação de monumentos históricos e religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli;

acordaram no seguinte:

#### ARTIGO 1.º

As Partes Contratantes deverão facilitar e encorajar a cooperação nos domínios da arte e da cultura, da educação, incluindo actividades académicas, no domínio da ciência e da tecnologia, da juventude e da saúde pública, da comunicação social, nos seus aspectos da informação e da educação, e dos desportos, por forma a contribuir para um melhor conhecimento das suas respectivas culturas e das actividades desenvolvidas nestes domínios.

#### ARTIGO 2.º

Cada Parte Contratante deverá encorajar e promover, na medida do possível, o estudo da história, cultura e línguas da outra Parte Contratante.

Ambas as Partes Contratantes acordaram em intensificar contactos no domínio da cultura e, nomeadamente, promover o estudo da língua e cultura portuguesas e preservar os monumentos históricos, incluindo os que ainda estejam abertos ao culto, existentes em Goa e em outros lugares da Índia.

#### ARTIGO 3.º

Cada Parte Contratante poderá estabelecer institutos culturais no território da outra Parte, de acordo com as suas leis, regulamentos e planos de acção neste domínio. Será, no entanto, necessária a obtenção de autorização do Governo da outra Parte antes do estabelecimento de qualquer instituição feita ao abrigo do presente artigo.

Os pormenores relativos ao estabelecimento de tais instituições serão definidos entre os dois países por um protocolo adicional a negociar após a entrada em vigor do presente Acordo.

#### ARTIGO 4.º

As Partes Contratantes deverão tomar medidas apropriadas à preservação dos arquivos e monumentos históricos, incluindo os monumentos históricos de natureza religiosa ainda em uso e que sejam de interesse comum.

#### ARTIGO 5.º

As Partes Contratantes deverão encorajar e facilitar:

- a) Visitas mútuas de professores e peritos para levarem a cabo palestras, visitas de estudo e cursos especializados;
- b) Visitas mútuas de representantes de associações ou organizações educacionais, literárias, científicas, técnicas, artísticas, desportivas e jornalísticas; e
- c) Participação em congressos, conferências, simpósios e seminários.

ARTIGO 6.º

As Partes Contratantes deverão encorajar e facilitar:

- a) O intercâmbio de material no domínio da cultura, como filmes, documentários, gravações de programas de rádio e de televisão e gravações em discos e fitas magnéticas, bem como o intercâmbio de material nos domínios da ciência, educação, desporto; e
- b) A tradução e troca de livros, jornais e demais publicações educacionais, científicas, técnicas, culturais e desportivas e, sempre que possível, o intercâmbio de objectos de arte.

ARTIGO 7.º

Cada Parte Contratante fará o possível por conceder facilidades e bolsas de estudo aos estudantes e pessoal científico da outra Parte que pretendam estudar nas suas instituições de ensino superior e nos seus laboratórios de pesquisa, bem como seguir cursos de aperfeiçoamento.

ARTIGO 8.º

As Partes Contratantes examinarão os diplomas, certificados e graus académicos concedidos pela outra Parte com vista ao reconhecimento da sua equivalência.

ARTIGO 9.º

Cada Parte Contratante fará o possível por dar a conhecer os diferentes aspectos da vida e cultura da outra Parte através da rádio, televisão e imprensa. As duas Partes deverão trocar, para o efeito, materiais e programas apropriados.

ARTIGO 10.º

As Partes Contratantes deverão facilitar e promover:

- a) O intercâmbio de artistas e grupos musicais e de dança;
- b) O intercâmbio de exposições de arte e outras; e
- c) O intercâmbio de peritos no campo da cinematografia e a participação nos seus respectivos festivais internacionais do filme.

ARTIGO 11.º

As Partes Contratantes deverão encorajar visitas de grupos desportivos entre ambos os países e facilitar, nos termos das leis nacionais e regulamentos em vigor, a sua estada e deslocação nos seus respectivos territórios.

ARTIGO 12.º

As Partes Contratantes promoverão, no sector da juventude, trocas de documentação e encorajarão o intercâmbio entre movimentos e associações juvenis.

ARTIGO 13.º

Cada Parte Contratante deverá facilitar, de acordo com a sua legislação adequada, a importação para fins não comerciais e a livre circulação de todo o material originário da outra Parte necessária ao cumprimento dos objectivos do presente Acordo.

ARTIGO 14.º

Para o cumprimento dos objectivos do presente Acordo, será criada pelas Partes Contratantes uma Comissão Mista, constituída, sempre que possível, por igual número de representantes dos dois Governos, que se reunirá por acordo das Partes Contratantes, a pedido de uma delas, em Lisboa e Nova Delhi alternadamente, no mínimo de dois em dois anos.

Compete à Comissão Mista:

- a) Examinar regularmente a aplicação do Acordo em ambos os países;
- b) Aconselhar o respectivo Governo sobre as modalidades de execução do Acordo;
- c) Elaborar programas de intercâmbio cultural, científico, tecnológico e educacional e efectuar uma revisão periódica dos mesmos;
- d) Recomendar às Partes temas de interesse para qualquer delas no âmbito do Acordo; e
- e) Aconselhar, de um modo geral, a cada um dos Governos as acções a adoptar com vista a uma melhor aplicação do Acordo.

ARTIGO 15.º

O presente Acordo entrará em vigor à data da troca dos instrumentos de ratificação. Permanecerá em vigor por um período de cinco anos e será automaticamente renovado no fim desse período por novos períodos de cinco anos, excepto se uma das Partes Contratantes, mediante aviso prévio de seis meses, comunicar à outra Parte a sua intenção de pôr termo ao presente Acordo.

Em fé do que, os representantes das Partes Contratantes, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo e nele apuseram os seus selos.

Feito em Lisboa aos 7 dias do mês de Abril de 1980, correspondente ao dia 18 de Chaitra de 1902, em seis originais, sendo dois em língua portuguesa, dois em língua inglesa e dois em língua hindi, fazendo os seis textos igualmente fé, prevalecendo, no entanto, o texto em inglês, em caso de dúvida.

Pelo Governo da República Portuguesa:

*Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Pelo Governo da República da Índia:

*B. Shankaranand*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

**Decreto n.º 36/80**

de 30 de Maio

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado para ratificação o Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação em Matéria de Segurança das Instalações Nucleares de Fronteira, assinado em Lisboa em 31 de Março de 1980, cujos textos

ARTIGO 6.º

As Partes Contratantes deverão encorajar e facilitar:

- a) O intercâmbio de material no domínio da cultura, como filmes, documentários, gravações de programas de rádio e de televisão e gravações em discos e fitas magnéticas, bem como o intercâmbio de material nos domínios da ciência, educação, desporto; e
- b) A tradução e troca de livros, jornais e demais publicações educacionais, científicas, técnicas, culturais e desportivas e, sempre que possível, o intercâmbio de objectos de arte.

ARTIGO 7.º

Cada Parte Contratante fará o possível por conceder facilidades e bolsas de estudo aos estudantes e pessoal científico da outra Parte que pretendam estudar nas suas instituições de ensino superior e nos seus laboratórios de pesquisa, bem como seguir cursos de aperfeiçoamento.

ARTIGO 8.º

As Partes Contratantes examinarão os diplomas, certificados e graus académicos concedidos pela outra Parte com vista ao reconhecimento da sua equivalência.

ARTIGO 9.º

Cada Parte Contratante fará o possível por dar a conhecer os diferentes aspectos da vida e cultura da outra Parte através da rádio, televisão e imprensa. As duas Partes deverão trocar, para o efeito, materiais e programas apropriados.

ARTIGO 10.º

As Partes Contratantes deverão facilitar e promover:

- a) O intercâmbio de artistas e grupos musicais e de dança;
- b) O intercâmbio de exposições de arte e outras; e
- c) O intercâmbio de peritos no campo da cinematografia e a participação nos seus respectivos festivais internacionais do filme.

ARTIGO 11.º

As Partes Contratantes deverão encorajar visitas de grupos desportivos entre ambos os países e facilitar, nos termos das leis nacionais e regulamentos em vigor, a sua estada e deslocação nos seus respectivos territórios.

ARTIGO 12.º

As Partes Contratantes promoverão, no sector da juventude, trocas de documentação e encorajarão o intercâmbio entre movimentos e associações juvenis.

ARTIGO 13.º

Cada Parte Contratante deverá facilitar, de acordo com a sua legislação adequada, a importação para fins não comerciais e a livre circulação de todo o material originário da outra Parte necessária ao cumprimento dos objectivos do presente Acordo.

ARTIGO 14.º

Para o cumprimento dos objectivos do presente Acordo, será criada pelas Partes Contratantes uma Comissão Mista, constituída, sempre que possível, por igual número de representantes dos dois Governos, que se reunirá por acordo das Partes Contratantes, a pedido de uma delas, em Lisboa e Nova Delhi alternadamente, no mínimo de dois em dois anos.

Compete à Comissão Mista:

- a) Examinar regularmente a aplicação do Acordo em ambos os países;
- b) Aconselhar o respectivo Governo sobre as modalidades de execução do Acordo;
- c) Elaborar programas de intercâmbio cultural, científico, tecnológico e educacional e efectuar uma revisão periódica dos mesmos;
- d) Recomendar às Partes temas de interesse para qualquer delas no âmbito do Acordo; e
- e) Aconselhar, de um modo geral, a cada um dos Governos as acções a adoptar com vista a uma melhor aplicação do Acordo.

ARTIGO 15.º

O presente Acordo entrará em vigor à data da troca dos instrumentos de ratificação. Permanecerá em vigor por um período de cinco anos e será automaticamente renovado no fim desse período por novos períodos de cinco anos, excepto se uma das Partes Contratantes, mediante aviso prévio de seis meses, comunicar à outra Parte a sua intenção de pôr termo ao presente Acordo.

Em fé do que, os representantes das Partes Contratantes, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo e nele apuseram os seus selos.

Feito em Lisboa aos 7 dias do mês de Abril de 1980, correspondente ao dia 18 de Chaitra de 1902, em seis originais, sendo dois em língua portuguesa, dois em língua inglesa e dois em língua hindi, fazendo os seis textos igualmente fé, prevalecendo, no entanto, o texto em inglês, em caso de dúvida.

Pelo Governo da República Portuguesa:

*Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Pelo Governo da República da Índia:

*B. Shankaranand*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

**Decreto n.º 36/80**

de 30 de Maio

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado para ratificação o Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação em Matéria de Segurança das Instalações Nucleares de Fronteira, assinado em Lisboa em 31 de Março de 1980, cujos textos

## Apêndices

## Apêndice A

### Lista dos embaixadores portugueses em Nova Delhi

<b>Embaixadores</b>	<b>Nomeação/Posse</b>	<b>Exoneração</b>
<b>Luís Gaspar da Silva</b>	P:22 de Junho de 1976	15 de Agosto de 1979
<b>João Eduardo Monteverde Pereira Bastos</b>	P:19 de Outubro de 1979	4 de Junho de 1982
<b>António Manuel da Veiga e Meneses Cordeiro</b>	N:29 de Abril de 1982 P: 26 de Junho de 1982	4 de Março de 1984
<b>António Telo Moreira de Almeida de Magalhães Colaço</b>	N:10 de Fevereiro de 1984 P:16 de Abril de 1984	9 de Maio de 1988
<b>Álvaro Manuel Soares Guerra</b>	N:29 de Abril de 1988 P:6 de Julho de 1988	22 de Dezembro de 1992
<b>Marcello de Zaffiri Duarte de Mathias</b>	N:30 de Setembro de 1993 P: 1 de Novembro de 1993	16 de Novembro de 1997
<b>Manuel Marcelo Monteiro Curto</b>	N:11 de Outubro de 1997 P:28 de Outubro de 1997	31 de Março de 2001
<b>Francisco Manuel Guimarães Henriques da Silva</b>	N:26 de Março de 2001	9 de Setembro de 2002
<b>Joaquim José Lemos Ferreira Marques</b>	N:8 de Novembro de 2002	19 de Dezembro de 2006
<b>Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes</b>	N:19 de Dezembro de 2006	-

Nota: As datas a partir da tomada de posse de Manuel Curto são tomadas em conta aquando a sua publicação em Diário da República. As restantes foram concedidas pelo Arquivo Histórico-Diplomático do MNE.

## Apêndice B

### Lista dos embaixadores indianos em Lisboa

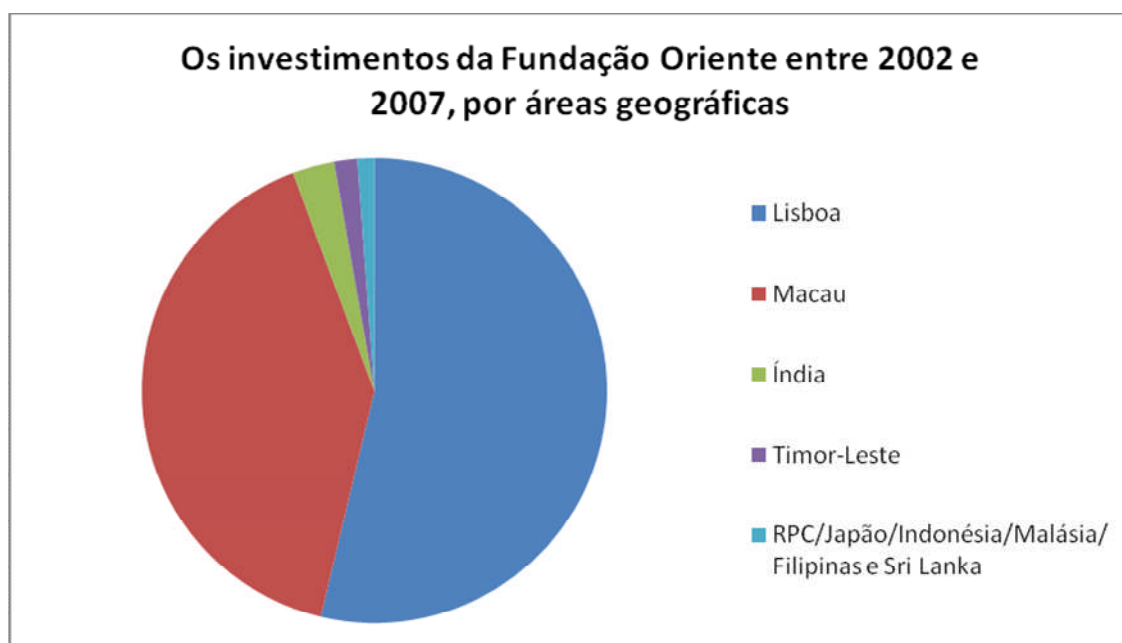
<b>Embaixadores</b>	<b>Posse</b>	<b>Exoneração</b>
<b>Prof. Sisir Kumar Gupta</b>	01.09.1975	30.08.1977
<b>Shri Pranab Kumar Guha</b>	14.10.1977	31.08.1979
<b>Shri Avadhuth Raoji Kakodkar</b>	15.10.1979	20.04.1982
<b>Shri S.K. Bhutani</b>	12.07.1982	12.01.1984
<b>Shri A.N.D Haksar</b>	04.02.1984	18.08.1987
<b>Shri Henry Austin</b>	02.09.1987	03.03.1990
<b>Shri Hardev Bhalla</b>	12.03.1990	31.03.1994
<b>Shri Surendra Kumar Arora</b>	01.08.1994	31.07.1996
<b>Shri Sharad Kumar Bhatnagar</b>	06.08.1996	30.11.2000
<b>Shrimati Madhu Bhaduri</b>	11.12. 2000	30.11.2003
<b>Miss Vijaya Latha Reddy</b>	07.01. 2004	12.12.2006
<b>Nilima Mitra*</b>	2007	2008
<b>Primrose Sharma</b>	05.12.2008	-

Nota: Não existem datas concretas da tomada de posse e exoneração da embaixadora Nilima Mitra.

## Apêndice C

### O investimento económico da Fundação Oriente

No seguimento da análise dos relatórios da Fundação Oriente, entre 2002 e 2007, foram elaborados os seguintes gráficos que demonstram os investimentos na Índia em comparação com outros países e cidades.



### **Investimentos da Fundação Oriente [2002 - 2007]**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total [milhares €]
Lisboa	1864	1739	2627	2659	2537	2239	13665
Macau	2309	1729	1818	1506	1852	1114	10328
Índia	194	110	126	111	97	103	741
Timor-Leste	94	44	86	85	69	32	410
RPC*/Japão/Indonésia/Malásia/Filipinas e Sri Lanka	126	6	29	100	36	1	298
Total [milhares €]	4587	3628	4686	4461	4591	3489	25442

\* República Popular da China



